

OS DESIGNADOS MAPEAMENTOS “PARTICIPATIVOS” E O EMARANHADO DE ATOS DE INTERVENÇÃO



Patrícia Maria Portela Nunes

Prefácio
Henri Acselrad

Pós-fácio
Alfredo Wagner



Patrícia Maria Portela Nunes

**OS DESIGNADOS MAPEAMENTOS “*PARTICIPATIVOS*” E O
EMARANHADO DE ATOS DE INTERVENÇÃO**

São Luís

2019

NUNES, Patrícia Maria Portela. **OS DESIGNADOS
MAPEAMENTOS “PARTICIPATIVOS” E O
EMARANHADO DE ATOS DE INTERVENÇÃO.**

p. 163

ISBN – 978-85-8227-243-5

I - Patrícia Maria Portela Nunes. Os designados Mapeamentos “*Participativos*” e o emaranhado de atos de intervenção. 1-Mapeamentos; 2-Participação; 3-Intervenções e atos de Estado.



Cidade Universitária Paulo VI – C.P. 09
CEP: 65055-970 – São Luís/MA
www.uema.br – editorauema@gmail.com



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



C A P E S
P R O C A D



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

PPGCSPA

Programa de Pós-Graduação
em Cartografia Social
e Política da Amazônia

OS DESIGNADOS MAPEAMENTOS “*PARTICIPATIVOS*” E O EMARANHADO DE ATOS DE INTERVENÇÃO

EDITOR RESPONSÁVEL

Cláudio Eduardo de Castro

Editoração- Flávia Martins Silva

Ilustração Da Capa – Eva Bochkor, Viena 2010

CONSELHO EDITORIAL

Alan Kardec Gomes Pachêco Filho

Ana Lucia abreu silva

Ana lúcia cunha Duarte

Cynthia carvalho Martins

Eduardo Aurélio barros aguiar

Emanuel gomes de moura

Fabiola oliveira aguiar

Helciane de fátima abreu Araújo

Helidacy maria muniz Corrêa

José Roberto Pereira de Sousa

José Sampaio de Mattos Jr

Luis Carlos Araújo Santos

Marcelo Cheche Galves

Marcos Aurélio Saquet

Maria Mediana de Souza

Maria Claudene Barros

Maria Silva Antunes Furtado

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Wilma Peres Costa

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Pizarro

Professorado Doutorado em Estudos
Americanos Instituto de Estudios
Avanzados – Universidad de
Santiago Chile.

Claudia Patricia Puerta Silva
Professora Associada –
Departamento de Antropologia -
Facultad de Ciências Sociales y
Humanas – Universidad de
Antioquia

Zulay Poggi
Professora do Centro de Estudios de
Desarrollo – CENDES – Universidad
Central de Venezuela

Maria Backhouse

Professora de Sociologia – Institut
Fur Soziologie – Friedrich Schiller
– Universitat Jena

German Palacios

Professor titular – Universidad
Nacional de Colombia , Sede
Amazonia – Honorary fellow,
University of Wisconsin – Madison

Roberto Malighetti

Professor de Antropologia Cultural
Departamento de Ciências
Humanas e Educação “R Massa” –
Università degli Studi de Milano -
Biboca

SUMÁRIO

Prefácio	05
Apresentação	11
OS DESIGNADOS MAPEAMENTOS “ <i>PARTICIPATIVOS</i> ” E O EMARANHADO DE ATOS DE INTERVENÇÃO	14
REDE DE RELAÇÕES ENTRE AGÊNCIAS: modalidades distintas de vínculos	21
REDE DE RELAÇÕES ENTRE AGÊNCIAS: interseção entre campos, relações entre temas e problemas	36
DISCURSO DOS PLANELADORES: dispersão e abrangência de enunciados	39
POSFÁCIO: Crítica ao mapeamento participativo no campo de Significados da nova cartografia social	45
ANEXO 1 – QUADRO DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS REFERIDOS AOS DESIGNADOS “MAPEAMENTOS PARTICIPATIVOS”	54
ANEXO 2: QUADRO DEMONSTRATIVO REFERIDO AO CONJUNTO DE AGÊNCIAS EXECUTORAS DOS PROJETOS DE “MAPEAMENTO PARTICIPATIVO”	115
LISTA DE DOCUMENTOS	156
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	162

Prefácio

Henri Acselrad

Professor Titular do IPPUR/UFRJ e pesquisador do CNPq

No ano de 2008, tiveram início as atividades do projeto de pesquisa “Experiências em cartografia social e constituição de sujeitos nos conflitos ambientais”, desenvolvidas no IPPUR/UFRJ, com o apoio da Fundação Ford. Seus objetivos eram os de: 1- fazer um balanço sistematizado das distintas experiências de mapeamento de conflitos envolvendo diferentes territorialidades sociais na apropriação do meio ambiente no Brasil, bem como explicitar os quadros conceituais que justificam e orientam tais experiências, propiciando a troca de conhecimentos entre as organizações, movimentos sociais e os pesquisadores envolvidos em sua realização; 2- identificar experiências de cartografia social, mapeamento de territórios e conflitos oriundas de iniciativas de instituições atuando no plano internacional, com reflexos no Brasil, tais como os caso da Google, da Usaid e outras, buscando caracterizar suas concepções, estratégias e métodos; 3- identificar experiências de mapeamento de conflitos em áreas urbanas no Brasil; 4- interagir com redes de discussão sobre cartografia social e mapeamento participativo no plano internacional, de modo a produzir sinergias entre as experiências em curso no Brasil e as iniciativas desenvolvidas em outros países.

Entre os pressupostos básicos do referido projeto, constava o reconhecimento de que as condições de ocupação dos territórios e de apropriação dos recursos ambientais neles contidos costumam refletir relações de poder historicamente determinadas. Nas representações cartográficas destes territórios, conseqüentemente, tendem a prevalecer as visões hegemônicas de espaços recortados por divisões administrativas dos Estados-nação e da propriedade privada que regula o acesso à terra. É com grande frequência que se observa a tendência a que sejam obscurecidas as formas não dominantes de apropriação, uso e significação do espaço. Pouca visibilidade se dá, igualmente, na cartografia corrente, aos conflitos

que, com frequência crescente, eclodem entre a territorialidade de atores sociais localizados e os protagonistas de formas mercantis mais integradas à dinâmica da economia mundializada. Nas áreas de fronteira, por exemplo, uma diversidade de modalidades de reconhecimento jurídico das formas de apropriação dos recursos naturais caracterizam as denominadas “terras tradicionalmente ocupadas”, onde o uso comum dos recursos aparece combinado tanto com a propriedade, quanto com a posse, de maneira perene ou temporária, envolvendo diferentes atividades produtivas tais como: extrativismo, agricultura, pesca e pecuária¹. Nas áreas onde a modernização encontra-se já consolidada, por sua vez, parcelas da população dotadas de menor renda – via de regra aquelas menos aptas a fazer valer suas vontades nas agendas públicas e a se deslocar no espaço para escapar dos riscos ambientais – mostram-se como as mais atingidas pelos danos ambientais dos projetos de desenvolvimento ou, em certos casos específicos, pelos custos sociais associados às próprias decisões de política de meio ambiente.

Em ausência de um debate público suficientemente forte, assim como de canais institucionais capazes de alimentar em permanência a democratização dos processos decisórios, sejam eles relativos às escolhas técnicas ou locacionais, é compreensível que se instaure uma espécie de “geografia do dissenso”, correntemente pouco visível, mas cuja análise nos pode revelar com propriedade a natureza, a localização e os argumentos pertinentes às dinâmicas conflituais envolvendo os territórios. Isto porque podemos, através desta análise, examinar a anatomia das ações de resistência que contestam o modo como o desenvolvimento se tem configurado espacialmente. Em particular, tratar-se-ia de tornar mais visíveis aquelas ações de confronto com as dinâmicas locacionais que têm penalizado tanto os ocupantes de “terras tradicionalmente ocupadas” como, de forma mais geral, os grupos sociais que pouco podem se fazer ouvir nas esferas decisórias.

Várias experiências têm procurado evidenciar, valorizar e problematizar esta geografia da crítica que movimentos sociais, ainda que

¹ Alfredo Wagner de Almeida, Terras tradicionalmente ocupadas – processos de territorialização e movimentos sociais, in Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 6 n. 1, maio de 2004, p.12.

de forma fragmentária e sem maior articulação interna, têm endereçado à configuração espacial do modelo de desenvolvimento econômico instaurado nos territórios da periferia do capitalismo. Procura-se representar assim o quadro da ação que se desenrola no tecido social que faz do meio ambiente um “terreno contestado material e simbolicamente”², notadamente dada a crescente pretensão a uma especialização “globalista” de países periféricos na exportação de recursos naturais e uma certa revalorização, observada em certos setores dos organismos multilaterais, de experiências ditas “bem-sucedidas de alguns países latino-americanos, cujo desenvolvimento foi sustentado precisamente pelas exportações de produtos baseados nas suas riquezas naturais”³.

Vista a complexidade da reordenação contemporânea dos mecanismos de regulação dos recursos ambientais a nível mundial (via deslocalização de empreendimentos intensivos em energia e rejeitos para economias periféricas, valorização mercantil da biodiversidade etc.), coloca-se, tanto para pesquisadores como para formuladores de políticas e ativistas de movimentos sociais, o desafio de encontrar os instrumentos de análise apropriados ao entendimento desta rede intrincada de processos socioecológicos e políticos que põem, inelutavelmente, “a Natureza no interior do campo dos conflitos sociais”⁴. O método requer o esforço de

² Donald Moore, “Culture and Political Ecology”, in R. Peet – M. Watts (ed) *Liberation Ecologies - environment, development and social movements*, Routledge, NY, 1996, p.125-141.

³ D. Ferranti – G. Perry, Recursos naturais e nova economia. *O Globo*, 24 out. 2001.

⁴ Em meados dos anos 1990, o Ministro do Meio Ambiente da Colômbia declarava: “é preciso colocar a Natureza fora do conflito social ” G. Palacio, “Notas sobre la noción de conflicto ambiental: un nuevo matiz en el análisis histórico?”, in G. Palacio org., *Repensando la naturaleza – encuentro y desencuentros disciplinarios en torno a lo ambiental*, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 2002. Preocupava-o, na ocasião, a extensão progressiva das áreas conflagradas do país para zonas em que situavam-se as redes de exploração de riquezas naturais consideradas estratégicas. Movia-o, por certo, como de resto grande parte das tecnocracias e instâncias governamentais correntemente apegadas à estabilidade, a pretensão de gerir separadamente a base física do país de modo a protegê-la das incertas tramas que afligem o cenário social e político. Mas, pouco a pouco, pôde-se ir verificando que o cruzamento entre os conflitos sociais e a problemática da apropriação de recursos ambientais não era meramente circunstancial. Retirar a “Natureza” do campo onde se estão hoje dando os grandes embates pelo futuro da América Latina não é, pois, simples exercício de vontade.

não enfrentar em separado, por exemplo, a análise da questão da água da discussão das questões fundiárias, de articular a caracterização das dimensões físico-materiais com a explicitação das dimensões simbólicas associadas aos modos de representar o “meio”, ambos elementos indissociáveis na explicação das estratégias dos diferentes atores envolvidos nos processos conflitivos em causa. Pois não se trata apenas de configurar uma “engenharia ambiental”, capaz de olhar os fenômenos sob a lente de um quadro pré-construído de possibilidades institucionais de equacionamento e resolução de conflitos, mas, sim, de reconstituir a sociologia relacional que dá historicidade aos mesmos.

A “guerra pela água”, por exemplo, envolvendo as comunidades camponesas nas cidades bolivianas de Cochabamba e Achacachi, em 2000, as rebeliões antiprivatistas ocorridas em Arequipa no Peru em 2002 e a insurreição indígena nucleada pela contestação dos acordos de exploração de gás, que resultou na renúncia do presidente da Bolívia em 2003, vieram mostrar que o modo de apropriação, exploração, uso e regulação dos processos ecológicos da base material do desenvolvimento é visto como questão decisiva pelas populações que acreditam, a seu modo, depender da “Natureza” para a construção de seu futuro. Encontra-se em pauta, no início do século XXI, desde que se afirmou um modelo de desenvolvimento de tipo neoextrativista em diversos países da América Latina, todo um processo de disputa pelo controle do acesso e exploração dos recursos ambientais. Discutem-se instituições regulatórias e políticas na esfera pública, notadamente sob as pressões privatistas sobre a água e os recursos genéticos, assim como pela liberação dos mercados para os detentores monopolistas das tecnologias da transgenia, mas também enfrentam-se os atores sociais no terreno, medindo forças entre a imposição de condicionalidades pró-mercantis, atreladas por vezes a mecanismos de financiamento, e a busca de formas democratizantes na gestão de recursos de uso comum, com frequência decisivos para a reprodução sociocultural de povos e comunidades tradicionais⁵.

⁵ H. Acsegrad, *Conflitos Ambientais - a atualidade do objeto*, in H. Acsegrad (org.) *Conflitos Ambientais no Brasil*, Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2004.

No contexto de tais conflitos, seja na fronteira de expansão do mercado, seja em áreas onde a modernização já se consolidou, o mapeamento da territorialidade dos atores sociais não hegemônicos e dos conflitos ambientais envolvendo estes atores é um importante instrumento de visibilização, e conseqüentemente, de organização, de populações que problematizam o modo dominante e centralizado de apropriação dos recursos ambientais nas sociedades da periferia da economia mundializada.

O imaginário cartográfico e as representações do território procuram recortar o real para descrevê-lo, defini-lo e, simbolicamente, possuí-lo. As representações cartográficas deixaram, entretanto, de se subordinar exclusivamente aos imperativos territoriais dos sistemas políticos que as reclamam e justificam. Pois a despeito de ser correntemente apresentado como um enunciado constatativo do real, o mapa não deixa de ser um enunciado performático, que diz algo sobre o real e sobre este produz efeitos. Ele não é, pois, um reflexo passivo do mundo dos objetos, mas um intérprete de uma determinada “verdade, em que o crer se localiza no ver”⁶, um instrumento que “ordena e dá ordens” aos atores envolvidos na produção do território⁷. O território plural e polissêmico, aberto ao aleatório e não controlável, torna-se extensão limitada e controlada pelo gesto cartográfico que serve de suporte à ação política⁸

Assim sendo, se, por um lado, tornam-se claras as implicações políticas dos mapas, podemos falar, por outro lado, da emergência de políticas cartográficas, em que os mapeamentos são eles próprios objeto da ação política. E se ação política diz especificamente respeito à divisão do mundo social, podemos considerar que na política dos mapeamentos

⁶ Geoges Balandier, *Images, Images, Images. Cahiers Internationaux de Sociologie*, Paris: PUF, v. LXXXIII, juin 1987.

⁷ Jean-Loup Rivière, *La Carte et la décision, Cates et figures de la Terre*, 1980, p. 379, apud Pierre Jourde, *Géographies Imaginaires – de quelques inventeurs de mondes au XX Siècle*. Paris: José Corti ed., 1991, p. 103-4

⁸ Michel Lussault, *La Ville Clarifiée. Essai d'analyse de quelques usages carto- et iconographiques en oeuvre dans le projet urbain*. In: CAMBRÉZY, L.; DE MAXIMY, R. (Ed.). *La Cartographie en Débat*. Paris: Karthala-Orstom, 1995.1995, p. 170.

estabelece-se uma disputa entre distintas representações do espaço, ou seja, uma disputa cartográfica que se articula às próprias disputas territoriais. Essas disputas, por sua vez, tendem a acirrar-se, mais ou menos explicitamente, quando as formas socioterritoriais estabilizadas sofrem alterações significativas – como é o caso das transformações socioespaciais associadas à liberalização das economias no final do século XX – ou quando a própria atividade mapeadora sofre os efeitos de mudanças técnicas que permitem expandir seu campo de ação e o universo de sujeitos nela envolvidos, como é o caso recente do advento das tecnologias digitais na produção cartográfica. A disseminação social dos mapas daí decorrente tem sido entendida como portadora de múltiplos efeitos, desde a multiplicação democratizante das formas de interpretar o mundo, até o acirramento dos mecanismos autoritários de controle, próprios a uma “sociedade da vigilância”⁹. É neste contexto que, na série historicamente diversa das modalidades de mapas e de práticas de mapeamento, reunindo mapas administrativos, de desenvolvimento, de zoneamento, de penetração etc., os mapas ditos “participativos” vêm acrescentar um “*surplus*” de legitimidade na disputa cartográfica.

Os meandros dessa complexa e desafiadora trama cartográfica são objeto da discussão do presente trabalho de Patricia Portela. Tendo por base o levantamento pioneiro realizado por Rodrigo Nuñez Viegas e Luis Régis Coli, ambos então doutorandos do IPPUR/UFRJ, a autora explora as diferentes dimensões dos processos de apropriação da prática cartográfica por uma pluralidade de sujeitos não-estatais. Seu texto ilumina e dá uma nova sistematicidade ao conhecimento sobre os enunciados destes novos “sujeitos cartografantes”, assim como sobre as diversas redes de relações estabelecidas entre as agências que operam nessa geografia do dissenso territorial.

⁹ Jessica Park, *The New Cartographers - What does it mean to map everything all the time?*, in *In These Times*, february 29 2008.

Apresentação

O livro, ora publicado, foi produzido primeiramente como “relatório de pesquisa” para o Projeto de pesquisa intitulado “Experiências em cartografia social e constituição de sujeitos nos conflitos ambientais”, coordenado em 2008 pelo Dr. **Henri Acselrad**, professor titular do Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ).

A constituição de uma equipe de pesquisa permitiu inicialmente a realização de um levantamento copioso sobre diferentes modalidades de realização dos chamados “mapeamentos participativos” realizado pelos pesquisadores Rodrigo Nuñez Viegas e Luis Regis Coli, então doutorandos do IPPUR/UFRJ. Este levantamento preliminar suscitou discussões e autorizou uma primeira classificação das iniciativas em curso. A documentação então coligida indicava um conjunto de ações direcionado à realização dos designados “mapeamentos participativos” que autorizou o trabalho coletivo a proceder a seguinte classificação das iniciativas de mapeamento: mapeamentos referidos a “planos de manejo em Unidade de Conservação”, a “planos de manejo fora de Unidade de Conservação”, a “etnozoneamentos em terras indígenas” ou referidos a processos de “identificação e demarcação de terras indígenas”; mapeamentos como escopo para a ação direcionada à “educação ambiental” ou a elaboração dos designados “Planos Diretores” urbanos e a diferentes experiências de “zoneamento; mapeamentos que objetivam fomentar o “desenvolvimento local” e o “gerenciamento de bacias hidrográficas”.

Esta primeira iniciativa de levantamento das ações de mapeamento me permitiu elaborar dois quadros demonstrativos que esquadrinham feixes de relações entre agentes e agências promovedoras dessas iniciativas que evidenciam a heterogeneidade das instituições envolvidas nessas ações e nos permitem refletir sobre a mediação de ONG’s na produção de mapeamentos “participativos”, para além das autarquias e agências de Estado que protagonizam a “participação” como metodologia de produção de mapas. De outra parte, o primeiro levantamento realizado pelos colegas Rodrigo Nuñez Viegas e Luis Regis Coli me permitiu reunir uma copiosa documentação que sugere gêneros distintos de produção, desde produtos

políticos como “projetos de intervenção”, estudos encomendados por “planejadores” relatórios e documentos congêneres e ainda artigos e trabalhos científicos.

O desafio, que então me coloquei, de realizar uma “etnografia dos documentos” coligidos me autorizou a colocar em suspenso a noção de “participação” expressa pelas experiências oficiais de mapeamento de domínios territoriais e a descortinar as relações de força subjacentes a um *modus operandi* referido às ações de intervenção oficial. Importante ressaltar que as experiências coligidas até 2008 são anteriores ao decreto 8.243, de 23 de maio de 2014 que instituiu a “Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS” de modo a orientar a “participação social como direito do cidadão e expressão de sua autonomia” (art.3º, inciso I). Decreto este que, intrincado num espinhoso debate a respeito da regulamentação da “participação social” no exercício da cidadania, foi recentemente revogado com a instituição do decreto 9.759 de 11 de abril de 2019 pelo, então, presidente da república dando início ao que muitos consideram como o fim dos “conselhos”, “comitês” e outros “colegiados”¹.

As experiências ora coligidas apesar de anteriores ao decreto 8243 parecem se valer de uma certa noção de participação expressa na qualificação de uma modalidade de mapeamento que passou a ser adotada por ações oficiais de intervenção. Nestas experiências de mapeamento a participação assume a função de método, de metodologia empregada como mecanismo que asseguraria a participação social dos agentes sociais submetidos aos atos do poder público. Pode-se adiantar, que a análise da documentação evidencia que o uso de tal metodologia não somente não assegura, por si só, os instrumentos da participação social, como em se tratando do emprego de um método que é dado de antemão, elide o próprio “lugar da negociação” dispensando a construção de percepções próprias a respeito dos significados de “participação” em cada uma das

¹ A esse respeito e, notadamente sobre a ameaça de extinção do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), consultar: DIAS NETTO JUNIOR, Edmundo Antonio e ASSIS, Wilson Rocha Fernandes. *A desconstrução da participação social*. **Folha de São Paulo**, 15/05/2019.

experiências de mapeamento realizadas². Tais experiências contrastam sobremaneira com as iniciativas de autcartografia realizadas por agentes sociais referidos a distintas entidades e unidades de mobilização política como sindicatos, associações ou movimentos sociais, conforme procuro indicar ao longo do trabalho.

A presente versão do trabalho ora publicado manteve o levantamento e a sistematização dos dados realizados em 2008 consoante os anexos 1 e 2, mas apresenta algumas modificações no texto, incluídas especialmente em notas de rodapé, imprescindíveis ao entendimento da natureza das experiências de mapeamento participativo coligidas e criticamente apreciadas.

² Sobre a atualização de outras modalidades de “participação” adstrita a formas diretas de ação e referidas à aos chamados povos e comunidades tradicionais que ensejam a problematização das formas de participação e consulta prévia, consultar: Almeida, A.W.B, Dourado, S. Lopes, D. S. (ett all). Consulta e participação: a crítica à metáfora da teia de aranha. Manaus, UEA Edições; PPGSA/PPGAS-UFAM, 2013.

OS DESIGNADOS MAPEAMENTOS “*PARTICIPATIVOS*” E O EMARANHADO DE ATOS DE INTERVENÇÃO

O incremento e a popularização das tecnologias de geoprocessamento, ocorridos no Brasil, sobretudo, a partir da década de 1990, têm permitido a incorporação de técnicas cartográficas em uma variedade de intervenções oficiais e voluntárias direcionadas à execução de planos, programas e projetos. Ao se tomar como foco de análise os produtos cartográficos que resultam destas intervenções, ou que lhes subsidiam, é possível reunir um conjunto de ações que não dispensa o conhecimento cartográfico como instrumento de gestão e planejamento do território nacional e de seus recursos ambientais. Uma multiplicidade de mapas resulta destas ações de planejamento e gestão, sinalizando para uma perda de hegemonia do conhecimento cartográfico até então intrínseco aos aparatos de Estado ¹.

O presente trabalho tem como intenção submeter à análise crítica um conjunto de intervenções que fazem uso da cartografia com o objetivo precípuo de realizar mapeamentos. Trata-se em verdade de diferentes modalidades de mapeamento segundo a lógica de ação dos diferentes agentes e sistemas de agentes responsáveis pela elaboração e execução dos projetos ora enfocados: mapeamentos referidos a “planos de manejo em Unidade de Conservação”, a “planos de manejo fora de Unidade de Conservação”, a “etnozoneamentos em terras indígenas” ou a “identificação e demarcação de terras indígenas”, a “educação ambiental”, aos designados “Planos Diretores” urbanos, a diferentes experiências de “zoneamento”; e ainda mapeamentos que fomentam o “desenvolvimento local” e o “gerenciamento de bacias hidrográficas” (cf. Anexo 1).

¹ A esse respeito consultar: LACOSTE, Yves. *A Geografia Serve em Primeiro Lugar Para Fazer a Guerra*. Ed. Papirus, 1985. Ao se propor a efetuar a crítica da geografia enquanto ciência, este autor explicita que a geografia surge como disciplina militar para só depois se tornar matéria acadêmica e de estudo social. Em princípio, os mapas eram instrumentos de operação militar e, por isso, secretos. No Brasil, o Instituto Cartográfico da Aeronáutica (ICA), a Diretoria do Serviço Geográfico do Exército (DSG) e a Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), foram as principais agências responsáveis pela execução da Cartografia Sistemática do País, tendo como responsabilidade o mapeamento de todo o território nacional, em escalas de 1:50.000 a 1:250.000.

Para fins de seleção das experiências de mapeamento enfocadas pelo presente trabalho foi tomado como critério iniciativas de produção cartográfica que sugerem a perda da hegemonia por parte dos aparatos de Estado dos instrumentos cartográficos. Tomo, nesse sentido, o Seminário-Consulta “*Carajás: desenvolvimento ou destruição*” ocorrido em 1993 e coordenado por entidades de representação de trabalhadores rurais como clivagem temporal a partir da qual é possível se perceber a apropriação destes instrumentos por aqueles agentes sociais cujos respectivos territórios eram objeto de ação dos planejadores oficiais. O referido seminário teve como propósito colocar em discussão efeitos dos procedimentos de intervenção dos aparatos de Estado, bem como a lógica das estratégias de poder acionadas para a “região” delimitada e oficialmente definida à execução do Programa Grande Carajás. As reflexões daí resultantes viabilizaram a produção de um mapa que, ao explicitar uma complexa coalizão de interesses empresariais, dava visibilidade aos antagonismos e tensões sociais referidas às disputas em torno do acesso à terra e aos recursos naturais. Ao incluir a dinâmica dos conflitos sociais, esta experiência pode ser considerada como ponto de inflexão relativa à produção cartográfica na medida em que institui uma descontinuidade nos mapas oficiais então predominantes, rompendo assim com a monotonia de bases cartográficas fundamentadas em fatores físicos como clima e relevo. Ao fazê-lo o debate promovido pelo seminário-consulta relativiza a noção de “território” restrita ao Estado-Nação e às divisões administrativas oficiais, que lhe conferem forma e conteúdo, e descortina modos específicos de uso dos recursos ecológicos evidenciando diferentes modos de relação com a base territorial.

Gêneros distintos de documentação resultam ou subsidiam as referidas iniciativas e constituem o material de pesquisa selecionado: **relatórios e documentos congêneres** direcionados a sistematização de experiências, **projetos, informes finais de estudo de caso, artigos**, que pretendem refletir sobre experiências cartográficas então em curso, **textos apresentados** em encontros científicos ou nas designadas oficinas de capacitação, **informes** veiculados pela internet seja por sites oficiais de diferentes agências de intervenção, seja por periódicos eletrônicos de ampla circulação.

As diferentes modalidades de intervenção enfocadas e a profusão de iniciativas de mapeamento referidas a uma mesma “região”² ou a uma mesma modalidade de intervenção colocam, no entanto, certos limites à pesquisa documental. Assim, a pesquisa efetuada sobre fontes documentais se apresenta como tarefa árdua em face de certas iniciativas que incidindo sobre uma dada “região” apresentam diferentes arranjos institucionais ao longo de sucessivas intervenções. A apresentação dos resultados obtidos na execução de dado “programa”, “projeto” ou “plano” de intervenção pode, por vezes, indicar um alinhamento a iniciativas anteriores, sugerindo com isso o propósito de dar continuidade a iniciativas anteriormente efetuadas. O leitor mais desatento pode não perceber que se tratam em verdade de diferentes projetos, assim como por vezes ele pode se perder em face da profusão de informações, considerando que os documentos se contradizem. As designadas “parcerias” entre instituições de natureza distinta podem sofrer alterações, a agência que formula o projeto pode recorrer a convênios temporários para efetuar certa etapa do projeto, os financiamentos podem ser obtidos de diferentes agências financiadoras de forma a contemplar objetivos referidos a outros projetos. Deste modo, se observamos as relações estabelecidas entre as diferentes agências em jogo, referidas a execução ou de um único projeto, ou de diferentes projetos referidos a uma mesma “região”, nos deparamos com um emaranhado de relações difícil de desenredar. Por outro lado, se concentramos nossa atenção nas ênfases, motivações, proposições ou nas estratégias de ação somos obrigados a suspeitar da continuidade de determinados “projetos”.

Para além desta intrincada rede de relações explicitada pela pesquisa documental, poder-se-ia indicar que o primeiro obstáculo que se

² A crítica ao conceito de região foi realizada por BOURDIEU, P. 1993. “A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica da idéia de região”. In: **O poder simbólico**. Lisboa, DIFEL. Como instrumento científico o conceito de região apresenta-se como um caso particular da luta das classificações: a luta pelo poder de “di-visão” legítimo. Como noção operacional, no entanto, ela tanto pode ser compreendida como produto deste embate, quanto como princípio gerador. Bourdieu chama atenção que “*o que faz a região não é o espaço, mas sim o tempo, a história*” (BOURDIEU; 1993: 115). Trata-se, no entanto, de uma noção operacional já cristalizada que é reproduzida acriticamente pelos planejadores oficiais e agentes de intervenção. Por essa razão utilizo-a aqui entre aspas, tendo como intuito chamar a atenção que se trata de uma categoria intrínseca à ação dos planejadores.

coloca à análise crítica da produção cartográfica, então coligida, diz respeito a pressupostos que tentem a naturalizar e objetivar as representações contidas nos mapas. Ou seja, o trabalho de divisão do espaço materializado pelos mapas é comumente pensado como reprodução fidedigna de uma realidade objetiva, como se fosse uma espécie de imagem refletida, isto é, como se todo o trabalho de elaboração de um mapa consistisse apenas numa tradução da realidade através de símbolos gráficos. Sob essa ótica, o mapa é visto como reflexo do real, como *expressão de verdade*, porquanto o conjunto das coisas que ele contém é apresentado como expressão da verdade relativa ao mundo dos objetos. Aos mapas são, portanto, atribuídos poderes de comprovação relativa ao mundo dos objetos de forma que a informação que ele veicula é tida como inconteste.

De outra parte, as iniciativas de mapeamento adstritas aos projetos ora coligidos parecem imprimir aos mapas um poder de natureza distinta, para além da simples comprovação do real: a estes produtos cartográficos são atribuídos poderes de intervenção no real. Poder-se-ia considerar, nesse sentido, que a lógica de disposição dos objetos materializados por tais mapas é similar ao observado por Henri Acselrad com referência às iniciativas de zoneamento econômico-ecológico: “*Ora, no caso do ZEE, ao contrário, tais falam por si mesmos; não se pretendem apenas reflexos passivos do mundo dos objetos, mas intérpretes do que apresenta-se como “a verdade ecológica do mundo. Assim, os mapas do ZEE ‘ordenam e dão ordens’.*” (ACSELRAD; s/d: 3).

O poder de ordenar, de intervir no real, reordenando divisões territoriais, parece não dispensar o atributo de constatação do real (da realidade e como corolário de uma verdade tida como incontestável) conferido ao conhecimento cartográfico. Isto é, o ato de ordenar parece não prescindir de uma série de pressupostos tidos como verídicos pois que fundamentados na ciência e na técnica. Ordena-se através de verdades científicas e técnicas de modo que os produtos cartográficos, que resultam do conjunto de intervenções ora enfocado, não apenas incorporam os saberes técnico e científico, mas destes são tributários.

Por essa via de análise, distintos “*saberes*”³ referidos a um conjunto de especialistas faz-se presente no ato mesmo de mapear. Nesse sentido, uma análise crítica da produção cartográfica não pode desconhecer que o ato de produzir um mapa encerra num ato de classificação de modo que as divisões do espaço nele objetivadas jamais podem ser pensadas como simples materialização de uma realidade tida como objetiva ou dada pela natureza. A análise crítica da produção cartográfica não prescinde dos princípios de classificação que lhes são subjacentes, porquanto sejam estes que orientam todo o trabalho de construção das representações cartográficas. De outra parte, enquanto ato de classificação, o trabalho de divisão do espaço encontra-se encerrado num embate de forças, isto é encontra-se referido a uma disputa pela imposição da classificação legítima. Isto significa que os referidos princípios de classificação são atualizados por agentes referidos a um determinado sistema de relações de força. Deste modo a reflexão sobre a produção cartográfica deve se ater, tanto aos princípios de classificação acionados para dividir o espaço, quanto deve perscrutar quem produz o mapa, de onde produz e quando produz. Para além dos símbolos gráficos explicitados nos mapas há, pois, um conjunto de práticas e representações sociais implícitas ao trabalho de produção cartográfica que constitui o foco da reflexão crítica sobre a produção cartográfica ora efetuada.

Para tanto, importa perscrutar quem são os agentes da produção cartográfica e a que competências tais agentes estão referidos. Isto é, que competências são tidas como capazes de efetuar as diferentes modalidades de mapeamento que integram o conjunto de intervenções ora enfocadas e que, em consequência, são percebidas como habilitadas a disputar os mecanismos de controle social dominados pela geografia em sua feição de inspiração geopolítica e militar⁴.

³ O conceito de *saber* é tomado de Michel Foucault, o qual longe de ser analisado em termos de conhecimento, é entendido mediante todo um conjunto de elementos que orienta a prática de cientistas, ou de certas especialidades acadêmicas, nos variados lugares institucionais a partir dos quais diferentes especialistas obtêm o seu discurso. (FOUCAULT; 1968: 42).

⁴ A esse respeito parecem sugestivas as considerações de Ives Lacoste e M. Foucault, embora Lacoste ao tomar como ponto de partida de suas análises o fato de a geografia

Compulsando os documentos coligidos pode-se perceber que as referidas experiências de mapeamento convergem para atualização de uma metodologia designada “participativa” que não dispensa, para além dos saberes técnico e científico, os chamados saberes tradicionais. Diante disto, importa descrever a dispersão e abrangência destes diferentes tipos de saber, bem como situar o estatuto de cada qual na aplicação do método participativo: o que compete a cada qual, que tipo de função lhes é atribuído no exercício deste método, como eles se relacionam, isto é, se entrecruzam, se acoplam ou se excluem para atingir este objetivo.

O esforço de colocar em suspenso a noção de “participação” ainda nos exige deslindar a rede de relações estabelecidas entre agências e agentes referidos à execução dos designados mapeamentos de forma a perscrutar o sujeito da ação em jogo: quem participa de quê? Quem é no âmbito de determinada iniciativa o sujeito que promove a iniciativa de participação? Que agências participam de certa iniciativa e que função elas cumprem no jogo da participação? Numa primeira aproximação pode-se observar que a função de “promover” não se confunde com a função de “mediar”, de sorte que as agências promovedoras da ação de participação não exclui um conjunto de agências cuja função seria a de mediar uma iniciativa de mapeamento de modo a aproximar o sujeito da ação dos agentes sociais cujos territórios serão objeto da ação de mapeamento. De outra parte, a distinção entre iniciativas referidas ao designado “mapeamento participativo”, a designada “cartografia social” ou a iniciativas de autocartografias são relevantes ao esforço de colocar em suspenso a noção de “participação” ou o adjetivo “participativo” que qualifica uma metodologia que tem sido atualizada de forma sistemática

servir inicialmente para “fazer a guerra” busca evidenciar não apenas que a geografia serve para conduzir operações militares, mas que ela serve também para organizar territórios. Isto é, ressalta que como instrumento de poder a geografia se presta não somente como previsão das batalhas que é preciso mover contra este ou aquele adversário, mas através dela exercita-se com eficácia o controle dos homens sobre os quais o aparelho de Estado exerce sua autoridade. Essa mesma perspectiva de análise é pontuada por Hérodote, interlocutor de Foucault, ao indicar que a “geografia se desenvolveu à sombra do exército”. Em desdobramento Foucault atenta que o mapa como instrumento saber-poder atualiza três técnicas que apesar de terem se sucedido historicamente não permanecem isoladas umas das outras: medida entre os gregos, investigação na Idade Média e inquérito no século XVIII. (FOUCAULT; 1993: 162)

com o surgimento das novas tecnologias de geoprocessamento. Quem são aqueles que acionam a noção de participação como designativa de uma modalidade de método? O que o usos dessa noção em ações de intervenção oficial buscam fazer reconhecer e legitimar?

REDE DE RELAÇÕES ENTRE AGÊNCIAS: modalidades distintas de vínculos

Numa primeira aproximação observa-se que as iniciativas de “mapeamento participativo” estão referidas a um conjunto de intervenções políticas, sociais e de planejamento que integram o conjunto dos projetos ora focado (cf. Anexo 1). Tais projetos são promovidos por agentes e sistemas de agentes referidos a agências governamentais, ONG’s, entidades de representação e associativas, agências de produção de conhecimento científico de forma a delinear um conjunto heterogêneo de instituições que, articuladas entre si, instituem redes de relações cuja trama é difícil desenredar (cf. ANEXO 2). Isto é, os tipos de vínculo que tais agentes e agências estabelecem entre si através dos designados “**apoios**”, “**parcerias**”, “**consórcios**” “**financiamentos**”, “**filiações**”, dentre outras formas de articulação, permitem evidenciar feixes de relações, que se compõem e se decompõem, desenhando tramas sociais que colocam em suspenso as unidades coesas sugeridas pelas propostas e execuções de cada projeto. Além disso, as proposições, os objetivos expressos (as designadas “missões”) e a história de atuação de cada uma das agências insinuam possíveis articulações, sugerem aquelas que se tornam refratárias ou indicam contradições.

A densidade e a complexidade das tramas sociais, a que tais feixes de relações permitem observar, variam consoante a natureza dos vínculos suscetíveis de serem estabelecidos entre determinadas agências, e conforme as funções atribuídas a cada uma delas no que respeita à execução de dado projeto. Assim, as articulações estabelecidas entre determinadas agências implicam numa atribuição de funções distintas de forma a hierarquizar as relações em jogo. Os designados “consórcios” podem eleger uma agência como “líder”, os vínculos referidos a articulação designada “apoio” encerram numa relação intrinsecamente hierarquizada. Nas designadas “parcerias” há agências que assumem funções de teor mais genérico, isto é, elas podem ser apresentadas como “executoras” dos projetos ou como “articuladoras” da rede de relações delineada pelas agências, assim como podem assumir funções específicas, pontuais ou rigidamente determinadas.

Ademais os significados destas categorias que expressam as articulações entre agências objetam reificações porquanto eles implicam numa relação em tudo dinâmica e sofrem alterações de sentido conforme a posição das agências no sistema de relações hierárquicas. Isto significa que a atribuição da condição de parceiro varia segundo a perspectiva daquele que lhe imputa ou segundo a circunstância e a época.

A tese de doutoramento de Cynthia Martins ao discutir processos referidos a politização da categoria quebradeira de coco e sua objetivação em movimentos social, explicita o conjunto de categorias que, atualizadas por lideranças, são representativas das diferentes modalidades de relações alusivas às articulações estabelecidas pelo Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB. Dentre estas Martins ressalta o significado de “**parceiros**”, “**aliados**”, “**companheiros**” e “**apoio**”. Os “parceiros” são descritos como organizações que possuem frentes de luta que se aproximam daquelas travadas pelo movimento das quebradeiras de coco. Os vínculos do MIQCB com seus parceiros são permanentes e caracterizam-se por um vínculo duradouro. Já com os designados “aliados” os vínculos assumem caráter contingencial e de duração efêmera, ligado a uma circunstância determinada. Como exemplo de “aliados” as lideranças do MIQCB citam os vínculos estabelecidos com representantes de órgãos governamentais ou ainda as relações travadas no plano político partidário. De outra parte, nem sempre o poder público é percebido como aliado contingencial, por vezes os vínculos com agências governamentais são descritos como “apoio”, notadamente quando há financiamento de projetos ou viabilização de recursos para a realização de algum evento provido por movimentos sociais. O “apoio” também é representado como datado, com data de início e de fim predeterminadas. Diz respeito ainda às relações com agentes e agências multilaterais que financiam projetos, seja de fortalecimento do movimento, seja de financiamento de projetos econômicos que subsidiam a aquisição de equipamentos. As lideranças do MIQCB distinguem ainda os companheiros e companheiras como estando em diferentes esferas de relações, tanto entre os parceiros como entre elas. Referem-se uma às outras como companheiras. A categoria companheira por veze pode dar sentido a uma homogeneização de diferenças e estar referida a um compartilhamento das “lutas”. A categoria “companheiro” está relacionada à esfera familiar, sendo designativa de relações conjugais

com aqueles que, mesmo sem envolvimento direto com a “luta”, compartilham a vida⁵.

O uso das aspas na palavra “luta” busca chamar atenção para a atualização de uma categoria de uso corrente expressa por aqueles que estão reunidos em movimentos sociais. Em termos analíticos tal categoria nos autoriza a distinguir um léxico próprio que nos indica a liminaridade de enunciados, atos e práticas referido ao conjunto das iniciativas designadas “mapeamentos participativos” de forma a nos permitir estabelecer uma clivagem entre estas, objeto de reflexão do presente trabalho, e as ações dirigidas por agentes sociais objetivados em movimento social que podem inclusive implicar em ações de autcartografia desnudando dissensos com relação aos mapas que resultam dos chamados mapeamentos participativos.

Nesse sentido, pode-se perceber que o léxico relativo às categorias que expressam os diferentes significados atribuídos às relações de articulação entre agentes e agências pode sofrer alterações: em se tratando de movimentos sociais, além das categorias “parceria” e “apoio”, observa-se a atualização das categorias “aliança” e “companheiro”. Além disso, cotejando o léxico explicitado por Martins com o léxico expresso pelos documentos compulsados pode-se perceber que o critério de atribuição destas diferentes categorias, designativas das possíveis articulações, também varia. Ou seja, o critério de atribuição da condição de parceiro acionado por um agente referido a um movimento social é distinto do que pode ser observado entre sistemas de agentes referidos à execução de determinado projeto de intervenção oficial. Na primeira situação o critério acionado remete à “luta” em comum ou compartilhada, enquanto nesta última situação o critério em jogo remete aos propósitos de elaboração ou execução de determinado projeto, à implementação de uma “fase” deste ou ainda ao exercício de determinada função em referência ao conjunto de atribuições estipuladas a cada uma das agências. Este sentido de parceria

⁵ Consultar: MARTINS, Cynthia. **O machado é nossa tecnologia: presencialidade da tradição**: análise da relação entre práticas “artesaniais” de agroextrativistas organizadas por critério de gênero e as iniciativas empresariais. Tese de doutorado apresentada ao PPGA/UFF, 2008. Mimeo. pp-235-241.

não parece sugerir vínculos de natureza duradoura tal como se apresenta em contextos de mobilização política, observado por Martins.

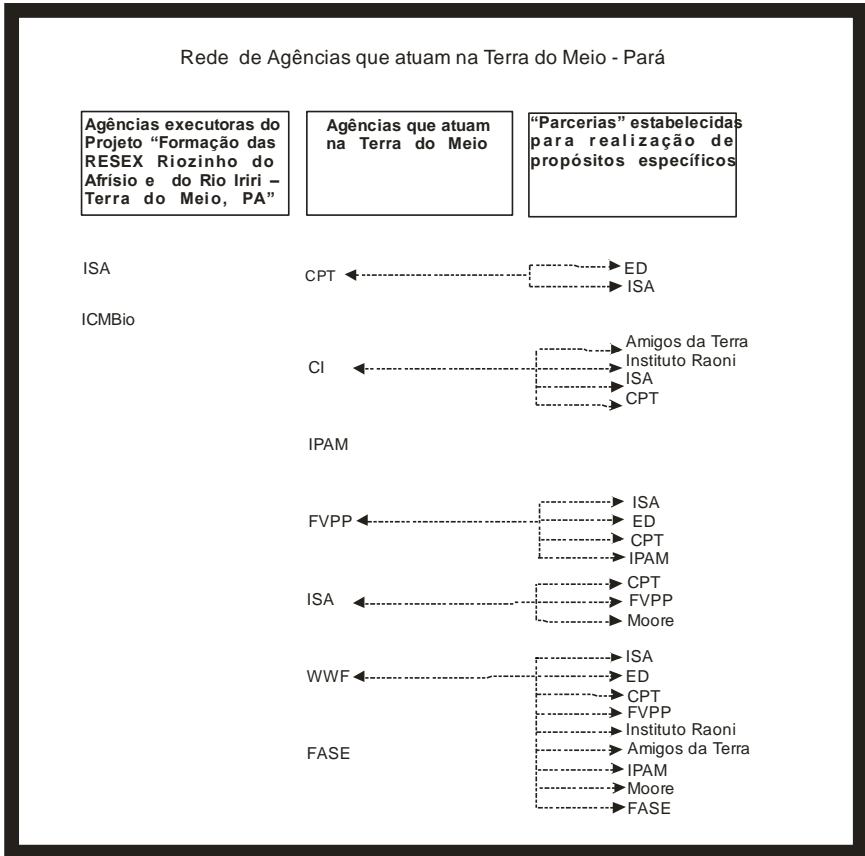
Iniciado em 2006 o projeto “**Formação das RESEX Riozinho do Afrísio e do Rio Iriri – Terra do Meio, PA**” tem como objetivo fornecer subsídio a planos de manejo em Unidade de Conservação e bem exemplifica o tipo de “parceria” estabelecido por diferentes agências no sentido de intervir em dada “região”. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (**ICMbio**) e Instituto Socioambiental (**ISA**) aparecem como agências responsáveis pela elaboração e execução do Projeto. Não obstante, ao se compulsar a documentação observa-se a intervenção de outras agências que assumem funções específicas de ação na “região”. A Comissão Pastora da Terra (**CPT**) assume como prerrogativa a função de prestar assessoria às “comunidades locais”. Compromete-se a fornecer “apoio” à educação e ao processo de regularização fundiária, a “capacitar” as designadas “comunidades” para a reivindicação de seus direitos de forma a pressionar o poder público no atendimento dos direitos básicos de cidadania. Articula-se com tais propósitos ao Instituto Socioambiental e a Defesa Ambiental – **ED**. A **Conservation Internacional** - Brasil apesar de não ter experiências anteriores na “região” da Terra do Meio, desenvolvia trabalho nas terras indígenas Kayapó e assume como função estabelecer um diálogo nos aspectos referentes à gestão integrada de terras indígenas e unidades de conservação na Terra do Meio. Para tanto, apresenta como “parceiros”: **Amigos da Terra, Instituto Raoni, ISA e CPT**. A Defesa Ambiental – **ED** assume na Terra do Meio a “parceria” com **CPT** e **ISA** com o objetivo de levantar recursos para “apoiar” suas ações, sobretudo nas **RESEXs**. O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (**IPAM**) compromete-se a elaborar uma estratégia de desenvolvimento para agricultura familiar frente à pavimentação da BR- 163; viabilizar as **RESEXs** via agricultura familiar; conter avanço de desmatamento através de estudos e produzir gêneros específicos de produtos políticos, como os chamados “diagnósticos”, assim como propor “cenários” (“Projeto Cenários”); dispõe-se a executar um **Programa de Planejamento Regional** e a minimizar o conflito entre madeireiros e colonos. A Fundação Viver Produzir e Preservar (**FVPP**) concentra-se na mobilização social, educação, gênero e desenvolvimento

rural junto à agricultura familiar, com foco na transamazônica e nas Unidades de Conservação (UCs) da Terra do Meio; tendo como parceiros: **ISA, ED, CPT e IPAM**. Na Terra do Meio o ISA, em “parceria” com a CPT, propõe-se a levantar recursos, a acompanhar a criação e implantação de UCs e a executar planos de manejo com preocupação com a gestão integrada das áreas e do chamado “corredor do Xingu”. Para tanto é “parceiro” da **FVPP e CPT**. O Fundo Mundial de Conservação da Natureza (**WWF-Brasil**), organização direcionada a ações de “conservação ambiental” no Brasil, adota como foco na região as áreas protegidas do designado “corredor” da Terra do Meio. E por fim a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – **FASE**, instituição que atua no domínio de ação referido ao desenvolvimento rural, busca contribuir para o conjunto de intervenções enfocado através da experiência acumulada na área organizativa e de educação junto a movimentos sociais rurais⁶.

O quadro demonstrativo abaixo explicita a rede de agências que atuam na Terra do Meio com o propósito expresso de delimitar uma rede de ação pela sua “conservação”.

As diferentes atribuições relativas às ações destas agências têm como objetivo genérico e expresso a construção de uma rede de ação pela “conservação” da “região” da Terra do Meio. Compulsando-se a documentação se observa que para além das ações diretamente referidas à conservação do meio ambiente, outros temas e problemas orientam as ações destas agências: gênero, educação, direitos básicos de cidadania; planejamento regional; regularização fundiária, agricultura familiar e desenvolvimento rural; conflitos e mobilizações sociais. Isto sugere que a “rede de ações” na Terra do Meio transcende a problemas alusivos a “conservação” dos recursos ecológicos, tanto quanto insinua temas e problemas que são percebidos como correlatos à construção e delimitação de uma nova questão pública: a preservação do meio ambiente.

⁶ Consultar: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA, COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT – XINGU, FUNDAÇÃO VIVER PRODUZIR PRESERVAR – FVPP, WWF- BRASIL E DEFESA AMBIENTAL – ED. **Seminário Perspectivas para a Terra do Meio 16 e 17 de maio de 2006.**



Em verdade, o conjunto destas intervenções delimita, constrói e contribui para a atribuição de novas feições à designada Terra do Meio. As ações da WWF e seus parceiros na área visam à implementação de um “mosaico” de UCs na Terra do Meio, assim como a Conservation Internacional – Brasil orientada ao que denomina “desenvolvimento sustentável” busca introduzir alternativas econômicas, que incentivam a produção de novos gêneros e produtos. Além disso, a referida “região”, sob a ótica destes agentes, passa a ser delimitada e referida ao chamado “Corredor da Bacia Hidrográfica do Xingu”, integrado por 18 Terras Indígenas e Unidades de Conservação de proteção integral e de uso sustentável. Deste modo, a designada Terra do Meio passa a ser vista como

inscrita em outra “região” que, delimitada por critérios ecológicos, dispensa as divisões administrativas oficiais. Apesar de critérios de caráter ecológico autorizar a inserção da designada Terra do Meio no “Corredor da Bacia Hidrográfica do Xingu”, critérios econômicos e referentes a diferentes tipos de conflito social determinam a sua especificidade. A extração e a produção de látex no passado, assim como a exploração ilegal de recursos naturais no presente (notadamente ouro, estanho e mogno) conferiram-lhe características próprias de ocupação. De outra parte, pressões dos movimentos sociais em face de conflitos sociais referidos a empreendimentos madeireiros e minerários existentes na área levam à luta pela demarcação da RESEX Riozinho do Afrísio e do Rio Iriri, sugerindo com isso que os opositores dos agentes sociais são distintos, tanto quanto o próprio processo social de enfrentamento destes opositores e de mobilização política.

O problema aqui não reside apenas na dificuldade de análise que a complexidade e a densidade das tramas, delineadas por estes feixes de relações, encerram, mas na própria dificuldade de percepção sobre a natureza dos vínculos e as atribuições de função. Vínculos estes que nem sempre estão explicitados pela documentação referida aos projetos porquanto sejam ora tomados como autoevidentes pelos planejadores, ora referidos a projetos cuja função estratégica implica em assegurar o sigilo das ações oficiais, reatualizando um *modus operandi* balizado pela noção de segredo de Estado própria de regimes de governo totalitários.

Para além das relações estabelecidas com o propósito de executar determinado projeto ou intervir em dada “região”, cada agência de intervenção possui autonomia para classificar e hierarquizar as articulações que estabelece segundo seus próprios preceitos. O ISA, por exemplo, apresenta uma copiosa lista de parceiros distinguindo-os entre “parceiros institucionais”, “parceiros multisetoriais”, “parceiros programáticos” e “parceiros setoriais”.

Poder-se-ia sugerir que através destes diferentes tipos vínculos e funções diferenciadas relações de força específicas são delineadas e atualizadas, explicitando que nem sem há uma afinidade entre as agências que se articulam em torno de um mesmo projeto. Sob esta perspectiva, a articulação entre as agências consubstanciada num repertório de vínculos e

funções autoriza a colocar em suspenso a própria idéia de “mapeamento participativo” a qual os projetos ora enfocados buscam endossar e instituir certa legitimidade pautada no aceite incontestado de que a “participação” como metodologia assegura uma inclusão ou uma colaboração ativa daqueles sujeitos sociais que são alvo de intervenções oficiais. De uma certa perspectiva, o processo de construção da legitimidade destas ações de mapeamento participativo fundamenta-se na produção de um *reconhecimento*, no sentido de *desconhecimento*, de que o ato de participar pode trazer consigo uma função de subordinação balizada pela função de colaboração e cooperação em relação a algo que não se formulou, em relação a algo em que não se é o sujeito da proposição.

Para além das situações referidas a multiplicidade de agências que desenvolvem projetos em uma mesma “região”, a documentação coligida indica situações de sobreposição de Projetos, isto é, Projetos que a despeito do fato de se sucederem no tempo e possuírem ênfases, motivações e proposições próprias são percebidos referidos a um mesmo Projeto ou experiência comum, de forma a salientar a continuidade das ações. A este exemplo podem ser citados: o “Projeto Comunidades e Florestas” ou “Projeto Demonstrativo Gurupá”, “Projeto Manejo comunitário dos recursos florestais e de pesca em áreas de várzea do município de Gurupá Pará”, “Projeto Gurupá-PA” e o “Projeto Bem-te-vi” (cf. Anexo1).

Iniciado em 1994, com previsão três anos de duração, o Projeto Gurupá-PA teve como objetivo geral promover o uso sustentado dos recursos florestais madeireiros tendo como “entidades responsáveis” Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional-FASE, (Programa Gurupá) e Sindicato de Trabalhadores Rurais de Gurupá e como “parceiros” as seguintes entidades: Conselho Paroquial, Movimento das Mulheres, Cooperativa Mista Agroextrativista de Gurupá, Associação de Marceneiros, Associação de Produtores Rurais e a Comissão Pastoral da Terra-CPT, sendo financiado pela Comunidade Econômica Européia. Este projeto pretendia beneficiar diretamente a “população”⁷ de três

⁷ A categoria “população” _ e por extensão comunidade ou comunitários em sentido genérico_ é recorrente em produtos políticos elaborados por instituições do poder público sendo norteada por princípios de classificação de pretensão homogeneizadora que dispensa critérios de autodefinição.

comunidades e indiretamente os “associados” e “parceiros” do projeto. O projeto previa a implantação de projetos pilotos de manejo florestal sustentável e programas de capacitação de pessoal local em técnicas de manejo e gerenciamento de negócios⁸.

Fim do este financiamento a FASE inicia em fevereiro de 1997 outro projeto, Projeto Demonstrativo Gurupá ou Projeto Comunidades e Florestas, com apoio financeiro da ICCO (Organização Interclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento – Holanda)⁹. Considerando que as estratégias de gestão, uso e conservação dos recursos naturais da Amazônia não poderiam avançar sem que o problema da propriedade da terra não estivesse resolvido, a FASE desloca seu foco de ação: das ações direcionadas ao “manejo florestal” para ações referidas a “regularização fundiária”. Para tanto, fundamenta-se nos resultados apresentados pelo Projeto Bem-te-vi (1992-1995).

Com financiamento da Comunidade Européia, o Projeto Bem-te-vi foi coordenado, no entanto, por dirigentes sindicais e concentrava suas ações na afirmação de concepções de direitos em face ao chamado sistema de aviamento. Controlando grandes extensões de terras públicas, os designados “patrões” se valiam de formas de imobilização da força de trabalho contra as quais os trabalhadores rurais se opunham. É neste contexto de enfrentamento que se inicia o debate sobre a regularização fundiária.

O Projeto Demonstrativo Gurupá incorpora os dados levantados pelo Projeto Bem-te-vi e a FASE busca articula-se ao STTR a fim de implementar seus propósitos. De outra parte, com o objetivo de realizar

⁸ FUNDO MUNDIAL PARA A NATUREZA – WWF, PROGRAMA NATUREZA E SOCIEDADE – SUNY, CENTRO DOS TRABALHADORES DA AMAZÔNIA – CTA. **Manejo Florestal Comunitário na Amazônia:** Relatório da Primeira Oficina de Manejo Florestal Comunitário realizado de 20 a 25 de abril de 1998 em Porto Dias, no Acre, para trocas de experiências agentes sociais referidos a 12 iniciativas de manejo florestal na Amazônia.

⁹ INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL e FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL –FASE. **Regularização fundiária e manejo florestal comunitário na Amazônia:** sistematização de uma experiência inovadora em Gurupá-PA / Instituto Internacional de Educação do Brasil, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Brasília: IEB, (Projeto Comunidades e Florestas).

um levantamento da situação documental dos imóveis registrados no Cartório de Registros de Imóveis do município de Gurupá, nos arquivos do ITERPA e na Delegacia de Patrimônio da União, a FASE estabelece convênios com o ITERPA, a CPT e o STTR. Além de concentrar seus objetivos no problema de regularização fundiária, a FASE amplia sua atuação na área, atingido 20 das 64 comunidades que formam a base social da Paróquia de Santo Antônio de Gurupá.

Em 2008 através do projeto “Manejo comunitário dos recursos florestais e de pesca em áreas de várzea do município de Gurupá, Pará” a FASE articula-se com o MMA, IBAMA, PPG7 e ProVárzea ampliando a área de intervenção no município (40 comunidades são selecionadas) e adotando as seguintes linhas de ação: segurança alimentar, monitoramento ambiental, manejo florestal comunitário de produtos madeireiros e não-madeireiros, regularização fundiária, pesca, comercialização, financiamento, divulgação e gestão¹⁰. Vê-se com isso que se trata de diferentes Projetos que foram implementados através de redes distintas de articulação e em diferentes contextos políticos.

Uma terceira situação observada em referência à rede de relações entre agências diz respeito a experiências que se mostram refratárias a outras iniciativas de intervenção. A esse exemplo pode ser citado o estudo efetuado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia em comunidades referidas ao Grupo de Preservação e Desenvolvimento (GPD) no município de Tefé no Amazonas¹¹. Ao tomar como objeto de estudo o movimento de preservação de lagos na “região” de Tefé, este estudo intenciona analisar um modelo específico de mediação e as dinâmicas e processos relacionados ao manejo comunitário de recursos naturais que não são pautados na perspectiva do desenvolvimento local ou da diversificação das atividades econômicas. Por esta razão, ao eleger as comunidades alvo da pesquisa, este estudo toma como critério de exclusão o vínculo de comunidades a iniciativas que adotam como escopo o

¹⁰ MMA, IBAMA, PPG7, ProVárzea. **Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea**. http://www.ibama.gov.br/provarzea/download.php?id_download=496

¹¹ INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZONA- IPAM. **Manejo de lagos na região do médio Solimões: a experiência das comunidades do Grupo de Preservação e Desenvolvimento (GPD) - Tefé – Amazonas – Brasil**. Informe final de estudo de caso, 2001.

“desenvolvimento sustentável”. Deste modo, a comunidade de Novo Pirapucu ainda que tida como comunidade filiada ao Grupo de Preservação e Desenvolvimento (GPD) não foi incluída na pesquisa já que fora integrada ao Projeto de Comercialização do Pescado (PCP) referido à Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamuriá¹².

A descrição das relações estabelecidas entre as diferentes agências executoras dos projetos listados evidencia relações hierarquizadas que contrariam as premissas “participação” ou “diálogo” que sustentam os vínculos entre “parceiros” e demais modalidades de articulação, assim como válida suspeitas de continuidade das ações de Projetos consecutivos e ressalta a vigência de ações colidentes. A própria adjetivação “local” imputada aos “parceiros” e “comunidades” já evidencia que as agências e os planejadores são “de fora” sugerindo que não são uníssonas a lógica das ações ou as *disposições* dos diferentes agentes.

Nesse sentido, pode-se considerar que as iniciativas de “mapeamento participativo” efetuadas pelo poder executivo inscrevem-se em procedimentos oficiais referidos a formas de controle atualizadas pelos aparatos de Estado; aproximam-se, sob esta ótica, das iniciativas de cadastramento, dos recenseamentos, dos inventários e das listagens que são subjacentes às intervenções oficiais.

Iniciativas de controle e gestão de territórios étnicos e de seus recursos naturais promovidas, no entanto, por entidades e organizações representativas dos direitos étnicos a exemplo de certas experiências de etnomapeamento e etnozoneamento¹³ podem vir a tomar os mapas

¹² INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZONA- IPAM. **Manejo de lagos na região do médio Solimões**: a experiência das comunidades do Grupo de Preservação e Desenvolvimento (GPD) - Tefé – Amazonas – Brasil. Informe final de estudo de caso, 2001.

¹³ Cloude Correia atenta que as experiências de “etnozoneamento”, “etnomapeamento” e ainda “diagnóstico etnoambiental” têm sido consideradas de distintas formas por lideranças indígenas, consultores e representantes de instituições governamentais e não-governamentais. *“Há uma considerável confusão conceitual, sendo algumas vezes concebidos como “instrumentos de planejamento”, “instrumentos de diagnóstico”, “instrumentos de mapeamento”, “instrumentos de gestão ambiental”, “instrumentos de gestão territorial”, “instrumentos técnicos e políticos”, entre outros. Mais recentemente, por meio de um esforço analítico e classificatório, todos estes termos foram unificados*

temáticos produzidos sobre as terras indígenas como instrumentos políticos. Isto é, a articulação entre agências de governo, ONG's e entidades de representação orientada por tais propósitos autoriza organizações indígenas a tomar os produtos cartográficos que resultam destas ações como instrumentos de interlocução com o poder público. A exemplo da experiência “piloto” de Etnozoneamento na Terra Indígena Mamoadate (313.647 ha), no estado do Acre, onde vivem mais de 800 índios Manchineri e Jaminawa no alto rio Yaco. Dentre os sete mapas produzidos, o mapa de ocupação humana e o mapa de invasão da terra indígena permitiram às organizações indígenas identificarem que parte de suas terras estão situadas fora dos limites demarcados pela FUNAI e identificarem a invasão de suas terras por traficantes de drogas que vindo do Peru descem pelas cabeceiras do rio Yaco.

Iniciativas de etnozoneamento posteriores a esta experiência “piloto” puderem ser orientadas a partir da percepção por parte das lideranças indígenas de que formas específicas de apropriação dos mapas poderiam ser utilizadas. O etnozoneamento da TI Rio Gregório iniciado em 2005 permitiu aos povos Yawanawá e Katukina fazerem uso dos mapas temáticos como instrumento de interlocução com a Funai através do processo de revisão do limites de suas terras perante ao Grupo Técnico (GT) criado oficialmente pela Funai em 2004. Iniciativas deste tipo sugerem que a apropriação e o uso que se faz dos mapas, ao estar remetida aos interesses daqueles que deles se apropriam, obedecem a lógicas distintas, objetando assim a própria idéia de objetividade atribuída aos mapas.

De outra parte, a documentação coligida evidencia que o processo de produção destes mapas é comumente orientado por uma divisão social do trabalho: agências de governo e ONG's apresentam-se como detentoras de um saber técnico referido ao conhecimento cartográfico, enquanto

como “etnoinstrumentos” que podem ser utilizados dentro do que seria um amplo processo de gestão territorial em TI, composto por quatro etapas: de articulação, de diagnóstico, normativa e de execução” (CORREIA; 2007: 5). De acordo com esta última classificação, o etnozoneamento faz parte da etapa normativa e o etnomapeamento faz parte etapa de diagnóstico, sendo o primeiro percebido como um “instrumento técnico e político” e este como “instrumento de mapeamento”.

entidades de representação indígenas controlam o acesso àqueles que detêm saberes tradicionais referidos às áreas de caça, pesca, coleta e aos roçados, de terra firme ou de praia, assim como controlam os caminhos que dão acesso aos locais de Reserva, isto é são portadores de saberes que estruturam uma “ciência tradicional da floresta”¹⁴.

Deste modo, a divisão social do trabalho que orienta o uso de metodologias participativas permite que os produtos que resultam de certas intervenções sejam apropriados de distintos modos pelos designados “parceiros” envolvidos na execução de determinado projeto. Os mapas temáticos resultado de experiências ou de etnozoneamento ou étnico mapeamento podem ser tomados tanto como instrumento de controle e exercício do poder pelos aparatos de Estado, quanto como instrumento político que se presta ao exercício de mecanismos de pressão por entidades de representação.

Há, entretanto, a uma distinção a ser observada: o uso dos mapas como instrumentos políticos tanto pode ser atualizado na relação de grupos étnicos com os aparatos de poder, quanto podem denotar um instrumento de afirmação identitária e étnica. Ou seja, o uso dos mapas como instrumento de interlocução com os aparatos de Estado distingue-se de seu uso como instrumento de afirmação identitária, tal como se observa nas experiências de “autocartografia”: experiências através das quais grupos sociais que, dominando as condições de produção dos mapas _

¹⁴ A esse respeito consultar: AQUINO, Terri. “As viagens de volta”. In: **Papo de índio**. Rio Branco-AC, 14 de novembro de 2004. http://www.pagina20.com.br/14112004/papo_de_indio.htm. As considerações do autor permitem observar como estas experiências de intervenção _ etnozoneamento e etnomapeamento _ são percebidas por lideranças tradicionais, pajés, professores, agentes de saúde, agroflorestais e representantes de suas comunidades e associações. Ao fazê-lo permite relativizar um conjunto de pré-noções reificadas pela produção científica referida ao estudo dos índios que denotam comportamentos tidos como passivo; isto é, estudos que orientados por pelo conceito de *aculturação* ou pela noção de *isolamento* interpretaram as mudanças sócio-culturais como perdas de traços culturais. Sob, esta ótica a produção científica reforçou representações de passividade que destituíram os índios da condição de agentes ativos.

Em desdobramento as considerações de Aquino permitem confrontar o conteúdo da própria documentação coligida, porquanto o conteúdo dos documentos reunidos expressa a visão dos agentes planejadores sobre cada um dos processos de intervenção em jogo.

mais que dominarem simplesmente suas ferramentas técnicas_ fazem dos produtos cartográficos uma instância de afirmação identitária.

A esse exemplo pode ser citado o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) que não se enquadra em ações de intervenção oficial mas que alinha a uma pluralidade de iniciativas de autcartografia promovida por grupos sociais autodesignados povos e comunidades tradicionais. Os produtos cartográficos que resultam dessas experiências leva em conta o que é relevante para aqueles que de fato controlam o uso dos recursos naturais. Até o primeiro semestre de 2008 o PNCSA já havia publicado 48 fascículos distribuídos em três séries de publicações: “Movimentos Sociais, Identidade Coletiva e Conflito”; “Comunidades Tradicionais do Brasil”; “Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia”¹⁵. Este projeto está vinculado a um amplo conjunto de universidades públicas tem estabelecido de forma a estabelecer relações de pesquisa com associações locais e agentes sociais objetivados em movimentos sociais.

Ao se compulsar produtos que resultam das relações de pesquisa atualizadas através do PNCSA, notadamente os denominados fascículos e boletins, que apresentam o trabalho de autcartografia, nota-se, no entanto, que agências que constam como executoras ou que articuladas por meio de “parcerias” coordenam os projetos ora coligidos (cf. ANEXO 1) constam nestes fascículos como agências que provocam conflitos a determinados grupos sociais. O fascículo intitulado “**Mulheres do Arumã do Baixo Rio Negro, Amazonas**” explicita o conflito da Associação dos Artesãos de Novo Airão_ AANA, fundada em 1996, com o IBAMA que passou a proibir a utilização de feixes de arumã por aquelas famílias que,

¹⁵ Criado em 2004 o PNCSA permanece em vigência até o presente (2019) e tem dado continuidade aos trabalhos de autcartografia. Segundo o levantamento realizado em 2019 pela bibliotecária Rosiani Lima, nesses 15 anos de pesquisa, a Nova Cartografia Social da Amazônia mantém relações diretas com movimentos sociais e associações, totalizando aproximadamente: 212 formas organizativas e indiretamente: com 142 entidades apoiadoras, totalizando 330 publicações. Já foram produzidos e publicados fascículos (brochuras), boletins, cadernos, livros, *reports*, catálogos e mapas situacionais. As publicações em formato impresso até fevereiro de 2019, totalizam mais de 350.000 exemplares. A produção inclui 178 fascículos com uma tiragem de 226.700 exemplares; 37 Boletins; 13 cadernos; 10 *reports*; 15 mapas situacionais; 70 livros e 3 Catálogos.

egressas do interior do município, se recusaram a vender sua força de trabalho para os chamados “patrões” na cidade, optando pela comercialização de artesanatos que utilizam a arumã como matéria prima. Assim como o fascículo intitulado “**Quilombolas do Tambor, Parque Nacional do Jaú, Novo Airão, Amazonas**” explicita diferentes tipos de constrangimento vividos pelos autodesignados “quilombolas do tambor” com técnicos do IBAMA. Em razão da tensão produzida por seu reconhecimento oficial como “comunidade remanescente de quilombo”, cf. o art. 68 do ADCT da Constituição Federal, e o fato de suas terras estarem situadas em “área de proteção integral”, os técnicos do IBAMA passam a adotar uma série de medidas proibitivas que interferem no cotidiano dos quilombolas.

REDE DE RELAÇÕES ENTRE AGÊNCIAS: interseção entre *campos*, *relações entre temas e problemas*

A análise das relações sociais subjacentes à execução dos Projetos referida às formas como agências são articuladas, hierarquizadas, ou como acionam estratégias de divisão do trabalho ou cisão dos objetivos como busquei mostrar, permite evidenciar, de outra parte, que as intervenções em jogo são fundamentadas em temas e problemas da ordem do dia do campo do poder. As iniciativas de “mapeamento participativo” referidas notadamente a planos de manejo, etnozoneamentos, etnomapeamentos ou a iniciativas de educação ambiental estão referidas a emergência de uma nova questão pública: _ a questão da preservação do meio ambiente. Lopes (2004) toma a conferência sobre meio ambiente, promovida pela ONU em Estocolmo em 1972, como marco histórico a partir do qual se delinea e se configura a “questão da preservação do meio ambiente” como questão pública¹⁶; atrela-se, nesse sentido, a ocorrência de problemas ambientais causados por acidentes industriais que passam a ser percebidos como problemas que transcendem às nações. Apesar de estar referido a um debate internacional, Lopes ressalta as vicissitudes deste debate no Brasil e descreve o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 70 e o final do século XX. Tanto do ponto de vista histórico, quanto em termos discursivos, a questão do meio ambiente atrela-se ao tema do “desenvolvimento sustentável” _ o uso deste termo consta no documento intitulado “Nosso futuro comum”, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada em 1983 em atendimento às resoluções da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente Humano de 1972, a Conferência de Estocolmo¹⁷.

Desde então, o termo é utilizado como noção operacional que orienta a lógica de ação dos planejadores oficiais, balizando as “novas estratégias” de intervenção. Mais que isto, tal noção operacional passa a se

¹⁶ LOPES, José Sérgio Leite. “A ‘ambientalização’ dos conflitos sociais.” In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). **A ‘ambientalização’ dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. pp.17-38.

¹⁷ A esse respeito consultar: SCOTTO, G., CARVALHO, I., GUIMARÃES, L. **Desenvolvimento Sustentável**. Petrópolis: Vozes, 2007.

constituir em uma exigência das agências multilaterais, convertendo-se critério de aprovação de projetos. Assim, do ponto de vista dos planejadores oficiais, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável constituem-se em temas correlatos, como se toda e ações de preservação do meio ambiente implicasse em ações de desenvolvimento sustentável _ salvos as iniciativas orientadas a proteção integral de unidades de conservação. Sob este prisma, a noção de desenvolvimento sustentável ancora-se no princípio comum de uso “racional” dos recursos naturais.

A descrição apresentada por Lopes sobre o crescimento importância da esfera institucional do meio ambiente, entre os anos 70 e o final do século XX, fornece elementos para se considerar a vigência de um processo de estruturação de um *campo ecológico* constituído por um sistema de agentes e agências em disputa pela definição de ações legítimas de preservação ecológica. Os agentes e agências que delineiam a estrutura deste campo evidenciam um *estado* do campo que não prescinde de outros domínios de poder. Isto é, as agências e os sistemas de agentes, que disputam a legitimidade das ações de preservação do meio ambiente, estão referidos ao campo burocrático, ao campo da produção científica ou adstrita a ações de uma grande variedade de ONG’s, não apenas aquelas que se auto-intitulam “ambientalistas”, mas também outras cujos propósitos de atuação não remetem a ecologia *stricto sensu* considerada _ que se depreende da lista de agências referidas à execução dos projetos ora coligidos (cf. ANEXO 2).

As vicissitudes deste campo no Brasil não dispensam, no entanto, a clivagem instituída por percepções de direito que ganham força no contexto das mobilizações políticas que antecedem Constituição Federal de 1988 e que foram reconhecidas por esta. Para Almeida (2005) a Constituição de 1988 pode ser pensada como marco institucional a partir do qual é possível se perceber uma mudança para no modo de representar a “natureza” e de justificar as formas de intervenção oficiais.¹⁸ Trata-se de

¹⁸ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Biologismo, geografismo e dualismos** : notas para uma leitura crítica de esquemas interpretativos da Amazônia que dominam a vida intelectual. Palestra que proferida, em 22 de janeiro de 2005, no Workshop Internacional “Iniciativas promissoras e fatores limitantes para o desenvolvimento de sistemas

considerar a emergência de novas identidades coletivas e de sua objetivação em movimentos sociais que recolocam o significado de “natureza”. Para o Estado isto implica em um “*tipo de reconhecimento de que a floresta tropical não pode mais ser separada dos agentes sociais e povos que dela fazem uso regular sobre os quais tem-se agora uma interpretação positiva*” (ALMEIDA;2005: 9). Esta nova forma de interpretar a “natureza” e de defendê-la indica, segundo o autor, uma passagem dos “sujeitos biologizados” para “sujeitos sociais”, que não comporta mais a ênfase desmedida no “quadro natural” predominante nas explicações eruditas sobre a Amazônia desde fins do século XVIII.

Neste contexto de emergência de um novo significado de “natureza”, os projetos do desenvolvimento autoritário, que contaram com apoio financeiro dos organismos internacionais, passam a ser vistos como responsáveis pela instituição de uma “*desordem ecológica e social*” (ACSELRAD; s/d: 1). Tal visão passa a ser tomada como justificativa para as formas de intervenção oficiais que se dispunham agora a compatibilizar o desenvolvimento econômico e a preservação da natureza. Este modelo de intervenção não dispensa, ao menos como retórica, o “envolvimento dos cidadãos”, de forma que a ação dos planejadores é obrigada a incorporar o princípio “participativo” em toda e qualquer ação de intervenção.

agroflorestais como alternativa à degradação ambiental na Amazônia”. Belém e Tomé Açu, entre 19 e 28 de janeiro de 2005. Mimeo. pp-08. Publicado posteriormente in: Almeida, Alfredo Wagner Berno de. Antropologia dos *archivos* da amazônia .Rio de Janeiro: Casa 8 /Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

DISCURSO DOS PLANELADORES: dispersão e abrangência de enunciados

A leitura da documentação coligida sobre “mapeamento participativo” permite observar a dispersão de enunciados referidos a distintos modelos interpretativos remetem a uma variedade de conceitos e noções operacionais que sugerem a prevalência de diferentes competências científicas que são direcionadas para a aplicação de um método de intervenção qualificado “participativo”: geólogos, biólogos, agrônomos, engenheiros florestais, sociólogos, antropólogos, cartógrafos ou técnicos de produção de mapas georeferenciados parecem acionar critérios de competência e saber específicos em uma grande variedade de atos de intervenção oficial, desde a gestão do meio ambiente até o controle de “populações” em uma base territorial fixa. A autoridade científica atualizada em cargos e postos da estrutura de poder, notadamente por aqueles que desempenham a função de *planejadores* das ações de intervenção social, produz como efeito uma espécie de chancela às ações do poder executivo ainda que os produtos políticos compulsados possam indicar a vulgarização do conhecimento científico seja por uma repetição acrítica de princípios de classificação, seja pelo caráter utilitário e instrumental de que se revestem os instrumentos de reflexão e análise. A noção de “participação política” que bem pode inspirar as chamadas “teorias da emancipação” que dão fundamento ao pensamento crítico promovido pela filosofia política, sociologia, ciência política dentre outras disciplinas, vê-se esvaziada ao ser colocada em prática através de um método ao qual se liga pela função de adjetivação. Em lugar da produção de uma crítica social radical emancipadora assiste-se a reprodução de uma lógica de intervenção que pode vir a elidir ou a esvaziar as iniciativas mobilizatórias ao elidir o próprio “lugar da negociação” porquanto a “participação” é definida de antemão por um método, isto é, pelo emprego de uma metodologia preestabelecida que dispensa a construção de percepções próprias a respeito dos significados de “participação”.

De outra parte, as relações de força estabelecidas entre agentes e agências atualizadas pela execução dos chamados “mapeamentos participativos” forçam o exercício crítico a perscrutar situações concretas,

compulsando o conjunto das ações relacionadas a uma dada experiência de “mapeamento participativo”. Ou seja, apenas através de uma análise detida de uma situação concreta é possível se apreender os mecanismos de um *modus operandi* que é atualizado através dos designados “mapeamentos participativos”.

Ao se compulsar a documentação observa-se, por exemplo, o uso recorrente da noção de “comunidade”: todos os projetos que se pretendem “participativos” acionam invariavelmente tal noção, adjetivando-a recorrentemente por “local”. A adjetivação torna explícito que tal noção é pensada em termos empíricos. Isto é, ela é acionada em termos de realidade empírica, objetivada e dada *a priori*, sendo localizável empiricamente de sorte que as ações de mapeamento podem a ela imputar um domínio territorial cindindo-a a um “perímetro”.

Este sentido contrasta com a produção científica e intelectual que toma *comunidade* como conceito, como instrumento que auxilia a análise sobre o processo de construção de uma certa noção de comunidade efeito da ação de e em referência a situações histórico-sociais específicas. Ou seja, o trabalho analítico aqui seria o de buscar apreender os diferentes usos da noção de comunidade que são situacionalmente acionados pelos agentes sociais no plano do cotidiano, em referência ao fluxo dos eventos ou da politização das relações sociais¹⁹.

Em desdobramento à noção de comunidade, consoante o discurso dos planejadores, observa-se a utilização do termo “comunitário”, aplicado em referência aos agentes sociais que são vistos como “público alvo” da intervenção ou tidos como “beneficiários” desta. O termo confronta as formas de mobilização social e colocam em questão a própria tomada de decisão de agentes sociais que, ao afirmarem o direito à diferença, atualizam categoriais identitárias e de autodefinição.

Nesse sentido, a noção “comunitário” generaliza sujeitos sociais²⁰, isolando-os das situações concretas e desligando-os das mobilizações

¹⁹ A crítica ao conceito de comunidade é realizada por GUSFIELD. 1975. **A community: a critical response**. New York: Harper & Row Pub. P.23-50.

²⁰ Com referência às formas de luta hodiernas e a problematização do estatuto da noção de “sujeito” consultar: 1984. Foucault, M. “*Deux essais sur le sujet et le pouvoir*” In:

coletivas que afirmam identidades sociais ou étnicas próprias, de forma a autorizar mensurações de toda ordem. Nesta mesma linha de raciocínio vê-se o emprego de uma série de categoriais oficiais que classificam os agentes sociais através de critérios ocupacionais de forma a elidir as categorias de identitárias que orientam as ações de reconhecimento e pleitos orientados à defesa de um modo de ser e de viver próprio.

O discurso dos planejadores emprega ainda, de modo difuso, a noção de “população”. O conceito *população* é originário da biologia, sendo designativo de uma comunidade de seres vivos quaisquer que trocam material genético unicamente. Este conceito é apropriado por distintas formações discursivas, sendo difundido para além das ciências naturais. Segundo Michel Foucault²¹, a partir do século XIX, com a hegemonia das ciências naturais, categorias como “*população*”, “*raça*” e “*espécie*” são incorporadas pelos esquemas de classificação eruditos. Assim é que sob o termo “*população*” designa-se todo um conjunto de seres vivos, os quais eram considerados portadores de traços e caracteres da ordem da natureza. Seu emprego, como técnica de poder já estaria posto, no entanto, desde o século XVIII: “*Os governos percebem que não têm que lidar simplesmente com sujeitos ou com um ‘povo’, porém com uma ‘população’, com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias*” (FOUCAULT;1993: 28). A noção emerge neste contexto como problema econômico e político através de suas variáveis “população-riqueza”, “população mão-de-obra”, ou capacidade de trabalho.

Ainda que seja possível se apreender seu uso no exercício da gestão pública, tal sentido contrasta, no entanto, com o sentido que se depreende da leitura da documentação coligida, a partir da qual se vê ressaltado tanto um sentido de unificação de diferenças pertinentes aos modos como os sujeitos sociais se relacionam com os recursos ecológicos ou com domínios territoriais, quanto um sentido de passividade, consoante o princípio biologizante da noção “população”, em detrimento de toda e qualquer ação de politização.

Dreyfus, Hubert e Rabinow, Paul. **Michel Foucault. Un parcours philosophique.** Paris: Gallimard. p. 297-321.

²¹ Foucault, M. 1993. **História da Sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro Graal.

Pela documentação reunida referida aos projetos de intervenção observa-se a utilização da noção de isolamento para caracterizar as designadas “populações”, em especial, mas não unicamente, em referência às intervenções referidas aos povos indígenas. A noção de isolamento é tomada de empréstimo do conceito de *isolats* consoante a definição da genética humana (TORNAY, 1980). O conceito foi também utilizado por geógrafos e demógrafos em referência ou a uma dada situação geográfica (ilha, vale de montanha, dentre outras situações correlatas) ou a uma especificidade técnica e econômica (referida a ausência de ligação com o mundo exterior). Os chamados *isolats* constituíam uma espécie de laboratório onde poderiam ser realizados experimentos com “populações humanas”. A idéia de isolados humanos atraiu ainda o interesse também da etnologia em seu interesse nos sobre o parentesco²². Fredrik Barth precisou seu significado enquanto critério de definição do conceito tradicional de “grupo étnico”: o isolamento foi considerado como fator de preservação cultural consoante os esquemas interpretativos que estabeleciam uma relação de equivalência entre “raça”, “cultura” e “língua” (BARTH; 2000: 28). De suas análises se depreende que a categoria “isolados” se coloca como uma categoria pré-construída, que reproduzida acriticamente por diferentes esquemas interpretativos apresenta-se como autoevidência em referência ao domínio da produção intelectual.

Atualizada no plano das intervenções, a noção de isolado reforça uma visão oficiosa sobre os povos indígenas em consonância com as noções de “habitat” e “paisagem” insinuando feixes de relações entre enunciados e atos oficiais que reforçam as ações atinentes às políticas de combate ao chamado “nomadismo”²³ e de incentivo à sedentarização. Almeida (2008) ressalta que dispositivos jurídicos-formais instituídos desde o final da Segunda Guerra Mundial assinalam uma preocupação mundial

²² Sobre a noção de *isolats* e sua apropriação por estas diferentes disciplinas consultar: TORNAY, Serge. 1980. “O estudo do parentesco” IN: COPANS, J. e outros. **Antropologia: ciência das sociedades primitivas?**. Lisboa: Edições 70

²³ BARTH, Fredrik. **Nomads of South Persia: the Basseri tribe of the Khamseh Confederacy**. N.Y: Waveland Press, USA 1961.

com as populações nômades da África do Norte, do Oriente Médio e da Ásia. Preocupação essa que motivou inclusive a realização de estudos a respeito dos processos de sedentarização fomentados pela UNESCO na década de 1950. De outra parte, Foucault (1993) ressalta a força de imposição de categorias como “paisagem”, e seu sentido pictórico, ao se dispor a realizar uma arqueologia do saber geográfico. “Paisagem” passa a se constituir em um objeto de estudo para a geografia, tanto quanto em um instrumento conceitual. A difusão deste conceito como noção operacional têm permitido a realização de descrições sobre aspectos do meio físico: bacias hidrográficas, tipos de solo, vegetação, topografia dentre outros fatores naturais. Assim descrita, a exuberância da natureza que caracteriza uma dada “paisagem” se sobrepõe ao “homem”.

Tendo como propósito o fortalecimento da gestão ambiental de terras indígenas o Projeto **Paisagens Indígenas** viabilizado por agências articuladas em um “consórcio” (Anexo 1) toma como critério de seleção a noção de paisagem: trata-se de “uma rede de quatro “locais” em nível de paisagem”. Tomadas como locais da Bacia Amazônica, as “paisagens” selecionadas constam no documento como sendo “habitadas” por povos indígenas e comunidades tradicionais cujas organizações não dispõem de “capacidade técnica significativa” para assegurar a “conservação da natureza”, apesar de que “vistas do espaço” apareçam como “a maior mancha verde na terra” e de que os executores do projeto reconhecem o “legado de manejo” destes povos²⁴.

O “legado de manejo” parece ser considerado contraposto ao “saber técnico” adquirindo uma certa racionalidade através de uma noção de participação que define quem são os opositores às ações de conservação da natureza: o Estado brasileiro e os designados “aliados indigenistas” da sociedade civil. O discurso dos ambientalistas, expresso em iniciativas como a mencionada acima, se fundamenta ainda em conceitos como “biomas” e “ecossistemas” próprios da ecologia de forma a legitimar a profusão de mapas, que se observa na documentação coligida, sobre vegetação, clima, relevos que conferem a aparência de objetividade a estes

²⁴ UDAID. **Iniciativa para conservação da Bacia Amazônica**: desenho, atividades propostas e resultados esperados. 2007.

projetos. Além disso, pode-se depreender consoante a lógica deste discurso que o “homem” habita a “paisagem” e não que esta é construída pela ação de sujeitos sociais, consoante o novo significado de natureza que se afirma em face da emergência de novas identidades coletivas e de sua objetivação em movimentos sociais e bem evidenciam os limites dessa metodologia participativa desconsideram um sentido próprio de ordem que norteiam as ações de mobilização políticas que não dispensam os designados saberes tradicionais no trato dos recursos naturais.

À guisa de conclusão poder-se-ia sugerir que as experiências de mapeamento inscritas em intervenções oficiais de planejamento, que se pretendem elas próprias participativas, subentendem o emprego de iniciativas de pesquisa que apesar de possuírem uma feição burocrática-administrativa se apresentam (e são vividas) como uma pesquisa científica (BOURDIEU 1997). A documentação coligida evidencia nos produtos políticos elaborados por planejadores, ou por eles encomendados, a de dispersão de noções operacionais, sob forma de vulgarização científica, que são referidas a formações discursivas distintas conferindo legitimidade científica à ação dos planejadores e executores dos projetos.

Posfácio: CRÍTICA AO MAPEAMENTO PARTICIPATIVO NO CAMPO DE SIGNIFICADOS DA NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL

Alfredo Wagner Berno de Almeida²⁵

Este posfácio objetiva mais que uma constatação genérica, uma advertência ou nota crítica posta ao fim de um livro. Nos limites deste gênero textual a que pertence consiste, sobretudo, numa pretensão comparativa, ou melhor, contrastante, ao afirmar, antes de tudo, que este trabalho ora publicado concerne ao passado da autora e que, quando confrontado com a sua produção antropológica atual, propicia condições teóricas que permitem observar a dinâmica transformadora de posições, conceitos e abordagens em sua trajetória profissional. Sim, no que tange a tal dinâmica, refiro-me especificamente a uma transformação teórica ou a uma ruptura, nos seguintes termos: **a passagem da produção de mapeamentos sociais, balizados por atos governamentais e cognominados de “mapeamentos participativos”, para a produção de mapeamentos sociais autônomos em relação às modalidades usuais de tutela oficial, compreendendo tão somente o que os membros das unidades sociais mapeadas consideram relevante de constar dos mapas que eles mesmos produzem, designados como “nova cartografia social”**. A publicação do presente trabalho, que concerne a uma problemática anterior ou a uma determinada maneira de apreender o objeto que se encontra hoje submetida a críticas, requer uma leitura acurada. Está-se diante de um distanciamento da rigidez das orientações oficialmente regradas de mapeamentos sociais, adotando uma abordagem teórica absolutamente crítica mediante as formas usuais de mapear e fazer pesquisa. Progressivamente, no decurso de duas décadas, verificam-se revisões conceituais e retificações sucessivas nos procedimentos elementares de mapear, que facultam o acesso a um novo repertório de práticas que passam a tratar o mundo social como um conjunto de atos e fatos a serem decifrados, como um *locus* de conflitos descritos e mapeados por aqueles que os vivem. A reflexividade característica de dinâmicas

²⁵ Antropólogo. Professor do PPGCSPA/UEMA, pesquisador CNPq.

como esta aqui reportada, parafraseando Louis Pinto²⁶, seria uma reinterpretação crítica ou um retorno às nossas próprias práticas usuais de pesquisa acadêmica, afetadas pela lógica mesma das pesquisas mais recentes, que visam relativizá-las e transformá-las.

Em outros termos pode-se afirmar que a autora perfaz uma transição complexa dos denominados “mapeamentos participativos” para uma crítica aos significados de “participativo” e seus procedimentos, urdidos pelo Estado ou por empreendimentos privados, cujo propósito seria lograr uma aprovação de seus projetos, obtendo o licenciamento necessário para que sejam reconhecidos pelos poderes que regem a vida social. O posfácio está, deste modo, colocado em perspectiva, cotejando a abordagem adotada no trabalho ora publicado com a produção atual da autora que se mostra mais afinada numa interlocução com o trabalho dos “novos cartógrafos”, de que nos fala Deleuze²⁷. Ele concerne, portanto, às transformações teóricas que se colocam cotidianamente em nossas experiências de mapeamento social e às indagações que nos são dirigidas por interlocutores que solicitam respostas para esclarecer o próprio lugar de enunciação de nossa fala, que espelha uma reflexividade, como tentaremos expor adiante.

Uma pergunta aparentemente simples e recorrente, que tem sido encaminhada com frequência aos pesquisadores vinculados ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), consiste em verdade numa dupla indagação, que se reveste de certa complexidade, senão vejamos: “qual o significado de cartografia social que está em jogo e qual a metodologia utilizada pelo PNCSA?”.

Inicialmente importa dirimir esta questão relativa a método. O PNCSA não se trata de um método que renunciou a toda visão ontológica e abstrata de poder, propiciando abordagens flexíveis e mais próximas dos rumos da vida cotidiana. Os riscos de reduzir a “nova cartografia social” a um método ou a uma abordagem absolutamente “empírica”, por oposição a uma reflexão “teórica”, são conhecidos e temíveis. A “nova cartografia

²⁶ Cf. Pinto, L. – **Sociologie et Philosophie: libres échanges. Bourdieu, Derrida, Durkheim, Foucault, Sartre.** Les Éditions d’Ithaque. 2014 pp. 5-14

²⁷ Cf. Deleuze, Gilles – **Foucault.** São Paulo. Editora Brasiliense. 2005 p.33 (1ª. ed. 1988)

social” aproxima-se da etnografia, consistindo numa nova modalidade de descrição. Uma descrição alargada e mais coadunada com as realidades localizadas e os processos reais, construída a partir de relações de pesquisa com os próprios agentes sociais, que vivem e sofrem os efeitos das situações de conflito, tornando-se, portanto, autores de seus próprios mapeamentos. A “nova cartografia social” corresponde a esta descrição aberta e distante da rigidez de qualquer normatividade de inspiração manualesca. É marcada, nesta ordem, pela ausência de um “manual” ou de um conjunto de normas pré-definidas, apoiando-se na dinâmica das relações de pesquisa e suas variações. Implica tanto num fator de afirmação de uma heterogeneidade de posições, quanto no reconhecimento de diferentes unidades sociais (povo, tribo, comunidade e grupo) através da premissa de trabalhar cada situação social com seus fatores intrínsecos, em sua especificidade e consoante o que os membros de cada uma consideram relevante de inserir no mapa. São unidades sociais em movimento, contrariando, em certa medida, a própria fixidez pretendida pelos mapas, que é colocada em questão pelo processo de mobilização étnica, cujas vicissitudes podem levar à redefinição dos mapas consoante o ritmo e os óbices da interlocução com os centros de poder.

Como pano de fundo está-se diante de uma estreita relação entre mapeamento social e descrição etnográfica. A “nova cartografia social” como uma descrição aberta a vários gêneros textuais e a uma diversidade de representações gráficas e pictóricas, entrecruzando múltiplas expressões dos agentes sociais - croquis, desenhos, poesias, biografias, autobiografias - baseia-se em suas autodefinições e narrativas míticas. Dispõe as possibilidades de descrição ao vasto repertório de categorias em uso no âmbito da unidade social mapeada, compreendendo taxonomias, pautas musicais e instrumentos de pensamento que estruturam sistemas classificatórios. As descrições, portanto, trabalham conceitos teóricos. Uma descrição e um ato correspondem a um discurso sobre a ação e à própria ação. O chamado “participativo” ao contrário seria o lugar social designado para os membros das unidades sociais mapeadas se colocarem ou posicionarem.

Importa ressaltar a oposição entre a “antiga descrição”, fundada em primordialismos e essencialismos, que configuram identidades étnicas,

e a “nova descrição”, fundamentada numa leitura crítica e numa diversidade de critérios intrínsecos para descrever as unidades e os agentes sociais mapeados. Diferentemente também do conceito de “nova descrição”, elaborado por J. Rancière²⁸, que está baseado em ações estratégicas e na “cabeça pensante das grandes potências”, que impõem divisões inimagináveis, ressuscitando artificial e simuladamente os ossuários de uma fragmentação étnica que fragilizam a própria noção de “comunidade europeia”; nos termos da “nova cartografia social” seria justamente a ruptura com esta formulação, que ao se pretender “nova”, em verdade, recupera modalidades de percepção e significados fundamentais da “velha descrição”.

A gênese social do conceito de “nova cartografia social” passa, portanto, pela ruptura com um repertório de lugares-comuns que prevalecem ao se falar de cartografia social. Importa atacá-los cada um em seu campo peculiar numa ruptura explícita com pensamentos de pretensão hegemônica que impuseram uma banalização da expressão “cartografia social”, como se fora algo trivial regido pelo compasso de um imaginário colégio de cartógrafos, nos temos colocados criticamente por J. L. Borges, sobre os que definem como rigor científico a escala 1X1.

Distinções necessárias e uma luta de classificações gravitam em torno desta vulgarização da expressão “cartografia social” e seus efeitos. A banalidade do uso do termo, como se o fato de usá-lo significasse por si só uma forma de harmonização dos conflitos ou mesmo um instrumento de pacificação²⁹, torna-se um objeto obrigatório de reflexão. Isto implica

²⁸ Vide: “Or toute l’entreprise des agresseurs a été d’imposer, à la place de cette **description classique**, une **description nouvelle** de la situation: ce qui opposait, selon ele, sur le terrain, c’était trois ethnies que leur identité, leur histoire, et leur culture empêchaient de coexister”. (Rancière,2005:16). Consulte-se: Rancière, Jacques - “Borges à Sarajevo” in **Chroniques des temps consensuels**. Paris. La librairie du XXI Siècle. Seuil. 2005 pp.15-19

²⁹ Esta ilusão mostra-se recorrente no senso-comum acadêmico e do ponto de vista dos aparatos de poder, que imaginam o conhecimento antropológico como um instrumento de resolução de conflitos sociais. Para um aprofundamento leia-se: Almeida, A.W.B. de – “*Cowboy Anthropology*”: nos limites da autoridade etnográfica. In **Revista Entrerios**. Silva Lima, Carmen Lucia e Castro Pereira, Leila M. (orgs). Teresina. PPGA/UFPI. 2018 pp. 8-35.

numa história social do conceito e em distinções, que se impõem como absolutamente fundamentais.

A análise crítica do léxico das agências multilaterais e das estratégias empresariais, implica, assim, em distinções que lhes são próprias e seus respectivos efeitos. Cabe, pois, explicitar, de maneira resumida, a enunciação de quem fala e as diferentes posições referidas a uma constelação de termos e expressões, que gravitam em torno de “cartografia social”.

i) Neste campo de debates e lutas classificatórias tem-se inicialmente os que se consideram ortodoxos, enfatizando o significado de uma **cartografia** a que chamam de “clássica”, que compreende desde as cartas náuticas e as primeiras tentativas de mapas-mundi até os quesitos hoje acionados nos relatórios de impacto ambiental e congêneres. Esta abordagem se consolidou a partir do chamado “mercantilismo” e avançou das guerras comerciais para os campos de batalha das guerras napoleônicas, seja na Europa, seja no Haiti³⁰.

ii) Mais recentemente atos de Estado e estratégias empresariais de implantação de megaprojetos de infraestrutura e de exploração mineral, madeireira e agropecuária adotaram a expressão **Cartografia Social** ou procedimentos análogos. Para tanto financiaram a elaboração de manuais, destacando os mapeamentos e as comunidades, de uma perspectiva das ciências sociais, e atendendo a um quesito considerado imprescindível no licenciamento de empreendimentos: o mapeamento das comunidades atingidas. Uma das ilustrações mais acabadas³¹ trata-se do **ToolKit-Ferramentas para desenvolvimento de Comunidades**, elaborado pela Divisão de Política de Mineração, Gás e Óleo do Grupo do Banco Mundial (The World Bank), pelo ESMAP (Programa de Assistência à Gestão do Setor de Energia) e pelo International Council on Mining &

³⁰ A propósito leia-se: C.L.R. James – **Los Jacobinos negros. Toussaint l’Ouverture y la Revolution de Haiti**. Mexico. Fondo de Cultura Economica.2003 (1a. ed. 1938).

³¹ Empresas mineradoras e de extração petrolífera e de gás natural tem também financiado relatórios intitulados de “**Cartografia Social**”. Importa registrar aqui para efeitos de consulta o seguinte: “Cartografia Social- Território Quilombola Bom Jesus dos Pretos”. Lima Campos(MA), Parnaíba Gás Natural. Março de 2015.

Metals (ICMM), cuja versão preliminar foi traduzida para o português sob os auspícios da mineradora Vale.

iii) A noção de **mapeamento participativo**, surge como recomendação de agencias multinacionais (BIRD, BID) para atender às exigências dos manuais de implementação de projetos. O **participativo** aparece nos “diagnósticos”, nas discussões dos “termos de anuência” e nos mapeamentos. Além do mais mostra-se uma expressão transitiva tanto utilizada por ONG’s-ambientalistas, quanto pelas entidades confessionais. Parece ser o lugar social formalmente encontrado para povos e comunidades afetados pela implantação de grandes projetos. Os aparatos de poder instituem um lugar institucional para os “atingidos”, “carentes”, “excluídos”, “pobres” e “refugiados” se fazerem presentes com seus pontos de vista. A modalidade de “participação” de membros de unidades sociais impactadas pelos projetos é definida pela agencia implementadora ou empreendedora. Há uma ilusão democrática que conspira contra a consulta prévia e a noção de **participativo** está nos desvãos das entrelinhas deste propósito.

iv) A expressão **mapeamento interativo** tem sido muito vulgarizada e é veiculada e adotada em projetos de interatividade de empresas como a Google LLC, que é uma empresa multinacional de serviços *online* e *software*, principal subsidiária da *Alphabet Inc.* Tal empresa oferece “aos clientes maneiras de se conectarem e interagirem com seu negócio” e também teria uma ação de mapeamento dita filantrópica junto ao povo indígena Surui (RO) e a favelas do Rio de Janeiro. Esta empresa está sendo processada³² pela associação voluntária da sociedade civil, Afroreggae, no mapeamento de favelas, no Rio de Janeiro. A falta de transparência no processo de coleta de “dados pessoais de usuários” (indivíduos ou comunidades) caracteriza os debates que envolvem a Google e empresas similares. No caso dos mapeamentos quem fica com o repositório e o controla, assim como os “*shapes*”? Está em jogo apenas a questão da “propriedade intelectual” dos materiais produtos do mapeamento ou há outras questões em pauta?

³² Consulte-se Carvalho, M.A. – “Avança processo do AfroReggae contra o Google nos EUA”. **O Estado de São Paulo**, 21 de junho de 2017 p.A15

Um outro exemplo relativo à mesma empresa: O Comitê Judiciário da Câmara dos Deputados dos EUA alegou em 2018 que a Google não explica se armazena dados de câmeras e microfones celulares³³. Questionou ainda, através do deputado Bob Goodlatte, que a Google além de não explicar se armazena dados, não notificaria os usuários quando há mudanças no sistema de coleta. Os termos de privacidade dos serviços constituem o argumento de defesa da Google. Esta alegação, todavia, tem sido também questionada, sobretudo pelo deputado republicano Doug Collins, porquanto não há informações sobre o grau de entendimento destes termos pelos usuários. Este questionamento levou a empresa a admitir que está trabalhando no sentido de deixar o processo mais transparente.

v) Uma outra vertente derivada da anterior diz respeito à expressão **mapeamento colaborativo**. Concerne a uma expressão adotada por empresas que produzem bancos de dados de mapas virtuais através de um *software* editor, que permite inclusive que se altere mapas. Associações voluntárias da sociedade civil, as chamadas “grandes ambientalistas”, que prestam serviços a governos, a empresas e a associações comunitárias, também aparecem neste domínio e registra-se tensões em torno de quem detém o monopólio das informações coletadas. O objetivo é transformar o mapeamento em um chamado “trabalho comunitário”, de “parceria”, também denominado de “colaboração”, trazendo a retórica mutualista, ajustada para uma ação entre “desiguais” que os nivela ou coloca num mesmo plano social. Este trabalho compreende o chamado “mapeamento de processos” com diagramas, montados de maneira dita “visual e colaborativa”, envolvendo todas as pessoas da unidade social (favela, aldeia, comunidade)focalizada na construção do que designam como “mapeamento” colaborativo e dinâmico (as vezes é acionado em sinonímia com “mapeamento interativo e dinâmico”). No léxico destas experiências faz-se uso difuso da expressão “compartilhar experiências” e as tensões sociais em pauta são aquelas que caracterizam as duas vertentes anteriores.

³³ Consulte-se Lima, Mariana – “Google dá explicações ao Congresso Americano”. **O Estado de São Paulo**, 12 de dezembro de 2018. Pag. B8

vi) Os órgãos oficiais e as empresas mineradoras fazem uso de duas expressões como se fossem sinônimas, quais sejam: **mapeamento solidário e mapeamento comunitário**. Há documentos de orientação de empresas mineradoras que definem “comunidade” e o “mapeamento comunitário”, como no caso já citado do International Council on Mining & Metals. O **mapeamento comunitário** tem sido mais difundido e trabalhado quase em sinonímia com o **mapeamento participativo**.

vii) O **contra-mapeamento** utilizado como se fosse o oposto dos mapeamentos oficiais, mas se colocando num mesmo plano de debates. Há uma distinção a ser trabalhada no que tange à noção operativa de “guerra dos mapas”. Esta expressão vem sendo difundida pelos que se colocam como críticos dos demais mapeamentos, sem deixar de negar a própria ideia de “mapeamento”. Uma ilustração do significado ambíguo que envolve esta expressão encontra-se na publicação alemã: *Kollektiv Oranotango- This is not an Atlas- a global collection of counter-cartographies*. Rosa Luxemburgo Stiftung, 2018.

Por que uma expressão como “Nova Cartografia Social”? Ao recusar a banalidade do uso e as tentativas equívocas de nivelamento social, busca-se manter a expressão básica “nova cartografia social”, que significa uma profunda ruptura com as demais denominações deste léxico relativo aos mapeamentos sociais. Ao mesmo tempo que há o propósito de proceder a um repertório de distinções mediante a quantidade de termos e expressões derivadas que começaram a ser acionadas por diferentes agências e agentes sociais nas ações nomeadas como de “desenvolvimento sustentável”, descortinando um outro campo de divergências e debates acirrados.

Não se vai tratar aqui em profundidade dos significados urdidos pelos filósofos nas últimas décadas, não obstante a expressão construída por Deleuze, comentando Foucault, referida explicitamente aos “novos cartógrafos”. No caso da “nova cartografia social”, que é de onde fala hoje a autora deste livro, o prefixo tem força distintiva. O significado de **nova**: não é um mero adjetivo, mas a leitura crítica das demais iniciativas de mapeamento social. Isto sem perder o controle da expressão, que foi arrebatada do campo acadêmico pelas estratégias empresariais e pelos atos

de Estado. Reitero, portanto, o significado de “Nova Cartografia Social” como propiciando meios para uma descrição aberta que reforça a etnografia, produzindo uma “nova descrição” em que os agentes sociais das unidades sociais mapeadas são os artífices do mapeamento e a posição dos cientistas sociais consiste em criar as condições de possibilidade para isto. A materialidade desta noção emerge a partir de um projeto de pesquisa, que adota tal expressão, voltado para situações empiricamente estudadas e notadamente para agentes sociais que são considerados aptos para se auto-mapearem a partir do aprendizado do manuseio de instrumentos (GPS) e do grau de consciência de seus direitos territoriais, ou seja, do território e de suas fronteiras. Este é o lugar de onde a autora agora formula suas interpretações, evidenciando este posfácio como um breve esforço de distinção para explicitar o lugar de enunciação ou de onde se produz a chamada “nova cartografia social” .//

ANEXO I – QUADRO DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS REFERIDOS AOS DESIGNADOS “MAPEAMENTOS PARTICIPATIVOS”⁴⁵

CARACTERÍSTICAS	PROJETO
<p>1.1 Subsídio a planos de manejo em Unidade de Conservação</p>	<p>Título do Projeto Projeto Mamirauá</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência Sociedade Civil Mamirauá – SCM; Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas-IPAAM; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; Programa Estudo de Impactos Humanos em Florestas e Áreas Alagáveis (SHIFT) do Ministério da Ciência e tecnologia, que faz parte do programa de cooperação entre o Brasil e Alemanha, reunindo pesquisadores entre os dois países que atuam na Amazônia, na Mata Atlântica e Pantanal. [ONG’s, agências governamentais, agência bilateral e sociedade civil]</p> <p>Financiador/Natureza da Agência Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq; Department for International Development (DFID) do governo Britânico [agência governamental brasileira e agência bilateral britânica]</p> <p>Resumo das Iniciativas RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMURIAÁ A conservação das florestas da Reserva Mamirauá é promovida através do manejo florestal comunitário, realizado por Associações Comunitárias de moradores e usuários.</p>

⁴⁵ O quadro demonstrativo a seguir foi elaborado a partir da pesquisa efetuada pela internet pelos pesquisadores Rodrigo Nuñez Viegas e Luis Regis Coli, então doutorandos do IPPUR/UF RJ. Alguns dados foram acrescentados de acordo com a documentação coligida.

	<p>Através do manejo, as comunidades organizadas desenvolvem essa atividade econômica importante, tendo possibilidade de produzir, manejar, controlar e aproveitar os recursos madeireiros, conservando a floresta. Na Reserva Mamirauá está sendo implantada a primeira experiência deste tipo em área de várzea.</p> <p>As áreas com produção madeireira na área de uso sustentado de cada comunidade é dividida em 25 áreas menores, os talhões. A exploração madeireira se dará a cada ano em uma dessas áreas, que permanecerá em repouso até que todos os talhões tenham sido explorados, o que se dará dentro de um ciclo de 25 anos, tempo suficiente para a renovação da floresta.</p> <p>O mapeamento é utilizado principalmente como um instrumento para a definição das áreas para o manejo florestal comunitário. Durante esta experiência, busca-se paralelamente incentivar o sentido comunitário do manejo florestal, levantar questionamentos, esclarecer dúvidas e avaliar o grau de interesse e envolvimento dos comunitários com relação ao manejo. É utilizado um modelo de metodologia replicado em reuniões nas comunidades. As propostas de cada comunidade são negociadas em uma reunião de setor, programada especialmente para esta finalidade. O produto final é a elaboração do Mapa Oficial de Uso Sustentado dos Recursos Florestais do Setor, onde consta a demarcação das áreas de manejo florestal de cada comunidade e a área a ser manejada no ano I de implantação do manejo florestal comunitário. Cerca de 30,8% da área focal da reserva já foi mapeada, o que corresponde a 80.186 ha. http://www.mamiraua.org.br/pagina.php?cod=39&xcd=9</p> <p>Local</p> <p>Cidade de Tefé, Amazonas</p> <p>Ano de Início/ Conclusão</p> <p>1992/</p>
<p>1.2 Subsídio a planos de manejo em Unidade de Conservação</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>A geoinformação ao alcance das comunidades ribeirinhas do rio Negro – Amazonas</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>Fundação Vitória Amazônica – FVA (ONG)</p>

	<p>Resumo das Iniciativas</p> <p>O objetivo principal deste trabalho foi mapear as áreas de exploração dos recursos naturais pelas populações locais nas unidades de conservação (Ucs): Parque Estadual do Rio Negro – Setor Norte (PERN) e parte da Reserva Extrativista do rio Unini – (RESEX), Amazonas. Familiarizar os moradores no uso de imagens de satélite e SIG capacitando-os futuramente para o próprio gerenciamento do uso dos recursos naturais. http://marte.dpi.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/10.20.53/doc/2875-2882.pdf</p> <p>Local</p> <p>Parque Estadual do Rio Negro – Setor Norte (PERN) e parte da Reserva Extrativista do rio Unini – (RESEX), Amazonas.</p> <p>Ano de Início/ Conclusão</p> <p>2005/</p>
<p>1.3 Subsídio a planos de manejo em Unidade de Conservação</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Gênero, Conservação e Participação Comunitária: o Caso do Parque do Jaú, Brasil</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>FVA – Fundação Vitória Amazônica; MERGE - Manejo de Ecossistemas e Recursos Naturais com Ênfase em Gênero; USAID/Brasil – Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional; Pesacre – Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre; Flacso/Equador - Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais</p> <p>Financiador/Natureza da Agência</p> <p>Fundação John D. and Catherine T. MacArthur, WIDTECH, Universidade da Flórida</p>

	<p>Resumo das Iniciativas</p> <p>Outro método que estamos utilizando para obtermos informações sobre o uso dos recursos naturais, é o mapeamento junto aos moradores do PNJ. Este trabalho de pesquisa e extensão sendo realizado em duas etapas: na primeira, uma equipe de pesquisadores visita cada unidade familiar, onde conversam sobre o cotidiano das pessoas, o trabalho de roça, a produção, e juntos com a família desenham um mapa de sua área de uso, localizando a casa, roça, área de caça, pesca e de extrativismo (foto em anexo). Estes locais são posteriormente georreferenciados e nominados de acordo com a informação do morador visitado. Os dados coletados são processados (incluídos em mapas derivados de imagens de satélite), e uma equipe similar retorna à área numa segunda etapa, para que a partir destes mapas se realize um trabalho maior e em conjunto com grupos de moradores. A metodologia é simples. Na primeira etapa, a dos mapas individuais, são utilizadas cartolinas e lápis (preto e colorido), além de um aparelho GPS (utilizado para fornecer as coordenadas geográficas), e os moradores participam na medida de seu interesse e habilidade com o uso de lápis. Na segunda etapa a FVA criou mapas de regiões específicas do Jaú, mostrando grande parte dos igarapés e lagos. Estes mapas foram levados até, determinadas localidades, onde se reuniam grupos de moradores, e as informações foram checadas e complementadas com o auxílio dos moradores.</p> <p>Local</p> <p>Parque Nacional do Jaú, Amazonas</p> <p>Ano de Início/ Conclusão</p> <p>1992/</p>
<p>1.4 Subsídio a planos de manejo em Unidade de Conservação</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Mapeamento participativo do Rio Acaraí na RESEX Verde Para Sempre</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>Fundação Viver Produzir e Preservar; Universidade Federal do Amazonas</p>

	<p>Resumo das Iniciativas</p> <p>Este trabalho é resultado do projeto de mapeamento participativo, que foi realizado pelo Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz em 6 (seis) comunidades do Rio Acaray, comunidades de: Por Ti Meu Deus Jaracari, Itapaiuna, Pedreira, Arimum e Joapi, e tem como objetivo, gerar condições de identificar a localização das famílias daquelas localidades, com intuito de gerar subsídios para debate sobre políticas públicas e influenciar na elaboração do Plano de Utilização das Áreas Comunitárias, visando uma melhor gestão coletiva dos recursos naturais, assim como criar mecanismos para elaboração do Plano de Utilização da Reserva Extrativista Verde Para Sempre.</p> <p>Local</p> <p>Porto de Moz, Pará</p> <p>Ano de Início/ Conclusão</p> <p>2005/</p>
<p>1.5 Subsídio a planos de manejo em Unidade de Conservação</p>	<p>Título do Projeto : Manejo Comunitário na Flora do Tapajós</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência: Projeto Saúde Alegria-PSA em parceria com o Ibama Santarém, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belterra-STR e associações comunitárias representando as 18 comunidades envolvidas.</p> <p>(ONG, agência governamental, entidade sindical, sociedade civil organizada)</p> <p>Financiador/Natureza da Agência: ProManejo/PPG7 e GTZ</p> <p>Ano de Início/Conclusão : 1996/</p> <p>Resumo das Iniciativas: O objetivo geral do projeto é contribuir para a conservação dos recursos naturais da Floresta Nacional do Tapajós, e promover alternativas econômicas às comunidades locais através da viabilidade do manejo florestal comunitário. Aspectos técnicos: foi realizado o mapeamento das áreas com a participação das comunidades. O objetivo consistia em produzir um mapa com</p>

	<p>os cenários futuros de ocupação das áreas. Além disso, foram feitos levantamentos socioeconômicos e levantamentos preliminares do potencial florístico para a produção de madeira nas comunidades. Atualmente as comunidades encontram-se envolvidas na elaboração e discussão dos projetos comunitários.</p> <p>http://www.tech-inform.de/taller_regional/bibliografia/amaral~1.pdf</p> <p>Local: Município de Belterra-Pará</p>
<p>1.6 Subsídio a planos de manejo em Unidade de Conservação</p>	<p>Título do Projeto: “Projeto Doces Matas” (três Unidades de Conservação envolvidas no Projeto são o: Parque Estadual do Rio Doce; o Parque Nacional do Caparaó)</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA/MG; Instituto Estadual de Florestas – IEF; Fundação Biodiversitas; Agência Alemã de Cooperação Técnica – GTZ</p> <p>(agências governamentais, ONG sediada em Belo Horizonte/MG, agência multilateral)</p> <p>Ano de Início/Conclusão: 2000/</p> <p>Resumo das Iniciativas: Objetivo de promover o manejo adequado dos recursos naturais, visando assegurar de forma participativa a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável das UCs supracitadas.</p> <p>Como etapa inicial do projeto promoveu-se a construção de mapas, que permitiram visualizar a distribuição espacial das UCs e suas características principais. Avaliando as informações obtidas, identificaram-se as necessidades de complementação das mesmas. O mapa é uma técnica que serve de base para as outras etapas. A partir do nivelamento de informações sobre o espaço físico da UC, os participantes tiveram uma referência mais fundamentada para prosseguir na investigação. O mapa foi usado como trabalho inicial porque é abrangente e exploratório.</p> <p>Local: Minas Gerais</p>

1.7 Subsídio a planos de manejo em Unidade de Conservação

Título do Projeto: Proteção e restauração da área do entorno do Parque Estadual dos Três Picos

Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da

Agência: Instituto Rede Brasileira Agroflorestal – REBRAF em parceria com: Instituto BIOACQUA; Secretaria Municipal de Agricultura de Nova Friburgo ; “Escola Família Agrícola Rei Alberto I-IBELGA; APROSOL – Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de São Lourenço, o Rotary Club IMPERADOR]

[ONG’s, OSCIP, agência governamental (municipal), sociedade civil organizada em associações de produtores rurais]

Resumo das Iniciativas: Um dos objetivos do projeto foi o estabelecimento de pelo menos 05 unidades demonstrativas de práticas agroflorestais, reflorestamento e regeneração, em parceria estreita com os produtores familiares e proprietários das terras locais, distribuídas em situações ecológicas e/ou socioeconômicas diferentes do entorno do Parque Estadual de Três Picos, e documentação dos resultados como base para replicação em maior escala. O projeto engloba as localidades de São Lourenço, Salinas e Três Picos.

Diagnóstico, seleção e desenho participativo de unidades demonstrativas de usos da Terra:

- Junto com os proprietários candidatos identificados foram realizadas visitas para compreensão dos aspectos técnicos, sociais e econômicos destas propriedades específicas e de todo o seu sistema de agricultura. O desenho de usos alternativos da terra foi baseado na compreensão completa do estado atual e tendência das práticas prevalentes existentes, bem como conhecimento das alternativas aplicáveis. Os agricultores manifestaram interesse particular na implantação de UD’s em áreas de mata ciliar, e utilização de frutíferas no desenho dos SAFs. Vale destacar que no desenho se levou em conta que os agricultores somente disponibilizaram pequenas faixas de 03 metros a, no máximo, 12 metros de largura para recuperação de mata ciliar. Isto se deve à necessidade por parte dos agricultores de usar o máximo possível das terras para o plantio de cultivos anuais. Decidiu-se por definir os desenhos iniciais baseados em espécies arbóreas e frutíferas. Sendo que nas entrelinhas deverão ser utilizados cultivos anuais nos primeiros anos.

http://www.rebraf.org.br/media/3PICOS_relatorio%20UDs%20e%20viveiros.pdf

	<p>Local</p> <p>Nova Friburgo, Rio de Janeiro</p> <p>Ano de Início/Conclusão 2004/2006</p>
<p>1.8 Subsídio a planos de manejo em Unidade de Conservação</p>	<p>Título do Projeto: A formação das RESEX Riozinho do Anfrísio e do Rio Iriri – Terra do Meio, PA.</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/ Natureza da Agência: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Instituto Socioambiental (ISA) [agência governamental (MMA) e Oscip]</p> <p>Resumo das Iniciativas: Na primeira etapa foi realizada a aplicação de um questionário e do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP). O questionário abordou questões de cada indivíduo, tais como: documentação, doenças específicas, escolaridade; e questões relacionadas com o modo de vida de cada família, como por exemplo: fontes de renda, condições de moradia, hábitos de higiene e limpeza, meios de transporte e histórico da família. Estas informações serviram como base para posterior aprovação do cadastramento das famílias de cada RESEX pelo ICMBio e pelas respectivas associações de Moradores da RESEX do Riozinho do Anfrísio (AMORA) e Associação de Moradores da RESEX do Rio Iriri.</p> <p>Para garantir uma compreensão aprofundada do contexto regional, utilizou-se a metodologia do Diagnóstico Rural Participativo (DRP). O DRP é um método de pesquisa que garante o compromisso dos envolvidos, pois consiste no levantamento de informações e conhecimentos através da participação ativa da comunidade, sempre buscando valorizar o conhecimento local e os diferentes pontos de vista, de forma a construir reflexões em conjunto. Essa prática instiga as pessoas envolvidas a assumirem compromissos com o meio que as cerca e desencadeia um processo educativo de organização comunitária, com vistas a mudar a sociedade em que vivem. Sendo assim, esta etapa serviu de base para a obtenção de informações aprofundadas sobre a região e para reflexões sobre possibilidades de ações que visassem ao fortalecimento comunitário.</p>

	<p>O DRP da situação socioeconômica das comunidades incluiu o levantamento de uso dos recursos naturais, atividades econômicas desenvolvidas e produtos explorados, potencialidades para o uso sustentável dos recursos naturais, situação de criação de animais, grau de atuação e envolvimento de associações existentes.</p> <p>O trabalho de campo foi organizado de forma a possibilitar uma reunião geral em cada RESEX, marcando o início das atividades, e reuniões locais em comunidades estratégicas (chamadas de mini-DRPs), que abrangessem as famílias do entorno, contemplando assim toda a população residente na região. Uma série de ferramentas foram utilizadas para a condução das atividades: mapas, relatos, calendários, linhas históricas, matriz de priorização de problemas.</p> <p>Local: Pará -RESEX do Riozinho do Anfrísio tem uma área de 736.340,00 hectares e possui cerca de 52 famílias. A RESEX do Rio Iriri tem 398.938,00 hectares e conta com aproximadamente 51 famílias</p> <p>Ano de Conclusão: 2006</p>
<p>2.1 Subsídio a planos de manejo fora de Unidade de Conservação</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Manejo Integrado da Fauna Aquática da Várzea: Pirarucu, Quelônios e Jacarés</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará; Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA); Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM</p> <p>Financiador/Natureza da Agência</p> <p>Ministério da Ciência e Tecnologia</p> <p>Resumo das Iniciativas</p> <p>O objetivo geral deste projeto consiste em consolidar sistemas de manejo integrado para três tipos de recursos pesqueiros (pirarucu, quelônios e jacarés), através da pesquisa participativas e do manejo comunitário dos estoques locais. Procurar-se desenvolver modelos de Manejo Adaptativo de</p>

	<p>Impactos para cada região em questão (várzea do Baixo Purus e Baixo Amazonas), conciliando o interesse do Estado na recuperação e conservação dos estoques com os interesses dos usuários diretos já organizados. Propomos também realizar oficinas participativas para formação de monitores capazes de monitorar os estoques dos recursos estudados, obtendo assim informações precisas sobre abundância, uso de habitats, estrutura populacional, área de vida, padrões migratórios sazonais.</p> <p>http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/20572.html</p> <p>1</p> <p>Levantamento etnoecológico dos recursos pesqueiros realizados através de mapeamento de áreas de reprodução, dispersão e uso dos recursos-alvo nas áreas de estudo a partir da percepção e desenho destes elementos por parte dos próprios comunitários e com o auxílio de mapas.</p> <p>http://www.mct.gov.br/upd_blob/0008/8939.pdf</p> <p>Local</p> <p>Ilha de São Miguel, Pará</p> <p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>2006</p>
<p>2.2 Subsídio a planos de manejo fora de Unidade de Conservação</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Associação Comunitária, Agrícola e de Extração de Produtos da Floresta-ACAF</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>Escola Agrotécnica Federal de Manaus – EAFM (Ministérios da Educação), Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – IMAFLORA</p> <p>(ONG e agência governamental)</p> <p>Resumo das Iniciativas</p> <p>Desenvolvimento de um projeto piloto de manejo florestal comunitário, promovendo o bom manejo florestal através da melhoria do sistema tradicional, agregando valor ao produto florestal, através do processamento local e servindo como unidade de demonstração às demais comunidades da Amazônia. Estágio atual: O município de Boa Vista do Ramos</p>

	<p>já possui um mapas com todo o uso do solo já mapeado, além dos limites de todas as comunidades que compõem o município já estarem definidos. O sistema de gestão do município conta além das autoridades municipais, com um conselho de comunidades que participam do processo de gestão. As áreas de manejo já encontram definidas, bem como a sua regularização fundiária, que funciona atualmente como uma área de cessão de uso com a anuência do poder executivo local. Os inventários também já foram concluídos e o plano de manejo encontra-se em elaboração. Recursos financeiros: o processo de mapeamento participativo e várias atividades como o treinamento de comunitários em queda direcionada de árvores foi financiado com recursos externos. Foi submetido ao ProManejo uma proposta para a implementação do plano de manejo, treinamentos e gestão comunitária.</p> <p>Local</p> <p>Boa Vista do Ramos, Rio Curuçá, Amazonas</p> <p>Ano de Início/ Conclusão</p> <p>1997</p>
<p>2.3 Subsídio a planos de manejo fora de Unidade de Conservação</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Plano de manejo florestal de rendimento sustentado assentamento Cachauí - São José do Belmonte – PE</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>Associação Plantas do Nordeste – APNE, Associação Rural dos Moradores do Cachauí.</p> <p>(ONG, sociedade civil)</p> <p>Financiador/Natureza da Agência</p> <p>Programa Nacional de Florestas do Ministério do Meio Ambiente - PNF/MMA, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA</p> <p>Resumo das Iniciativas</p> <p>Objetivo: Proporcionar uma estrutura organizacional de base, para fomento da exploração racional, em regra com a</p>

	<p>metodologia do manejo florestal sustentável, em 146,0 ha de área de mata nativa no Projeto de Assentamento Cachauí no Município de São José do Belmonte - PE, visando a produção de lenha, carvão e outros produtos madeireiros, tais como estacas, mourões e toras, bem como casca para tanino para abastecimento de mercado local e regional.</p> <p>O mapeamento florestal foi realizado seguindo as seguintes etapas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Seminário de Diagnóstico Participativo: Entre outras atividades, foi confeccionado o mapa da propriedade pelos próprios assentados, localizando todos os aspectos de interesse (áreas de agricultura, pastagem, mata, agrovila, etc.) - Reconhecimento de campo: Esta avaliação in loco permitiu confirmar o zoneamento da propriedade resultante do seminário de planificação participativa, bem como de identificar as áreas de mata de maior potencial e os limites efetivos do assentamento. Ainda, possibilitou de identificar a vegetação natural na propriedade como um único estrato ou tipologia florestal. - Desenho final: foi produzido através de digitalização em programa de computador com base nos pontos levantados por GPS e na planta topográfica existente da propriedade. <p>Local</p> <p>São José do Belmonte, Pernambuco</p> <p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>2008</p>
<p>2.4 Subsídio a planos de manejo fora de Unidade de Conservação</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Diagnóstico Rural Participativo PA Batalha – Serra Talhada – PE</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>Associação Plantas do Nordeste – APNE, Associação Rural dos Moradores do Cachauí,</p> <p>Financiador/Natureza da Agência</p> <p>Programa Nacional de Florestas do Ministério do Meio Ambiente - PNF/MMA, Ministério do Desenvolvimento</p>

	<p>Agrário – MDA</p> <p>Resumo das Iniciativas</p> <p>O DRP do PA Batalha, realizado no dia 14 de abril de 2007 teve como objetivo propiciar um levantamento participativo, um momento de reflexão e análise das questões ambientais, sociais, econômicas, políticas e mobilizar os assentados à descoberta de novas potencialidades da propriedade, com o intuito de subsidiar o PMFS em áreas de vegetação nativa da caatinga pertencentes à associação. O Diagnóstico Rural Participativo, por meio dos esboços de Mapas feitos pelos assentados, contribuiu para o conhecimento e análise da realidade local, de acordo com a percepção de cada morador, sem prevalecer somente à opinião da instituição.</p> <p>Local: Pernambuco</p> <p>Ano de Início/Conclusão 2007</p>
<p>• 5 Subsídio a planos de manejo fora de Unidade de Conservação</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Paisagens Indígenas: Fortalecendo Organizações Indígenas da Bacia Amazônica</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>TNC _ The Nature Conservancy (ONG) COIAB _ Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (ONG) IBC_ International Business Communications (agência multilateral) FSC _ Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (ONG) IEB_ Instituto Internacional de Educação do Brasil (ONG)</p> <p>Financiador/Natureza da Agência</p> <p>USAID e organizações associadas (via ABCI)</p> <p>Ano de Início/Conclusão 2007-2012</p>

	<p>Resumo das Iniciativas</p> <p>O programa de paisagens indígenas do consórcio é projetado para fortalecer a gestão ambiental de terras indígenas. Isto será alcançado principalmente pela construção da capacidade das organizações indígenas e suas parceiras em planejar, administrar e proteger estas terras. A capacidade melhorada pretende permitir a participação destas organizações em decisões políticas fundamentais que afetam os territórios indígenas, tais como distribuição de direitos sobre os recursos naturais. Esta abordagem é baseada na premissa de que construir capacidade para influenciar tais decisões é a melhor maneira para permitir que os povos indígenas gerenciem um grande número de sérias ameaças à suas terras e meios de vida.</p> <p>O programa objetiva trabalhar dentro de uma rede de quatro locais em nível de paisagem—dois locais no Brasil, um no Peru e um no Equador. As designadas “paisagens” incluem Roraima/Canaima e Oiapoque no Brasil e Venezuela, Selva Central Norte no Peru, e Cofán no Equador.</p>
<p>3.1 Etnozoneamento em terras indígenas</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Mapeamento participativo e zoneamento etnoambiental da Terra Indígena Wiutu-Guaçu</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>Comissão Pró-Índio de São Paulo [ONG]</p> <p>Resumo das Iniciativas</p> <p>Mapa como instrumento de delimitação dos limites do território indígena e para fins de zoneamento etnoambiental. Mapa como documento a ser apresentado a FUNAI</p> <p>Local</p> <p>Ubatuba, São Paulo</p> <p>Ano de Início/ Conclusão</p> <p>2005</p>

<p>3.2 Etnozoneamento em terras indígenas</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Projeto Mapeamento Participativo das TIs Uaçá, Juminã, Galibi</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (APIO), ONG The Nature Conservancy (TNC), FUNAI de Oiapoque</p> <p>Resumo das Iniciativas</p> <p>Desenvolvido no Amapá pela Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (APIO) em parceria com a ONG The Nature Conservancy (TNC), o projeto teve suas atividades de campo desenvolvidas em oficinas com as 17 maiores comunidades das TIs, ao longo do ano de 2002. Imagens de satélite em escala 1:50.000 foram utilizadas como bases para o mapeamento que identificou, entre outras coisas, 16 Unidades de Paisagens distintas, de acordo com a etnoclassificação indígena, manchas de recursos importantes para os indígenas da região, locais de importância histórica-cultural, toponímia de lagos, igarapés, localidades e montanhas. Os resultados encontrados já estão sendo utilizados para subsidiar ações como a fiscalização dos limites das TIs, reconhecimento de “ilhas” ricas em recursos naturais com potencial para exploração, plano de manejo florestal sustentável de óleo de andiroba e outras iniciativas relacionadas ao ensino em escolas indígenas e a formação de agentes ambientais indígenas. Os mapas finais estão servindo também como base de discussões sobre projetos de compensação e mitigação relativos ao asfaltamento da BR-156 e da passagem de linha de energia da Eletronorte – obras em andamento e que possuem impactos diretos sobre as TIs da região.</p> <p>Local: Amapá</p> <p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>2001/2003</p>
<p>3.3 Etnozoneamento em terras indígenas</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Mapa Cultural do Tumucumaque</p>

	<p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>Amazon Conservation Team (ACT) em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque (Apitu).</p> <p>(ONG norte-americana, agência governamental e sociedade civil)</p> <p>Resumo das Iniciativas</p> <p>Mapa Cultural das Terras Indígenas: A produção do mapa cultural teve como objetivo recuperar as origens, a história, os costumes e a sabedoria dos índios. Dentre outros aspectos, o mapa aponta as 44 aldeias da região, os locais sagrados para os índios, as áreas de caça e pesca, os igarapés, a fauna e a flora. A ACT disponibilizou suporte técnico e instrumental para o mapeamento cultural e contou com o conhecimento dos índios para a produção do mapa. Dados coletados pelos índios a partir das instruções apresentadas pelos técnicos da ONG sobre como direcionar as pesquisas e organizá-las.</p> <p>Financiador/Natureza da Agência</p> <p>O mapa foi patrocinado pelo Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), que faz parte do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) e é um dos parceiros da ACT no Brasil.</p> <p>Local</p> <p>Amapá</p> <p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>2001/2005</p>
<p>3.4 Etnozoneament o em terras indígenas</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Etnozoneamento na Terra Indígena Mamoadate</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da</p>

	<p>Agência</p> <p>Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), Secretaria Extraordinária de Povos Indígenas (SEPI) e Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC)</p> <p>Agências governamentais</p> <p>Resumo das Iniciativas</p> <p>Etnomapeamento em terra indígena _ trabalho realizado com os povos Manchineri e Jaminawa; sendo considerada a presença de “índios isolados”</p> <p>Para os executores do projeto “Casos apresentados reforçam idéia de que mapas são instrumento eficiente na gestão de territórios indígenas e contribuem para maior autonomia e o fortalecimento político, social, econômico e cultural dos povos indígenas. “</p> <p>Produção de mapas temáticos: mapas históricos, de ocupação humana, recursos hídricos, de caçada, pesca, extrativismo e invasão.</p> <p>As informações foram coletadas desde 2004 e estão sendo usadas para a elaboração de um Plano de Gestão da TI.</p> <p>O Governo do Acre utilizou esta experiência como um piloto dos etnozoneamentos de mais cinco TIs (Rio Gregório, Igarapé do Caucho, Colônia 27, Katukina/Kaxinawá de Feijó, Jaminawa do Caeté), iniciados este ano e com previsão de conclusão em 2006.</p> <p>Local</p> <p>Acre</p> <p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>2004/2005</p>
<p>3.5 Etnozoneamento em terras indígenas</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Macrozoneamento Participativo das TIs do Alto Rio Negro</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>Federação das Organizações Indígenas (Foirn) e Instituto Socioambiental (ISA) [Associação civil e Oscip];</p> <p>Resumo das Iniciativas</p>

	<p>O mapeamento consistiu em identificar as “Unidades de Paisagem” que compõem a região e atribuir a cada uma delas as seguintes informações: denominação local, denominação em português, tipo de formação vegetal, características do solo, característica hidrológica, recursos de caça, recursos de pesca; recursos extrativistas, uso agrícola, ocorrência de plantas medicinais, criação de animais, locais de reprodução de animais e referências culturais.</p> <p>O macrozoneamento foi desenvolvido para fornecer subsídios à formulação de um Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável (PRDIS) das Terras Indígenas do Alto Rio Negro.</p> <p>Local</p> <p>Alto Rio Negro, Amazonas</p> <p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>2002</p>
<p>3.6 Etnozoneamento o em terras indígenas</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Etnozoneamento das TIs Rio Gregório, Igarapé do Caucho, Colônia 27, Katurina/Kaxinawá e Jaminawa do Caeté.</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>“Grupo Técnico do Etnozoneamento”, composto pela SEPI, SEMA/IMAC, FUNAI, União das Nações Indígenas (UNI), CPI-Acre, Universidade Federal do Acre (UFAC), Fundação Elias Mansur (FEM), Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC), Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC) e Associações/Organizações Indígenas</p> <p>Agências de governo, agências de produção de conhecimento científico, associações civis</p> <p>Resumo das Iniciativas</p> <p>O projeto consiste na realização do Etnozoneamento nas cinco TIs: Rio Gregório, Igarapé do Caucho, Colônia 27, Katurina/Kaxinawá e Jaminawa do Caeté.</p>

	<p>O objetivo é orientar as ações do Governo Estadual em relação aos povos indígenas, propiciando condições para que as comunidades realizem seus planos de gestão e manejo de recursos a partir do zoneamento de seus territórios de forma participativa.</p> <p>Foram realizadas “oficinas de sensibilização” a fim de propiciar o diálogo entre técnicos e comunidades. As comunidades destacaram a importância de se discutir ações de fiscalização e vigilância, uso sustentável dos recursos, dentre outros temas, conferindo aos debates uma grande participação. Por outro lado, os técnicos puderam avançar nas discussões em torno da compreensão dos passos necessários para a efetiva incorporação das potencialidades das TI’s em políticas públicas.</p> <p>Os próximos passos serão a realização de novas oficinas para obtenção de informações sobre os aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e ecológicos. Estas informações serão representadas em relatórios e mapas temáticos (histórico de ocupação, hidrografia, caça e pesca, conflitos socioambientais, dentre outros), que serão posteriormente apresentados e discutidos junto às comunidades.</p> <p>É a partir deste momento que elas são sensibilizadas a refletir sobre seus problemas, potencialidades e prioridades, construindo um plano de vida. Desta reflexão podem surgir iniciativas de fortalecimento de suas organizações e culturas, a educação diferenciada, ações de segurança alimentar e melhoria da produção, dentre outras.</p> <p>Financiador/Natureza da Agência</p> <p>Governo do Estado do Acre / Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais/SEMA / Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas/SEPI, Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável para o Estado do Acre.</p> <p>Local: Acre</p> <p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>2006</p>
<p>3.7 Etnozoneamento em terras</p>	<p>Etnomapeamento da TI Raposa Serra do Sol</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da</p>

<p>indígenas</p>	<p>Agência Conselho Indígena de Roraima (CIR) com apóio do Instituto de Conservação Ambiental TNC do Brasil, por técnicos e lideranças indígenas, sob a coordenação de Gercimar Morais Malheiro (CIR – Setor de projetos), com a assessoria técnica de pesquisadores e técnicos do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).</p> <p>[ONG's, agencias de produção intelectual]</p> <p>Resumo das Iniciativas</p> <p>Apresentamos a seguir alguns resultados preliminares de um trabalho em andamento que visa analisar e monitorar a presença e evolução no tempo de monoculturas e impactos ambientais na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, cruzando uma análise por sensoriamento remoto (interpretação de imagens de satélite) com informações de campo secundarias, fornecidas por informantes indígenas, habitantes da TIRSS</p> <p>Durante oficinas de etnomapeamento, os técnicos indígenas, habitantes da TIRSS, utilizaram imagens de satélite da área para indicar a localização de alguns fatores percebidos como geradores de impactos ambientais na TI. Entre eles, os principais apontados foram lavouras de arroz, desmatamentos e garimpos. As lavouras de arroz foram apontadas como o principal gerador de impacto, tanto em termos de ocupação de área, como de conseqüências sócio-ambientais.</p> <p>Local</p> <p>Roraima</p> <p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>2006</p>
<p>3.8 Etnozoneamento em terras indígenas</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Mapeamento cultural da TI Sete de Setembro</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da</p>

	<p>Agência</p> <p>Amazon Conservation Team Brasil (ACT-Brasil), Kanindé - Associação de Defesa Etno-Ambiental e Organização Metareilá do Povo Indígena Suruí</p> <p>[ONG, Oscip (fundada em 92, atuação em Rodônia),]</p> <p>Resumo das Iniciativas</p> <p>A ACT Brasil iniciou em setembro de 2006 um projeto de mapeamento cultural da Terra Indígena Sete de Setembro, com uma área de 250 mil hectares. O projeto partiu de uma demanda da comunidade e envolveu a participação de representantes de 24 aldeias indígenas como forma de registrar os usos atuais e históricos do território do povo Suruí-Paiter. O acordo prevê ainda a realização do “Plano de Gestão Etnoambiental” e de “assessoria técnica” aos Suruí.</p> <p>Local</p> <p>Município de Cacoal - Rondônia (RO)</p> <p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>2006</p>
<p>4.1 Identificação e demarcação em terras indígenas</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Caracterização ambiental da terra indígena Krahô</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)</p> <p>Resumo das Iniciativas</p> <p>Realizar Mapeamento participativo do uso da terra utilizando imagens de satélite.</p> <p>A Embrapa Cerrados participa também do projeto de cooperação técnica com a Associação União das Aldeias Krahô – Kapèy desde 2000. O trabalho, liderado pela Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, busca contribuir com a segurança</p>

	<p>alimentar do povo Krahô, reintroduzindo materiais genéticos escassos ou perdidos e fazendo, em conjunto, a caracterização ambiental.</p> <p>Para caracterizar a área, são utilizadas imagens de satélites, fotos aéreas e GPS.</p> <p>Os mapas temáticos sobre solo, vegetação, declividade e uso da terra serão produzidos em versões bilíngües para facilitar a transferência de conhecimento para os indígenas. Segundo o professor de Krahô e português Dodanin Alves, indígena da aldeia Manoel Alves Pequeno, “os mais velhos conhecem a área, mas os novos não têm conhecimento da demarcação”. O professor acredita que os mapas irão “ajudar muito para passar informações” e ajudarão a “preservar o território” para futuras gerações de Krahôs.</p> <p>Local</p> <p>Tocantins</p> <p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>2000/</p>
<p>4.2 Identificação e demarcação em terras indígenas</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Curso de GPS na Aldeia Kururuzinho, Terra Indígena dos Kayabi</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>Instituto Centro de Vida – ICV; Fundação Ecológica Cristalino</p> <p>Resumo das Iniciativas</p> <p>A iniciativa do curso surgiu após conversas com lideranças da comunidade Indígena Kayabi por intermédio da Associação Kawai Kayabi. O interesse do povo Kayabi em aprimorar o uso dessa tecnologia é grande, tendo em vista o histórico de extração ilegal de madeira, desmatamento e queimada descontroladas em suas fronteiras. Com isso as lideranças Kayabi sentem grande dificuldade em fiscalizar e monitorar estes limites, e o problema se agrava com a demora na demarcação da terra.</p> <p>Foi realizado um curso sobre Sistema Global de Navegação</p>

	<p>por Satélite para Índios Kayabi na Aldeia Kururuzinho, com a participação efetiva de 17 pessoas. O evento foi marcado pela recepção por parte dos índios e pelo enorme interesse que eles têm por esta tecnologia.</p> <p>Foi feita uma reunião introdutória com os participantes do curso para explicar como seria o curso e para decidir qual seria a logística do dia seguinte.</p> <p>As lideranças da tribo aproveitaram a oportunidade para discutir um documento da FUNAI com detalhes sobre o processo de demarcação de suas terras, previsto para o primeiro semestre deste ano.</p> <p>Os líderes aproveitaram a presença dos técnicos do ICV para esclarecerem várias dúvidas a respeito do processo de demarcação e de como seria o acompanhamento deles neste processo.</p> <p>No dia seguinte deu-se início aos ensinamentos sobre a tecnologia GNSS, popularmente conhecido como GPS.</p> <p>OBS: Em 2001-2002, o ICV e a FEC com financiamento da Conservation International – CI desenvolveu um projeto no município de Alta Flores-MT objetivando o incentivo à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). A área de implementação do projeto faz fronteira com 3 grandes áreas protegidas, que são a Terra Indígena dos Kayabi, a Reserva da Força Aérea Brasileira (Serra do Cachimbo) e o Parque Estadual Cristalino. Entre as principais atividades desenvolvidas, constaram:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mapeamento do meio biofísico: tratamento e interpretação da imagem de satélite, hidrografia e relevo; - Mapeamento fundiário e cadastro dos proprietários; - Realização do "Seminário de oportunidades em Ecoturismo e Criação de RPPNs"; - Apoio aos proprietários na criação de RPPNs. <p>Local</p> <p>Extremo norte de Mato Grosso e Sul do Pará</p> <p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>2008</p>
<p>4.3 Identificação e demarcação em terras</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Gestão Territorial dos Agentes Ambientais Timbiras do</p>

<p>indígenas</p>	<p>Maranhão e Tocantins.</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e Associação Wyty-Catê (de “comunidades Timbira do Maranhão”). O Centro de Trabalho Indigenista (CTI) é uma ONG, fundada em 1979 por antropólogos e indigenistas. Ela tem como objetivo contribuir para que os Povos Indígenas assumam o controle efetivo de toda e qualquer intervenção em seus territórios; esclarecendo-lhes sobre o papel do Estado na proteção e garantia de seus direitos constitucionais.</p> <p>Resumo das Iniciativas</p> <p>Os trabalhos de Gestão Territorial desenvolvidos pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e pela Associação Wyty-Catê das comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins envolvem diversas atividades cujas ferramentas são os mapeamentos participativos. Nestas experiências, muitas vezes os mapas gerados são fruto de atividades de mapeamentos mentais de distribuição de recursos, potencialidades e vulnerabilidades. No entanto, trabalhos que utilizam bases cartográficas georreferenciadas também vêm sendo executados para a produção de material para o Atlas Timbira, estudos sobre o Cerrado, planos de recuperação de áreas degradadas e planos de fiscalização das TIs.</p> <p>Local</p> <p>Maranhão e Tocantins</p> <p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>2003</p>
<p>5.1 Educação Ambiental</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Programa de Pesquisa em Conservação e Manejo de Recursos Naturais no Ensino Básico conhecido como Projeto Floresta das Crianças – FLOC</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p>

Universidade Federal do Acre, as Secretarias Municipais de Educação de Assis Brasil, Brasiléia e Etipaciolândia e a ONG peruana ANIA – Asociación para la Niñez y su Ambiente.

[Agência de produção de conhecimento, agência governamental e ONG (peruana)] O Projeto conta com a colaboração do SETEM:

[O SETEM (Setor de Estudos do Uso da Terra e Mudanças Globais) do Parque Zoobotânico da UFAC, desenvolve pesquisas relacionadas ao uso da terra - aspectos biofísicos e sócio-econômicos e suas implicações nas mudanças climáticas globais, bem como a formação de recursos humanos, fortalecendo a comunidade científica regional e populações tradicionais.

A sede do SETEM foi construída através de um esforço conjunto entre o Ministério de Ciências e Tecnologia-MCT, Agência Nacional de Aeronáutica e Astronáutica - NASA, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE e a Universidade Federal do Acre-UFAC. Os Projetos aqui desenvolvidos, são financiados principalmente pela LBA e o Programa Piloto de Proteção de Florestas Tropicais do Brasil - PPG-7. O SETEM recebe apoio da Fundação BIOMA para a administração financeira de seus projetos.]

Resumo das Iniciativas

Universidade Federal do Acre, as Secretarias Municipais de Educação de Assis Brasil, Brasiléia e Etipaciolândia e a ONG peruana ANIA – Asociación para la Niñez y su Ambiente.

[Agência de produção de conhecimento, agência governamental e ONG (peruana)]

O Projeto conta com a colaboração do SETEM:

[O SETEM (Setor de Estudos do Uso da Terra e Mudanças Globais) do Parque Zoobotânico da UFAC, desenvolve pesquisas relacionadas ao uso da terra - aspectos biofísicos e sócio-econômicos e suas implicações nas mudanças climáticas globais, bem como a formação de recursos humanos, fortalecendo a comunidade científica regional e populações tradicionais.

A sede do SETEM foi construída através de um esforço conjunto entre o Ministério de Ciências e Tecnologia-MCT, Agência Nacional de Aeronáutica e Astronáutica - NASA, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE e a Universidade Federal do Acre-UFAC. Os Projetos aqui desenvolvidos, são financiados principalmente pela LBA e o Programa Piloto de Proteção de Florestas Tropicais do Brasil -

	<p>PPG-7. O SETEM recebe apoio da Fundação BIOMA para a administração financeira de seus projetos.]</p> <p>[LBA - O Programa de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (Large Scale Biosphere-Atmosphere Experiment in Amazonia, LBA) é uma iniciativa internacional de pesquisa liderada pelo Brasil. O LBA está planejado para gerar novos conhecimentos, necessários à compreensão do funcionamento climatológico, ecológico, biogeoquímico e hidrológico da Amazônia, do impacto das mudanças dos usos da terra nesse funcionamento, e das interações entre a Amazônia e o sistema biogeofísico global da Terra.]</p> <p>Financiador/Natureza da Agência</p> <p>Programa de Pesquisa em Conservação e Manejo de Recursos Naturais no Ensino Básico conhecido como Projeto Floresta das Crianças – FLOC</p> <p>Local</p> <p>Municípios de Assis Brasil, Brasiléia e Epitaciolândia, Acre</p> <p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>Programa de Pesquisa em Conservação e Manejo de Recursos Naturais no Ensino Básico conhecido como Projeto Floresta das Crianças – FLOC</p>
<p>5.2Educação Ambiental</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Projeto REAJO - Rede de Educação Ambiental do Rio São João e do Rio das Ostras; e Projeto REALAGOS - Rede de Educação Ambiental da Região dos Lagos e Zona Costeira</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>Consórcio Intermunicipal para a Gestão da Bacia da Região dos Lagos, São João e Zona Costeira (CILSJ), Conselho Regional de Biologia.</p> <p>PARTICIPAM DO CONSÓRCIO: 12 Prefeituras, 50 Ongs, 4 Empresas regionais, além da Secretaria de Estado de Meio</p>

Ambiente (SEMADUR) e diversos colaboradores. [ONG's, empresas privadas, agencias de governo e in

Resumo das Iniciativas

O Consórcio Intermunicipal para a Gestão da Bacia da Região dos Lagos, São João e Zona Costeira (CILSJ) no Rio de Janeiro tem a missão de administrar o manejo de água doce da região. Percebendo, no local, a existência de várias iniciativas isoladas de educação ambiental, o WWF-Brasil, o CILSJ e o Conselho Regional de Biologia detectaram um contexto favorável para a criação de redes de educadores e apoiaram a sua construção. Hoje o CILSJ, a REAJO e a REALAGOS articulam a comunidade na participação da gestão das águas em cada sub-bacia.

Objetivo Geral:

Estimular a participação das comunidades { educar ,entender as relações fundamentais entre os seres humanos e seu meio ambiente, empoderar e envolver as pessoas} na compreensão, solução e na prevenção de problemas ambientais das Micro Bacias integrantes da Bacia Hidrográfica do Rio São João e das Ostras.

Estimular a participação da comunidade e o entendimento da relação dela com seu meio ambiente facilitando desta forma sua atuação na solução e na prevenção dos problemas ambientais das micro bacias integrantes da Bacia Hidrográfica do Rio São João e do Rio das Ostras.

Objetivos específicos:

➤ Levar a comunidade e a escola a pesquisar e entender o seu ambiente e as suas relações com os recursos naturais.

➤ Capacitar as comunidades para participar da elaboração, cumprimento e fiscalização das políticas públicas através da realização de **diagnóstico participativo** dos problemas e qualidades ambientais em cada localidade (através do DAP – **Diagnóstico Ambiental Participativo**) que servirá de base para:

1. **Produção do Mapa Ambiental** pela comunidade a ser atualizado periodicamente; e
2. Para o desenvolvimento de um **plano de ação** da comunidade para conservação e recuperação de seus recursos naturais;

Metodologia a ser empregada:

O Projeto irá ser realizado em duas etapas: a primeira na escola seguida pela etapa na comunidade. A proposta de iniciar as ações na escola se deve ao fato da mesma ser considerada a via mais adequada e segura ao início do

	<p>comprometimento da comunidade como um todo com as questões ambientais.</p> <p><u>PARA WWF:</u> O Consórcio reconhece que o manejo eficiente das atividades humanas e do meio ambiente requer uma gestão por ecossistema (“ecosystem approach”), de modo a assegurar que o uso dos recursos ambientais seja realizado mantendo-se a sua integridade ecológica. Com base nesta referência, tem adotado o conceito de “planejamento por ecossistema”, que estabelece limites territoriais das áreas de planejamento tendo em conta características ecológicas e não geopolíticas, daí a decisão de se adotar a bacia hidrográfica, por preencher plenamente o requisito. As fronteiras das bacias hidrográficas (divisores de água) são naturais e na maioria das vezes percebidas com facilidade.</p> <p>Financiador/Natureza da Agência</p> <p>WWF-Brasil O WWF-Brasil.</p> <p>Local</p> <p>Silva Jardim, Rio das Ostras, Rio Bonito e Casimiro de Abreu, RJ</p> <p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>CILSJ-2001; REAJO e REALAGOS – 2003; Comitê das Bacias das Lagoas - 2004</p>
<p>5.3Educação Ambiental</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Projeto Educação Ambiental Cascalho</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>Curso de Ciências Sociais PUC Minas São Gabriel, em parceria com o curso de Comunicação Social Integrada</p> <p>[Agência de produção e reprodução de conhecimento]</p> <p>Resumo das Iniciativas</p> <p>O Projeto Educação Ambiental Cascalho é um projeto do</p>

	<p>curso de Ciências Sociais, em parceria com o curso de Comunicação Social Integrada, sendo desenvolvido no Morro do Cascalho.</p> <p>O Morro do Cascalho é uma ocupação urbana irregular localizada no Aglomerado Morro das Pedras, na região Oeste de Belo Horizonte, possui uma população de 21 mil habitantes e é considerado um dos maiores e mais antigos aglomerados da RMBH.</p> <p>Objetivos: Promover condições de acesso de crianças e adolescentes, moradores do Morro do Cascalho, ao entendimento do meio ambiente saudável como um direito humano de todos os cidadãos, através da realização de atividades de educação ambiental. OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Estimular o interesse das crianças sobre a questão ambiental, através da realização de oficinas de educação ambiental; Ampliar os conhecimentos sobre a percepção ambiental dessas crianças, através da realização de uma pesquisa sobre as condições sócio-ambientais da comunidade do Morro do Cascalho; Contribuir para desenvolver novas habilidades nos participantes das oficinas, capacitando-os para serem os principais agentes da pesquisa sobre a comunidade local.</p> <p>A metodologia que será utilizada consiste no que se pode chamar de DRP - Diagnóstico Rápido Participativo que é um conjunto de técnicas que procura levantar informações sobre a realidade de determinada comunidade, a partir do ponto de vista dos moradores. É realizado com a participação e interação entre pesquisador e comunidade. O DRP é uma pesquisa simples, de fácil entendimento, prático, participativo e flexível. É utilizado para conhecer a história, os valores, os problemas e as demandas de uma comunidade, além da relação das pessoas com seu ambiente.</p> <p>Local</p> <p>Belo Horizonte, MG</p> <p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>2006-2007</p>
<p>5.4 Educação Ambiental</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Experiência de elaboração de modelo de gestão do lixo em Boa União</p>

Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)/
Departamento de Enfermagem Trabalho desenvolvido por
Professores e alunos da UFMG.

Resumo das Iniciativas

Este trabalho relata o envolvimento dos atores sociais (professores, alunos e moradores) de uma localidade rural do Estado de Minas Gerais no desenvolvimento de um modelo de gestão participativa do lixo. Trata-se de uma experiência de educação e gestão ambiental que inclui: (a) levantamento das representações e do imaginário sobre o lixo; (b) pesquisa sobre o lixo da localidade e (c) elaboração participativa de um modelo de gestão do lixo.

Assim, este relato conta a trajetória dos alunos e professores de uma pequena cidade situada em zona rural que, num trabalho participativo com os moradores, trabalham e se organizam tendo em vista a (re)estruturação do modelo de gestão do lixo para a sua cidade. A tese defendida é a de que a incorporação do componente cultural e educativo no enfrentamento do problema do lixo pode possibilitar uma mudança radical no modelo de gestão de resíduos hoje utilizado em grande escala, deslocando toda a ênfase e importância para o "produtor" do lixo, ou seja, para o cidadão comum.

Trata-se do trabalho de educação e gestão ambiental desenvolvido em Boa União, distrito do município de Itabirinha de Mantena, localizada em zona rural a noroeste do Estado de Minas Gerais, no qual alunos e professores trabalham em conjunto com vistas a elaborar um **modelo de gestão do lixo** para a cidade.

Levantando percepções sobre o lixo: a primeira fase da educação e gestão - A primeira fase do trabalho referiu-se ao **levantamento das percepções sobre a situação ambiental de Boa União**: o estado de limpeza das ruas, o destino do lixo domiciliar, a forma como são eliminados os resíduos líquidos dos domicílios, a distribuição da água, o esgoto a céu aberto, a contaminação dos córregos. O objetivo foi o de ajudar os alunos a flagrarem-se, através de fenômenos perceptivos, com a realidade que constroem sobre o ambiente e que configura o seu cotidiano. A exemplo de outras pesquisas sobre este tema, **o instrumento utilizado foi o mapa cognitivo** da situação

	<p>ambiental da cidade, especificamente dos aspectos ligados ao saneamento ambiental, no qual priorizou-se o traçado mais livre e despreocupado do aluno. Como observa Downs e Stea (1977), os mapas cognitivos, além de constituírem uma representação pessoal organizada do meio físico, configuram-se como processos mentais por meio dos quais o aluno pode se apropriar dos espaços ao seu redor.</p> <p>Gerando informação sobre o lixo de Boa União: a segunda fase da educação e gestão ambiental, na qual alunos e professores se envolveram num trabalho colaborativo de geração de informação sobre o lixo de Boa União. Na tentativa de compreender o problema, os alunos realizaram observações e entrevistas com moradores e com o pessoal responsável pelo sistema de limpeza da cidade. Durante 15 dias, foram feitas rondas nas ruas da cidade, observando práticas locais relacionadas ao lixo. O objetivo foi o de levantar informações precisas sobre a varrição, horário e dia em que é feita a coleta, como e onde o lixo é depositado.</p> <p>[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000100013#fig01]</p> <p>Local</p> <p>Minas Gerais</p> <p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>1999</p>
<p>6.1 Planos Diretores Urbanos</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Plano Diretor Participativo de Taboão da Serra-SP</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>Prefeitura Municipal de Taboão da Serra; Fundação Universidade de São Paulo – FUSP; Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LABHAB) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAUUSP) e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (PROURB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro</p> <p>[http://www.usp.br/fau/eventos/paisagemeparticipacao/universidade/A01_taboao.pdf]</p> <p>-----</p>

Coordenação técnica e política do plano diretor:

Secretaria de Habitação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano

Consultoria ou convênio contratado para o plano diretor:

Fundação Universidade de São Paulo – FUSP

Contrato da Prefeitura Municipal com o Ministério das Cidades

[http://www2.cidades.gov.br/images/stories/bancoexperien cias2006/Ficha_Zonas_especiais_de_interesse_social_para_ pr oducao_habitacional_no_processo_de_elaboracao_do_Plano_ Diretor.pdf]

Resumo das Iniciativas

O projeto busca contribuir para o debate sobre as perspectivas de superação da **dicotomia cidade x natureza** por meio da discussão de uma experiência de **projeto participativo em uma paisagem fluvial** na cidade de Taboão da Serra, região metropolitana de São Paulo.

Métodos, técnicas e materiais de projeto.

Baseados na prerrogativa de que o **processo participativo** deveria ser abrangente, democrático e libertário (na medida em que envolva aquisição de conhecimento, exercício da consciência e tomada de decisão), a equipe técnica conduziu uma seqüência de oficinas que contou com a participação de moradores do lugar, gestores públicos, técnicos da Prefeitura e políticos, abrangendo, em grande parte, os atores sociais relacionados direta e indiretamente, com o lugar.

Grupos de trabalho foram organizados para a realização de uma leitura da paisagem do lugar; tal leitura contemplou várias formas de apropriação do conhecimento da região:

- em primeiro lugar, a manipulação, por parte da comunidade do Laguna, de **bases cartográficas**, sobretudo fotos aéreas que, pela riqueza do detalhamento e fácil identificação dos referenciais espaciais, constituem uma linguagem de mais fácil compreensão por parte de pessoas leigas. Os participantes puderam identificar assim a localização das moradias, as relações espaciais entre “cheios e vazios”, as dimensões, a distribuição e o acesso aos espaços livres públicos e condominiais, a pressão da ocupação antrópica sobre as APPs - córregos e nascentes, matas e topos de morro, áreas de declividade acentuada, entre outros. Sistematizaram ainda as informações e registraram a afetividade na vivência informal dos espaços livres; finalmente, relacionaram e espacializaram em papel translúcido sobre a foto aérea,

	<p>demandas e desejos quanto a equipamentos sociais; para a consecução desses objetivos, arquitetos e outros técnicos da Prefeitura assessoraram os grupos, como facilitadores da aquisição do vocabulário especializado, sem interferir na condução dos debates.</p> <p>- visitas de campo para estudo do meio foram em seguida realizadas, complementando as informações processadas. Esse trabalho in loco, como sempre acontece, foi extremamente rico para a percepção de conflitos, potencialidades e singularidades sócio-ambientais da área, fornecendo ainda uma melhor referência escalar e espacial em relação aos mapas e fotos.</p> <p>Todo o material produzido na primeira oficina (desenhos, textos e fotos) foi sistematizado para a realização da segunda.</p> <p>[http://www.usp.br/fau/eventos/paisagemeparticipacao/universidade/A01_taboao.pdf]</p> <p>Local: Taboão da Serra, São Paulo</p>
<p>6.2 Planos Diretores Urbanos</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Plano Diretor do município de São Gabriel da Cachoeira (AM)</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>Prefeitura municipal de São Gabriel da Cachoeira, Instituto Sócioambiental – ISA, Instituto Pólis</p> <p>[Agência governamental, Oscip, ONG]</p> <p>Resumo das Iniciativas</p> <p>Por estar na faixa de fronteira entre Brasil, Colômbia e Venezuela e inserir-se em região de grande interesse nacional e internacional, São Gabriel da Cachoeira foi incluído em área de segurança nacional, essa condição estratégica intensifica a presença do Exército e da Aeronáutica no município. As Terras Indígenas abrangem cerca de 80% do território municipal. A Terra Indígena Balaio sobrepe-se ao Parque Nacional Pico da Neblina sob responsabilidade do IBAMA. Essa sobreposição gera conflitos.</p> <p>Esse imbricamento entre territorialidades de segurança nacional, indígenas e de unidades de conservação no</p>

município de São Gabriel da Cachoeira coloca grandes desafios para o planejamento e gestão territorial local.

A metodologia adotada foi o mais participativa possível.

As atividades iniciaram com um levantamento de pouco mais de 100 organizações e instituições governamentais e não governamentais existentes no município. Todos foram convidados a integrarem o Núcleo Gestor do Plano Diretor.

Os membros do Núcleo Gestor participaram de atividades voltadas para a **sensibilização** e **capacitação** sobre os temas relacionados com o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor, a democratização do planejamento e gestão territorial, entre outros. Após a constituição do Núcleo Gestor e o lançamento público do Plano Diretor de São Gabriel da Cachoeira, deu-se início ao **processo de construção participativa** dos estudos que devem subsidiar a formulação de propostas para a definição de investimentos prioritários, das **estratégias de ordenamento territorial e do sistema descentralizado de planejamento e gestão territorial**. A coordenação dos trabalhos explicou os objetivos da oficina voltados para a construção coletiva de subsídios para as **leituras da realidade local** e formulação de propostas para o Plano Diretor: leitura técnica, leitura comunitária e leitura jurídica:

A elaboração da **leitura técnica** baseou-se em levantamentos demográficos, sanitários e socioeconômicos feitos por técnicos do Instituto Socioambiental junto com pesquisadores indígenas que vivem no município, principalmente jovens do ensino médio. Os pesquisadores levantaram **dados primários** sobre as características etárias, étnicas, educacionais, domiciliares, econômicas e migratórias dos moradores desses núcleos. A leitura técnica se valeu também de **cartografias** bastante detalhadas elaboradas pelo Instituto Socioambiental. As contribuições do laboratório de geoprocessamento do Instituto Socioambiental foram de suma importância para os trabalhos. Esse laboratório trabalha com um sistema de informação geográfica que permite cruzar grande número de fotos aéreas atuais e **bases cartográficas digitalizadas**, georreferenciadas e cuidadosamente geocodificadas. Esses instrumentos permitiram a **territorialização** de todas as análises.

A elaboração da **leitura comunitária** foi baseada em oficinas realizadas nos bairros da sede urbana e em algumas comunidades indígenas localizadas em outras partes do município. Essas oficinas dividiram-se em duas partes. Na primeira parte, a coordenação dos trabalhos explicou os objetivos da oficina. Na segunda parte os participantes dividiram-se em seis grupos que **mapearam as demandas** por melhoramentos viários; lugares importantes do ponto de vista

	<p>histórico e cultural; áreas de importância para proteção ambiental; etc. Para a realização desses mapeamentos, foram utilizadas fotos aéreas georreferenciadas mostrando a sede urbana, seus arredores e o território municipal como um todo. Os mapeamentos foram feitos em folhas de acetatos transparentes fixados sobre as fotos aéreas. Essas marcações foram digitalizadas e unificadas em mapa com as quadras e vias da sede municipal..</p> <p>A elaboração da leitura jurídica valeu-se de análises sobre um conjunto de legislações municipais, estaduais e federais que incidem no planejamento e gestão territorial do município.</p> <p>[www.polis.org.br/download/276.doc]</p> <p>Financiador/Natureza da Agência</p> <p>A leitura técnica se valeu também de</p> <p>Local: São Gabriel da Cachoeira, Amazonas</p> <p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>2004-2006</p>
<p>6.3 Planos Diretores Urbanos</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Piracicaba</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>Prefeitura Municipal de Piracicaba, ESALQ - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"/ USP, Instituto Polis –</p> <p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>2002-2006</p> <p>Resumo das Iniciativas</p> <p>Mapa Participativo do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Piracicaba, elaborado pelos membros do Orçamento Participativo, dos diversos bairros da cidade, identificando problemas e anseios, incomodidades e potencialidades.</p>

	<p>[http://www.ipplap.com.br/planejando_pldiretor.php]</p> <p>Local: Piracicaba, São Paulo.</p>
<p>6.4 Planos Diretores Urbanos</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Plano Diretor participativo de Belterra, PA</p> <p>Resumo das Iniciativas</p> <p>“A METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO MAPA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA LEITURA COMUNITÁRIA DA REALIDADE”</p> <p>Objetivos dos mapas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dar visibilidade aos conflitos socioambientais na região, como instrumento de pressão e denúncia; • Auxiliar nos diagnósticos locais, desmistificando o que se chama por ‘desenvolvimento e progresso’; • Valorizar a participação das lideranças e o conhecimento destas sobre os conflitos socioambientais em curso na comunidade, no município e na mesorregião onde vivem e atuam; • Viabilizar o diálogo com os dados oficiais; • Produzir subsídios que contribuam no planejamento das ações das organizações populares, indicando caminhos estratégicos e alianças / parcerias; • Incorporar os problemas identificados e apresentados pelo movimento social durante a elaboração da leitura da realidade municipal, quando da elaboração dos Planos Diretores Participativos. <p>METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO MAPA:</p> <p>1) COLETAR INFORMAÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Primeira etapa – colher informações a partir do relato dos sujeitos coletivos. <p>Essas informações estão relacionadas às práticas e atividades causadoras dos conflitos socioambientais, localização, quem provocou e quem foi impactado.</p> <p>PROCEDIMENTO PARA CONSTRUIR O MAPA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS</p> <p>a) A moderadora explicou como seria a dinâmica para a construção do mapa:</p> <p>1 – Localize no mapa algum conflito socioambiental que você tenha conhecimento ou viva em seu município ou comunidade;</p>

2 – Identifique no mapa onde ocorre o conflito, colocando um número (1, 2, 3 ...) no local.

Use como referência os limites municipais, os rios, as estradas etc.;

3 – Coloque o mesmo número no papel (cartaz) e faça uma breve descrição do conflito (por exemplo, local/comunidade, atores/categorias envolvidas, motivos etc.).

4 – No final identifique a entidade responsável pela informação.

2) SISTEMATIZAR AS INFORMAÇÕES:

- **A segunda etapa** está direcionada a sistematizar as informações em um banco de dados, analisar os resultados e produzir os mapas dos conflitos socioambientais.

Essa atividade foi desenvolvida por uma técnica da FASE, de forma a organizar as informações obtidas na oficina.

3) DEVOLVER AS INFORMAÇÕES PRODUZIDAS:

- **Terceira etapa** – devolver o resultado obtido para os sujeitos coletivos envolvidos.

Isso foi possível durante a comparação entre a leitura técnica e a leitura comunitária (Leitura da realidade - primeira etapa da elaboração do Plano Diretor Participativo - PDP).

O QUE SURGE COMO CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS?

- Aqueles conflitos gerados pelas conseqüências negativas de atividades econômicas, impedindo que outras práticas se desenvolvam, principalmente pela atividade da soja;

- A disputa pelo controle e uso dos recursos naturais entre segmentos sociais, que dão significados distintos e contraditórios a estes recursos. Os segmentos sociais identificados nos conflitos foram: populações rurais, urbanas e extrativistas X fazendeiros, sojeiros, empresários e construtores; clube de futebol X comunidades, pescadores X empresa; comunidade X prefeitura; Comunidade X comunidade.

Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência

Prefeitura Municipal de Belterra; Fase Programa Amazônia; Universidade Federal do Pará (UFPA), representada pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU), Centro Sócio-econômico (serviço Social), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e Núcleo de Agricultura Familiar (NEAF) [agência governamental, agências de produção de conhecimento científico e ONG]

	<p>Local</p> <p>Belterra, PA.</p> <p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>2006</p>
<p>6.5 Planos Diretores Urbanos</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFor)</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>Prefeitura Municipal de Fortaleza</p> <p>Resumo das Iniciativas</p> <p>O Plano Diretor contou com um fórum onde foram apresentadas as sínteses das leituras comunitária e técnica. As leituras comunitárias foram feitas em fevereiro deste ano em 14 áreas de participação (que já estavam estabelecidas na elaboração do Orçamento Participativo). As comunidades se reuniam com técnicos da Prefeitura para identificar os principais problemas e potencialidades dos bairros de Fortaleza. A partir disso, foram elaborados mapas comunitários que traziam a percepção das pessoas sobre essas áreas. Paralelamente, os técnicos da prefeitura também promoveram diálogo com segmentos relevantes da sociedade (arquitetos, movimentos sociais, universidades, entidades de classe, entre outros) com o mesmo objetivo. As informações obtidas com a leitura técnica foram cruzadas com os mapas comunitários para saber onde há convergências de problemas e potencialidades, reunindo o conhecimento intuitivo e técnico.</p> <p>[http://www.opovo.com.br/opovo/fortaleza/583931.html].</p> <p>Local: Fortaleza, Ceará</p> <p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>2006</p>

<p>6.6 Planos Diretores Urbanos</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Bagé-RS</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>Prefeitura Municipal de Bagé</p> <p>Resumo das Iniciativas</p> <p>Didática de leitura comunitária</p> <p>Ao iniciarem os desenhos - uma das atividades propostas na leitura -, em que cada um deles identifica com datas, numa linha do tempo da cidade, quando surgiram os bairros, os postos de saúde, as escolas, as creches, por exemplo, eles começaram a interagir. Com canetas coloridas em punho, procuravam seu espaço no chão em meio a um pedaço de papel pardo de três metros de comprimento no chão.</p> <p>Já acostumados com a didática da leitura, os moradores, noutra atividade, desenharam onde se localizavam as principais ruas de acesso aos seus bairros, onde estavam situadas as escolas, os postos de saúde, a rádio comunitária, o trajeto do transporte coletivo e suas casas, por exemplo.</p> <p>Por fim, os técnicos da prefeitura e da Urcamp reuniram-se em grupos separados por bairros e entrevistaram os moradores. Perguntaram o que havia de bom e de ruim na localidade em que vivem.</p> <p>[http://www.bage.rs.gov.br/pddua/pddua_noticias.php]</p> <p>Local: Bagé, Rio Grande do Sul</p> <p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>2006</p>
<p>7.1 Zoneamento em geral (não étnicos) – ZEE, macrozoneamento</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) em Paragominas</p>

Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência

Prefeitura Municipal de Paragominas; Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) [Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (Sectam)]; Ministério do Meio Ambiente (MMA); Instituto do homem e meio ambiente - IMAZON

Resumo das Iniciativas

Depois do município de Moju, onde a metodologia participativa do Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MZEE) foi testada com sucesso, técnicos da Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (Sectam), deram início as oficinas em Paragominas para a fase de detalhamento do zoneamento.

As oficinas - Em Paragominas, já foram realizadas três oficinas participativas, num total de nove programadas, que totalizarão 75 horas de consultas diretas às comunidades rurais. Após cada série de oficina a equipe da Sectam retorna a Belém para sistematizar os dados obtidos em campo.

O método usado nas oficinas é o Metaplan, referência internacional, adotado amplamente no Brasil pela simplicidade, já que contempla a variável - muito comum quando se trata de pessoas moradoras em zonas rurais -, que permite a manifestação de agricultores, pescadores, sobre os conhecimentos adquiridos por eles sobre a região onde vivem. Eles poderão escrever numa folha de papel (cartão), quando tiverem dificuldades de falar aos técnicos do zoneamento, características bem peculiares de uma área.

“A **comunidade** contribui, efetivamente, para que a equipe executora do zoneamento **tenha conhecimento da realidade local**, e possa construir o perfil sócio-econômico e ambiental do município”, esclarece Vicente de Paula.

Das oficinas os técnicos trazem, por exemplo, o retrato temático da situação da vegetação, solo e águas superficiais e subterrâneas (recursos hídricos), e muitos outros aspectos do local referenciado. O resultado de cada oficina é sistematizado em dois dias. Depois, os técnicos retornam a campo para dar continuidade à coleta dos dados que vão propiciar o fechamento do **Mapa de Gestão**.

Esta metodologia vai orientar, com segurança, os prefeitos a elegerem suas prioridades, a partir de políticas públicas voltadas para as necessidades sociais e potencialidades socioeconômicas e ambientais, tudo direcionado ao uso sustentado dos recursos naturais.

Por orientação do governador do Estado, a equipe da Sectam

	<p>apresentou a concepção do então projeto às associações de prefeituras, sindicatos, universidades, Museu Goeldi, Forças Armadas, IBAMA, EMBRAPA, <i>WWF</i>, BIRD, BID, <i>Greenpeace</i>, entre outras entidades, em Belém, interior do Pará e Brasília.</p> <p>Os representantes dessas instituições apresentaram contribuições, e até críticas, mas nenhuma delas com a consistência científica que abalasse as bases técnicas do projeto, no tocante à metodologia e ferramentas de construção.</p> <p>[www.sectam.pa.gov.br/download/ZEE-PARAGOMINAS.doc]</p> <p>Local: Paragominas, Pará</p> <p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>2008</p>
<p>7.2 Zoneamento em geral (não étnicos) – ZEE, macrozoneamento</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Projeto Associações-modelo do Alto Moju-PA</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>Embrapa Amazônia Oriental, Centro Internacional de Pesquisa Florestal (CIFOR), Banco da Amazônia, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju-PA, Associação de Moradores, de São Sebastião, Itabocal Frutos da Terra (Amossifrut).</p> <p>[agência governamental, agência de produção de conhecimento, entidade sindical, associações de representação]</p> <p>Resumo das Iniciativas</p> <p>O zoneamento procurou identificar as formas de uso da terra, o histórico da ocupação e o atual estágio de conservação dos recursos naturais a partir da percepção de um grupo de pessoas residente nas comunidades. A metodologia utilizada foi o zoneamento com atores-chave através de entrevistas individuais e coletivas com homens e mulheres. Os resultados mostram que, segundo os entrevistados, existem seis diferentes zonas no Alto Moju com particularidades quanto ao uso da terra e disponibilidade de recursos naturais. O</p>

principal produto do zoneamento foi um **mapa com a descrição de cada uma das zonas.**

METODOLOGIA

Na primeira etapa do trabalho, foram feitas 16 entrevistas semi-estruturadas. As entrevistas foram realizadas em visitas à casa de cada morador, sendo que, em oito delas, os entrevistados eram homens, em seis, foram feitas com o casal, e em apenas duas, com mulheres. Na segunda etapa, foi selecionado um mapa da região contendo a discriminação dos lotes e formou-se um grupo focal de 12 pessoas (8 homens e 4 mulheres) para realizar o reconhecimento do mesmo e o zoneamento segundo os critérios de ocupação da terra apontados pelos próprios agricultores. A pergunta central que orientou o debate foi “Qual a forma de ocupação predominante?” Os entrevistados se colocaram de acordo quanto à localização do rio e igarapés e a partir daí, falaram livremente quanto às formas de ocupação do espaço para, pouco a pouco, irem centrando a atenção em zonas mais homogêneas.

Posteriormente, cada uma das zonas foi detalhada (história, manejo, habitantes, disponibilidade de caça, perspectiva de futuro etc.). Essa última etapa contou com o apoio de um roteiro temático por parte da equipe para garantir que alguns temas estivessem contidos no detalhamento de cada zona e, assim, fosse possível um exercício de comparação entre as diferentes zonas.

Na terceira etapa, durante uma reunião, 15 pessoas traçaram a trajetória histórica da região e informaram as atividades desenvolvidas ao longo do tempo, a ordem de chegada das famílias, o modo de viver, os recursos naturais disponíveis, dentre outros temas. Opiniões contrastantes eram desmembradas e retomadas em outros momentos para garantir a diversidade de compreensões dos diferentes atores sobre sua realidade.

A quarta etapa foi a de elaboração do relatório e do mapa a partir das zonas delimitadas e detalhadas.

[http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/234.pdf]

Local: Alto Moju, Pará

Ano de Início/Conclusão

2005-2006

8.1 Delimitação de territórios/territorialidades e identidades

Título do Projeto

Projeto Comunidades e Florestas - Regularização fundiária e manejo florestal comunitário na Amazônia: sistematização de uma experiência inovadora em Gurupá-PA

Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE e Sindicato dos Trabalhadores Rurais – Gurupá, Pará, com assessoria do Instituto Internacional de Educação do Brasil, IEB.

[ONG'S e entidade sindical]

Resumo das Iniciativas

O tema regularização fundiária é um dos eixos centrais do projeto iniciado pela FASE em 1997, em parceria com o STR e associações comunitárias de Gurupá. Esse projeto reafirmava o princípio de que a segurança fundiária é requisito essencial para o uso e conservação dos recursos naturais por parte das populações locais.

Técnicas de geoprocessamento (SIG, análises de imagens orbitais, GPS) estão sendo utilizadas para o levantamento das formas de uso do solo e da dinâmica da paisagem no município de Gurupá. Esse componente tem como principal objetivo estabelecer critérios e indicadores ambientais para avaliar e monitorar as atividades relacionadas ao manejo florestal e agricultura familiar em áreas de terra firme e várzea. Em conjunto com as associações dos pequenos produtores serão elaborados Planos de Uso Múltiplo dos Recursos Naturais nas áreas que tiverem suas terras regularizadas (remanescentes de quilombos, assentamento agroextrativista...).

O passo-a-passo da regularização fundiária: lições da experiência de Gurupá.

1- *Buscar conhecer a realidade vivida pelas comunidades, sua territorialidade e identidade sociocultural. Isso pode ser feito por meio de um diagnóstico socioambiental fundamentado no diálogo com as lideranças e famílias residentes nas comunidades;*

2- *Aprimorar o conhecimento de lideranças, técnicos e assessores sobre os instrumentos jurídicos vinculados a regularização fundiária e sobre os dados fundiários sobre a região de interesse dos grupos e/ou organizações locais. Com o conhecimento dos instrumentos jurídicos, dos dados fundiários e da realidade vivida pelas famílias, pode-se verificar as demandas reais das comunidades e*

dar início ao processo de regularização;

3- Compartilhar com o poder público municipal e organizações interessadas as informações identificadas no diagnóstico. Com base nessa troca de conhecimentos, traçar uma estratégia de regularização fundiária para o município como um todo;

4- Iniciar a discussão dos planos de usos com as comunidades logo no início do processo, antes mesmo das ações relacionadas à regularização estarem concluídas;

5- Realizar o levantamento cartorial de toda a titulação e documentação de terras do município. Essa atividade pode ser executada por meio da parceria entre as organizações locais e poder público, pois demanda tempo, recursos financeiros e humanos. Isso é fundamental para que o processo se torne mais ágil.

6- Com base no levantamento cartorial e no diagnóstico socioambiental, definir as áreas prioritárias para se fazer a regularização fundiária, em comum acordo com as organizações locais e parceiros;

7- Realizar o levantamento das famílias que ocupam as áreas prioritárias para regularização (levantamento ocupacional) e identificar os limites de respeito tradicionalmente adotados por essas famílias;

8- Treinar as lideranças locais e membros das organizações comunitárias no uso do GPS para que as mesmas possam realizar o **mapeamento** das áreas que se pretende regularizar. Esse mapeamento deve enfatizar os limites de respeito estabelecidos entre famílias vizinhas e o perímetro total da área a ser regularizada;

9- Cruzar as informações do levantamento cartorial com os dados do levantamento ocupacional e **mapas** produzidos. Por meio desse cruzamento as comunidades podem discutir e definir as modalidades de regularização mais adequadas para cada área (individuais ou coletivas/ associativas). Além disso, esse cruzamento de informações facilita a discussão dos planos de uso das áreas;

10- Utilizar os **mapas** gerados e levantamentos realizados para alimentar as discussões das comunidades sobre a regularização de suas áreas e sobre as alternativas mais viáveis para o uso sustentável dos recursos naturais por parte das famílias;

11- Se as terras a serem regularizadas forem da União será necessário que o órgão federal responsável, a Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU), repasse a responsabilidade para o INCRA para que esse possa viabilizar o processo de regularização. Esse repasse de responsabilidade agiliza o processo pois o INCRA, órgão fundiário da União, possui maior capacidade financeira e humana para a execução das atividades, além de estar amparado juridicamente para a execução de tais funções;

12- Evitar a padronização de modelos de regularização fundiária. Cada área demandará uma solução específica. Em casos onde não cabe a regularização fundiária familiar (individual), que se faça de maneira associativa. Para cada realidade deverá ser buscada

	<p><i>ou criada uma realidade jurídica que se adapte a ela;</i></p> <p>13- <i>Incentivar e provocar a integração de esforços da Procuradoria do Tribunal de Justiça, Ministério Público, Advocacia Geral da União e órgãos fundiários do estado e da federação, para que juntos possam viabilizar os processos de regularização fundiária de maneira mais ágil;</i></p> <p>14- <i>O processo de regularização fundiária deve ser acompanhado por um ou mais advogados de confiança das organizações comunitárias e pode demorar vários anos. Durante este período é importante manter constante comunicação com as comunidades para informar sobre o andamento dos processos para que os mesmos não caiam em descrédito perante as famílias.</i> [http://www.iieb.org.br/arquivos/public_regularizacao_fundiaria.pdf]</p> <p>Financiador/Natureza da Agência</p> <p>Obs: lembrar que O LONGO PROCESSO DE LUTA E regularização fundiária contou com outras entidades e financiadores como a Comunidade, que em 1992 financiou o Projeto Bem te vi; o Ministério do MA, IMABA E PPG7 que em 2002 a 2004 financia plano de manejo; ;</p> <p>EM 2004 O NUCLEO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL conta com financiamento da ICCO, MMA/PPG7/Provárzea E Conservation International</p> <p>Local</p> <p>Gurupá- Pará - FASE Começa em 1994 -1997 (FASE E CMUNIDADES ECONOMICA EUROPÉIA)ver projeto 1 doc 3 p.13</p>
<p>8.2 Delimitação de territórios/territorialidades e identidades</p>	<p>Título do Projeto Etnomapeamento das TIs na fronteira Brasil-Acre/Peru-Ucayali</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre) e a Universidade Federal do Acre (UFAC) / Parque Zoobotânico-SETEM</p> <p>[ONG'S, agência de produção do conhecimento]</p>

Resumo das Iniciativas

Uma das metas do trabalho foi à capacitação de um profissional da CPI-Acre para que a instituição pudesse ter, em um futuro próximo, independência e agilidade na condução dos seus projetos de etnomapeamento já que o procedimento metodológico precisava ser repetido para mais 7 (sete) terras indígenas localizadas na faixa de fronteira Brasil (Acre) / Peru (Ucayalli), como parte de um projeto de etnomapeamento de três anos (2004 – 2006). Um produto que já foi disponibilizado é o mapa de invasão da TI. Desde a década de 80 que os Ashaninka do Rio Amônia vêm sofrendo processos de invasão de seu território, que geralmente tem como objetivo a retirada de madeira ou caça. Pela análise do mapa de invasão foi possível estimar que cerca de 30% do território da TI Kampa do Rio Amônia já sofreu algum tipo de invasão. As invasões recentes de madeireiros peruanos representam em torno de 17% do território. O apoio técnico do Parque Zoobotânico da Universidade Federal do Acre ocorreu no etnomapeamento de duas (Terra Indígenas Kampa do Rio Amônia e Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu) das oito terras indígenas contempladas pelo projeto. Em oficinas de etnomapeamento ocorreram os mapeamentos participativos, onde a comunidade indígena fez a sobreposição de suas informações em uma base cartográfica georreferenciada. O processo foi iniciado com uma explanação pelos assessores da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre) dos objetivos e importância desta iniciativa para a comunidade indígena. Foram realizadas duas oficinas de etnomapeamento em abril e setembro de 2004. Na primeira oficina, utilizando uma carta imagem (imagens LandSat 7, bandas 345 em falsa cor

RGB, limites da TI Kampa do Rio Amônia e grade de coordenadas geográficas) e Mapa Hidrográfico (rede hidrográfica 1:50.000, limites da TI Kampa do Rio Amônia e grade de coordenadas geográficas) a comunidade indígena do Rio Amônia com o apoio dos assessores da CPI-Acre, produziram os seguintes mapas temáticos: Pesca, Hidrografia, Presença de Fauna, Fluxo de Fauna, Vegetação, Uso dos Recursos Naturais, Histórico de Ocupação e Invasão.

Experiências anteriores têm demonstrado que quando devidamente apoiadas, as comunidades indígenas podem desenvolver papéis importantes no sentido de manutenção de sua cultura e conservação ambiental. Entretanto, um dos grandes desafios encontrados no âmbito de TIs é a disponibilidade das ferramentas e informações necessárias para o seu perfeito gerenciamento, condição preponderante para que estas possam ser efetivamente um mecanismo de

	<p>conservação ambiental. Para tanto faz necessário o perfeito conhecimento de suas características e peculiaridades. Segundo os autores do trabalho, as geotecnologias surgem como uma ferramenta que possibilita a transformação de informações de comunidades tradicionais em Sistema de Informação Geográfica (SIG). Com o SIG instituído, essas informações podem ser transformadas em mapas temáticos e diagnósticos. Estes produtos são muito importantes para que as comunidades possam dialogar e reivindicar do gestor público mecanismos para gestão dos recursos naturais de seus territórios.</p> <p>http://mar.te.dpi.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr%4080/2006/11.15.23.05/doc/5949-5956.pdf http://ambienteacreato.blogspot.com/2007/06/etnozoneamento-de-terras-indgenas-no.html</p> <p>Financiador/Natureza da Agência The Nature Conservancy (TNC) e Gordon and Bety Moore Foundation</p> <p>Local</p> <p>Fronteira entre Brasil e Peru, na região sudoeste do Estado Acre.</p> <p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>2004 -2006</p>
<p>8.3 Delimitação de territórios/territorialidades e identidades Delimitação de territórios/territorialidades e identidades</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Projeto de Castainho</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>Universidade Federal de Pernambuco; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e a Universidade de New Brunswick (UNB); Incra, Prefeitura de Garanhuns, Associação Comunitária de Castainho; e a ONG Djumbay.</p> <p>[Agências de produção de Conhecimento, autarquias federais, agência governamental, instâncias de representação comunitária e ONG]</p>

	<p>Resumo das Iniciativas</p> <p>O projeto de Castainho é desenvolvido pela Universidade Federal de Pernambuco e faz parte do componente de etnia do PIGN_ Projeto Infra-estrutura Geoespacial Nacional. Em nível nacional, o PIGN tem como parceiros o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Universidade de New Brunswick (UNB), do Canadá.</p> <p>O projeto tem como objetivo maior contribuir para o reconhecimento do território, para que as famílias que ali vivem possam ser inseridas nos programas sociais do Governo Federal, voltados para comunidades quilombolas. Um dos aspectos mais importantes do projeto foi a intensa participação da comunidade nesse processo. De acordo com a coordenadora do projeto e professora da UFPE, quilombolas identificaram os limites da área com os técnicos, cavaram os buracos para colocação dos marcos. Ainda segundo a coordenadora, o projeto em Castainho já consolidou resultados como o processo de demarcação das terras e de georeferenciamento. Ainda está em elaboração o mapa de Castainho, uma ação educativa realizada com a comunidade para que a mesma possa conhecer melhor o seu território, fazer planejamentos e ações mais eficazes. O projeto visa além de proporcionar a regularização da terra, contribuir na formação de lideranças, no fortalecimento da educação e na conscientização das pessoas para lutar pelos seus direitos.</p> <p>www.ufvjm.edu.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=114&Itemid=5</p> <p>Local</p> <p>Pernambuco.</p> <p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>2005-2008</p>
<p>8.4 Delimitação de territórios/territorialidades e identidades</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Projeto de Mapeamento Cultural das etnias Kamaiurá e Yawalapti do Alto Xingu</p>

Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência

ACT Brasil - Amazon Conservation Team Brasil; Fundação Nacional do Índio – Funai;

[ONG e agência de governo]

Resumo das Iniciativas

O trabalho de pesquisa foi realizado em campo com membros da própria comunidade, assessorados por especialistas em cartografia, durando aproximadamente seis meses. No processo de levantamento dos pontos a serem considerados no Mapa, a participação da comunidade se deu primeiramente, listando as principais informações que eles gostariam de ver contempladas no mapa. Neste momento, informações sobre recursos minerais, bem como as relacionadas a recursos genéticos, ligadas ao uso de plantas medicinais, por recomendação da Funai, foram eliminados. Assim que os mais velhos perceberam que seu conhecimento tradicional, só disponível em suas memórias, seria a matéria-prima para a confecção o mapa, houve uma intensa troca de informações com os mais jovens, responsáveis pelas coletas das informações em campo. Considerando todas as despesas, inclusive honorários dos consultores, despesas de viagens, hospedagens para a realização de 03 reuniões em Canarana, etc, foi de aproximadamente 75.000 dólares. Os custos de levantamento dentro da aldeia e os trabalhos de campo foram os menores. A distribuição será de responsabilidade da Associação Indígena Kamaiurá. Todos os mapas trazem um número de série no verso, sendo que a Funai terá uma cota para uso interno. Nos custos, não estão incluídas as despesas da Funai)

<http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJDA6D7CFCITEMIDB10AE1ADBC964DB6B0307312827DCD7EPTBRIE.htm>
http://www.gta.org.br/noticias_exibir.php?cod_cel=806

Local: Mato Grosso

Ano de Início/Conclusão

2001

8.5 Delimitação de territórios/territorialidades e identidades

Título do Projeto

Cartografia com povos indígenas na Amazônia brasileira: trabalhos feitos com e pelos índios Caiapó-Mebengôcrê, da TI Caiapó.

Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência

Institut de Recherche pour le Développement, Unité ESPACE - IRD; Laboratório de Gestão do Território - LAGET/Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Resumo das Iniciativas

O trabalho se concentra num dos TIs mais importantes: a Terra Indígena Caiapó (TIC) que tem oito aldeias principais. Ela abrange 32.840 km² de floresta tropical, situada perto de uma frente agrícola muito ativa: o arco de desmatamento no Sul do Estado do Pará. O objetivo original do estudo era mostrar o grau de desmatamento ao redor do TIC e agregar ao conhecimento naturalista informações geográficas relacionadas a jardins e florestas ao redor de uma das aldeias do TIC. Contudo, quando os Caiapós perceberam o poder desses documentos, eles quiseram construir um outro tipo de mapa que representasse todo o território indígena. Decidiram, portanto, dar uma orientação política aos seus trabalhos cartográficos.

Dessa forma, o projeto visou proporcionar a oportunidade principal de uma interação significativa entre os índios que desejam compartilhar os conhecimentos cartográficos que desenvolveram separadamente com métodos e objetivos diferentes em anos recentes. Em escala de aldeia, mapeou-se diversas categorias de vegetação ou espaços usados ou identificados por nomes dados pelos Caiapós. Utilizou-se um Sistema de Posicionamento Global (GPS) apenas para coletar dados sobre alguns pontos estratégicos. Fez-se uma interpretação interativa de fotografias com os Caiapós, usando o sistema de classificação de Mebengôcrê, ligado às áreas coloridas e às discontinuidades com a vegetação conhecida ou aos tipos de paisagem. Visto que os mapas existentes da região são poucos e imprecisos, usamos imagens de satélite da *Terra Indígena Caiapó*, com imagens de sua aldeia tiradas a uma distância bem próxima. Utilizamos quatro imagens de um conjunto de dados do satélite Landsat 7 no mapeamento dos territórios indígenas.

Um dos objetivos do projeto foi fazer com que eles pensassem

	<p>em conjunto sobre como utilizar os recursos técnicos disponibilizados pelas imagens de satélite, visando a seus interesses comuns e a fim de: Melhorar sua autonomia no que tange as técnicas cartográficas; Melhorar sua capacidade de administração territorial; Produzir seus próprios documentos mostrando a dinâmica social e dos espaços dentro dos grupos e entre eles; Produzir novos tipos de informações para as gerações jovens e futuras; e Estimular ao diálogo entre as populações locais, os atores institucionais e não-governamentais.</p> <p>[“Mapping for Change:Practice, technologies and communication” (CD-ROM)</p> <p>Local</p> <p>Pará</p> <p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>1999-2001</p>
<p>8.6 Delimitação de territórios/territorialidades e identidades</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Mapas Êmicos dos Produtores de Aldeia Velha</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>Centro de Estudos de Agroecologia, Plantas Medicinais e Cultura Livre (Escola da Mata Atlântica)</p> <p>Resumo das Iniciativas</p> <p>Trilha dos Produtores de Aldeia Velha. Foram elaborados dois Mapas Emicos, contendo as casas dos produtores locais. O segundo mapa foi uma confecção coletiva dos moradores, já o primeiro foi o desenho a partir do segundo por uma desenhista local.</p> <p>A primeira etapa para construção do Mapa Êmico foi a reunião das principais lideranças e também crianças para esclarecimento do trabalho. A partir de lápis de cor, cartolina e um mapa de referência da cidade, a área de abrangência do mapa foi delimitada, considerando o raio de atuação das atividades produtivas, dados históricos e recursos naturais de referencia. Relevo e hidrografia foram transcritos para uma</p>

	<p>cartolina e os moradores preencheram os espaços, localizando, com o desenho, tudo aquilo que eles achavam importante, construindo assim um mapa coletivo. O objetivo era resgatar o máximo possível de informações. Além das serras, rios, ruas, comércio e casas dos produtores, que servem de orientação, nos desenhos, nós podemos observar uma representação da diversidade biológica através de inúmeras espécies de animais e vegetais presentes no mapa, e também a presença de elementos marcantes na cultura dos produtores como cipó, mel e bambu. Outros elementos presentes são os mitos, “Mãe do Ouro” e “Saci Pererê”, o que mostra a importância desses elementos na formação da cultura.</p> <p>“Os Mapas Êmicos, ou seja, aqueles realizados a partir do conhecimento cognitivo, buscam garantir uma participação local, trabalhar com dados relevantes, formar um quadro de referências para coletar e analisar as informações, dispor de dados qualitativos, além de facilitar a comunicação entre o pesquisador e as comunidades, por serem os mapas uma forma de linguagem muito antiga (SCHMIDT, M.V.C. Etnosilvicultura Kaiabi no Parque Indígena do Xingu: Subsídios ao manejo de recursos florestais. Dissertação de Mestrado. USP, São Carlos, 2001).</p> <p>http://escoladamataatlantica.googlepages.com/mapasemicos</p> <p>Local</p> <p>Silva Jardim, Rio de Janeiro</p> <p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>2005</p>
<p>9.1 Discutir desenvolvimento local</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Projeto MAPLAN</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA), a University of Arizona (UA), a Universidade Federal do Ceará (UFC), a Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional do Estado do Ceará (SDLR), a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME), e os municípios cearenses de Graça, Massapê, Moraújo,</p>

	<p>Mucambo, Pacujá, Poranga, Senador Sá e Uruoca.</p> <p>Resumo das Iniciativas</p> <p>O Projeto visa promover a inclusão e a participação de pessoas e comunidades na definição da sua própria trajetória de desenvolvimento local. E, como já sugere o nome, os mapas são usados para promover as discussões de grupo, para auxiliar à identificação de condicionantes e potencialidades nas comunidades do interior, e para discutir sobre as metas de desenvolvimento das populações. Cabe salientar que todas as informações contidas nos mapas são fornecidas pelos próprios residentes.</p> <p>[http://www.projetomaplan.com/index.html http://www.funceme.br/Institucional/noticia/Noticia_Funceme_5.pdf]</p> <p>Local</p> <p>Municípios de Graça, Massapê, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Poranga, Senador Sá e Uruoca./ CEARÁ</p> <p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>2005</p>
<p>9.2 Discutir desenvolvimento local</p>	<p>Título do Projeto Programa Proambiente</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>Ministério do Meio Ambiente (MMA), Universidade Federal do Acre, Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Estado do Acre – FETACRE</p> <p>Resumo das Iniciativas</p> <p>O objetivo é divulgar processo de mapeamento de propriedades rurais localizadas nos municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri, os quais fazem parte do programa PROAMBIENTE, para que agentes de extensão e produtores rurais possam monitorar a cobertura florestal, um componente de vários serviços ambientais.</p>

	<p>Local</p> <p>Assis Brasil, Brasiléia, Eptaciolândia e Xapuri/ Região do Alto Acre, Estado do Acre, Brasil http://mar.te.dpi.inpe.br/col/ltid.inpe.br/sbsr/2004/11.23.00.55/doc/2363.pdf</p> <p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>2005-</p>
<p>9.3 Discutir desenvolvimento local</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Projeto ERVAS – Ervanário Regional de Valorização da Agroecologia Familiar e da Saúde</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB</p> <p>Resumo das Iniciativas</p> <p>O objetivo principal é estimular o cultivo de plantas medicinais como forma de diversificação da produção de agricultores familiares.</p> <p>Na Etapa I do trabalho foi realizado o Diagnóstico Rápido Participativo – DRP, junto a doze famílias das dezessete existentes na comunidade “Pindoba”, Mutuípe – BA. As informações foram obtidas com o uso da técnica do Mapeamento Participativo e do Fluxograma de Sistemas. www6.ufrgs.br/seeragroecologia/ojs/include/getdoc.php?id=5728&article=1387&mode=pdf</p> <p>Local</p> <p>Mutuípe, Bahia</p> <p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>2006</p>

9.4 Discutir desenvolvimento local

Título do Projeto

Projeto Diálogos

Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência

CDS/UnB (Centro de Desenvolvimento Sustentável/ Universidade de Brasília), CIRAD (Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento), ICV (Instituto Centro Vida), IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia).

Financiador/Natureza da Agência

WWF-Brasil e União Européia

Resumo das Iniciativas

O Mapeamento Participativo surgiu da necessidade de informação organizada sobre a região de influência da rodovia BR-163 no estado do Pará. É uma atividade desenvolvida pelo IPAM na área de influência da rodovia BR-163 com o objetivo de retratar a realidade local por meio de mapas temáticos na visão de seus moradores e governantes

Em 2004, com apoio do Projeto Estradas Verdes e financiamento da USAID, foi dado início na região do Baixo Amazonas, abrangendo 12 municípios (Santarém, Belterra, Juruti, Oriximiná, Alenquer, Monte Alegre, Óbidos, Curuá, Faro, Terra Santa, Prainha e Almerim) trabalhando em uma estratégia conjunta para promover espaços de discussão sobre o desenvolvimento da região. Os resultados deste trabalho já subsidiaram várias iniciativas de planejamento municipal participativo, entre estas a elaboração de planos diretores de Santarém, Belterra, Juruti e Oriximiná. Também permitiu qualificar informações de desmatamento e zoneamento da gestão territorial na região

Em 2006, graças ao apoio do Projeto Diálogos, com financiamento da Comunidade Européia, foi possível dar continuidade a esse processo e o IPAM expandiu as atividades ao território da Br 163, como objetivo de levantar a situação socioeconômica e ambiental dos municípios de Placas, Rurópolis, Trairão, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso e os distritos de Castelo de Sonhos e Moraes de Almeida.

	<p>Local</p> <p>Pará</p> <p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>2004</p>
<p>9.5 Discutir desenvolvimento local</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural da EMATER/RS para o Fortalecimento da Agricultura Familiar e de Públicos Especiais e a Promoção do Desenvolvimento Sustentável do Meio Rural.</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/RS; Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA</p> <p>Resumo das Iniciativas</p> <p>A EMATER/RS iniciou sua atuação junto às comunidades indígenas através da execução de uma política pública (Programa RS Rural) que incluiu os chamados “públicos especiais”, ao lado das comunidades remanescentes de quilombos, pescadores artesanais profissionais, pecuaristas familiares e assentados da reforma agrária. Essa demanda, colocou desafios para extensão rural, já que historicamente, a instituição desenvolveu ações junto aos agricultores familiares. Para tanto, houve a necessidade da EMATER/RS de construir propostas de trabalho junto com às comunidades indígenas e instituições que as assistem e, ao mesmo tempo, capacitar seu quadro funcional para atuar de forma qualificada e permanente.</p> <p>- O trabalho de Ater junto às comunidades Guarani, enquanto uma política pública efetiva de extensão rural, necessita de ação permanente e de capacitação dos seus técnicos para atuar de forma dialógica e respeitosa com um público culturalmente diferenciado. Cabe destacar que a EMATER/RS, há várias décadas, vem desenvolvendo metodologias participativas de diagnóstico e planejamento das comunidades rurais, especialmente com o público de assentados da reforma agrária e da agricultura familiar. Para o</p>

trabalho com as comunidades indígenas, através deste projeto, buscou-se a construção de metodologias específicas para este público culturalmente diferenciado. Essa busca caminhou dentro de uma concepção construtivista, capacitadora, de intensificação das relações de confiança e reciprocidade. Dentro do processo pautou-se a construção participativa de planos de trabalho entre técnicos, comunidades indígenas e instituições que as assistem, onde cada atividade teve uma metodologia própria que se encontra detalhada no relato respectivo.

Na construção do Mapa Comunitário, agricultores familiares, assentados, quilombolas, pecuaristas familiares, pescadores artesanais e suas famílias têm a oportunidade de elaborar o mapa do território ao qual são pertencentes, sem a interferência de indivíduos externos. Concomitante com a Leitura da Paisagem e o Mapa Comunitário é realizado o Itinerário de Desenvolvimento. Nas reuniões de comunidade são escolhidas pessoas, na maioria idosas, que possam conceder informações com relação ao Histórico Municipal de Desenvolvimento da Comunidade ao longo do tempo, como superaram as crises surgidas e quais foram as modificações que aconteceram nas dimensões econômicas, sociais e ambientais. A formação do Itinerário de Desenvolvimento se dá numa reunião com todas as pessoas escolhidas pela comunidade, com a transcrição de datas e eventos em papel pardo.

As comunidades Guarani (conferir áreas indígenas na p. 25, pois existe uma tabela desenvolvida em termos de dispersão geográfica dessas comunidades Guarani, face às unidades administrativas da EMATER/RS, Escritórios Municipais e Escritórios Regionais – ESREG)

Acampamento Beira de Estrada Irapuá; Terra Indígena Guabiroba; Acampamento Beira de Estrada Mato Preto; Aldeia M'baraka Miri; Aldeia Passo Feio; Terra Indígena Salto Grande do Jacuí; Aldeia Gengiva; Reserva Indígena Coxilha da Cruz; Acampamento Beira de Estrada Passo Grande; Reserva Indígena Caa Mirim; Terra Indígena Ivoporã; Terra Indígena Varzinha; Terra Indígena Nhum Porã; Terra Indígena Yriapú; Reserva Indígena Tekoá Anhetenguá; Reserva Indígena Km 45; Terra Indígena Jataity; Reserva Indígena Estiva; Reserva Indígena Itapuã; Reserva Indígena Flor da Mata; Reserva Indígena Tekoá Koenjù

http://www.asbraer.org.br/Documentos/BancoProjetos/relat%C3%B3rio_emater_rs.pdf

	<p>Local</p> <p>Rio Grande do Sul</p> <p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>2005-2006</p>
<p>9.6 Discutir desenvolvimento local</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Diagnóstico Rural Participativo em Dois Irmãos</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>Seagro - Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ruraltins; Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins</p> <p>Resumo das Iniciativas</p> <p>Realizou-se na Câmara Municipal de Dois Irmãos a entrega do DRP – Diagnóstico Rural Participativo, para agricultores familiares e representantes de órgãos parceiros. O documento foi elaborado pelos agricultores com a orientação e acompanhamento de uma equipe do Ruraltins, que realizou visita a 10 comunidades de agricultores familiares do município de Dois Irmãos, com em 13 de junho deste ano. Neste período, foi realizado um levantamento com a ajuda dos moradores das comunidades, através de entrevistas e desenho de mapas, para traçar o perfil de cada comunidade. Além de pesquisa sócio-econômica, o DRP verificou também a infra-estrutura (estradas, água, luz), fauna, flora entre outros indicadores. “O estudo é de relevante importância, já que a própria comunidade retrata sua vida e se vê capaz de reconhecer suas potencialidades e limitações”, explicou o vice-presidente do Ruraltins, Ézio Silva. Entre as reivindicações das comunidades feitas ao Ruraltins, mais cursos de qualificação profissional e viabilidade de acesso ao crédito rural. Participaram das atividades 550 agricultores familiares dos assentamentos Goianos, Leandros, Estrela Dalva, Comunidade Santo Antônio (Piranhas), Santa Maria das Mangueiras, Salomira, Miralin, Sabiá, Cocalinho, e Surubin.</p> <p>http://www.to.gov.br/secom/noticia.php?id=16325</p> <p>Local: Dois Irmãos, Tocantins</p>

	<p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>2007</p>
<p>9.7 Discutir desenvolvimento local</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Campanha “Santarém Cidade Limpa”.</p> <p>Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência</p> <p>Prefeitura Municipal de Santarém</p> <p>Resumo das Iniciativas</p> <p>Núcleo de Educação da Secretaria de Infra-Estrutura (SEMINF) iniciou hoje a Campanha “Santarém Cidade Limpa”. A ação será executada com base em três eixos principais: ação de meio ambiente, ação de informática e ação de organização comunitária e saúde.</p> <p>No eixo do mapeamento comunitário participativo, o objetivo é capacitar moradores do bairro a participar do processo de governança urbana e formação das políticas públicas; contribuir no processo de desenvolvimento econômico e sócio-ambiental da comunidade selecionada no projeto; subsidiar a formação das políticas públicas que podem ser implementadas em parceria entre governo e comunidade; e desenvolver conhecimentos de metodologia de gestão participativa que podem ser utilizadas por outras comunidades da cidade.</p> <p>http://www.santarem.pa.gov.br/conteudo/?item=55&fa=1&cd=85</p> <p>Local: Santarém – Pará</p> <p>Ano de Início/Conclusão</p> <p>2007</p>
<p>9.8 Discutir desenvolvimento local Gerenciamento de Bacias hidrográficas</p>	<p>Título do Projeto</p> <p>Projeto Jurubatiba Sustentável: Turismo de Base Comunitária: Quissamã-RJ</p>

Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência

Harmonia Homem Habitats (ONG), a Prefeitura Municipal de Quissamã (PMQ), o Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos (CEFET Campos), a Universidade Federal Fluminense, (UFF), o SEBRAE, o SENAC, e a Cooperativa Mista de Produtores Rurais de Quissamã, (COOPQ), financiado pelo Governo Alemão, através de seu Banco de Desenvolvimento, o KFW e da sua Agência de Cooperação Técnica (GTZ).

Resumo das Iniciativas

Desde 2001, um coletivo de atores sociais investe em um trabalho de desenvolvimento do turismo visando à geração de emprego e renda para as comunidades do entorno do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (PARNA Jurubatiba), de modo a minimizar a pressão antrópica sobre a conservação da biodiversidade. Dentre eles, o Município de Quissamã, situado no Estado do Rio de Janeiro, que detém 65% da área do PARNA Jurubatiba vem capitaneando a proposta, através de diversas ações de governo que fortalecem o desenvolvimento do turismo.

Os objetivos deste trabalho são: Registrar as técnicas desenvolvidas localmente, a partir das ferramentas de Diagnóstico Rural Participativo (DRP), que proporcionaram uma escuta da percepção da comunidade de suas potencialidades turísticas; Divulgar as técnicas utilizadas para propiciar o intercâmbio com outros projetos de turismo sustentável de base comunitária e o fortalecimento do caráter demonstrativo do projeto.

O roteiro que se encontra brevemente descrita a seguir: 1º passo: Apresentação dos objetivos e da programação da oficina; 2º passo: Apresentação do Subprograma PDA MATA ATLÂNTICA; 3º passo: Debate com a comunidade para eventuais esclarecimentos; 4º passo: A Dinâmica da Teia; 5º passo: A Elaboração do Mapa Falado.

<http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/DalilaMello.pdf>

Local: Quissamã, Rio de Janeiro

Ano de Início/Conclusão

2005

10.1 Gerenciamento de Bacias hidrográficas	Título do Projeto Projeto Anhumas
	Instituição Coordenadora da Execução/Natureza da Agência Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Prefeitura
	Resumo das Iniciativas <p>Procuramos mostrar como este método de mapeamento participativo pode contribuir na elaboração de políticas públicas que visem à melhoria da qualidade de vida da população atingida e, futuramente, pode colaborar num plano de gerenciamento da bacia hidrográfica do Ribeirão das Anhumas. O interesse neste tema surgiu a partir da necessidade de avaliar algumas das conseqüências do uso das terras e dos recursos hídricos na Bacia do Ribeirão Anhumas. Nesta bacia o escoamento superficial da água, os processos erosivos, as enchentes e as alterações da dinâmica fluvial desempenham papel fundamental no que pode ser entendido como a fonte dos riscos ambientais. Além disso, pretendemos mostrar como esta pode ser uma ferramenta importante no planejamento estratégico ambiental e até mesmo auxiliar na elaboração de planos diretores, tendo em vista a boa receptividade desta ferramenta, sua capacidade de promover a internalização das relações complexas que compõe os riscos ambientais.</p>
	Local Campinas, São Paulo
	Ano de Início/Conclusão 2000-2006

ANEXO II: QUADRO DEMONSTRATIVO REFERIDO AO CONJUNTO DE AGÊNCIAS EXECUTORAS DOS PROJETOS DE “MAPEAMENTO PARTICIPATIVO”⁴⁶

AGÊNCIAS	CARACTERÍSTICAS
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá	<p>NATUREZA</p> <p>ONG 1999 - Presidente FHC qualifica o Instituto Mamirauá como Organização Social ligada ao Ministério de Ciência e Tecnologia</p> <p>PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”</p> <p>O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) foi criado em maio de 1999, com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos de implementação que já vinham sendo realizados pelo Projeto Mamirauá. Em 7 de julho de 1999, por decreto presidencial, foi qualificado como Organização Social.</p> <p>O IDSM tem por missão o desenvolvimento de modelo de área protegida para grandes áreas de florestas tropicais onde, através de manejo participativo, possa ser mantida a biodiversidade, os processos ecológicos e evolutivos.</p> <p>Para cumprir sua missão, o IDSM tem os seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> I. Desenvolver, incentivar, coordenar, executar e administrar a realização de projetos que objetivem a conservação e, especialmente, a preservação de florestas inundadas; II. Promover o desenvolvimento sustentável da Região em articulação com a população local; III. Arregimentar e gerir fundos econômicos e financeiros legais, provenientes de doações de indivíduos e/ou entidades nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, para o cumprimento da missão; IV. Desenvolver ou financiar estudos e pesquisas sobre o uso sustentável dos recursos naturais das florestas inundadas; V. Realizar pesquisas de natureza básica, aplicada e tecnológica nas áreas de sua competência e afins.

⁴⁶ O quadro demonstrativo que se segue foi organização a partir das proposições explicitadas por cada uma das agências arroladas conforme dados disponíveis em seus sites oficiais.

- 1990 - Estado do Amazonas cria a Estação Ecológica Mamirauá com 1.124.000 há nas florestas inundadas da Amazônia Central
- 1992 - A Sociedade Civil Mamirauá é criada em Tefé por pesquisadores de várias instituições Amazônicas
- 1993 - EEM torna-se uma das 5 áreas da Convenção RAMSAR pelo Brasil
- 1994 - 1996 - Estado do Amazonas cria uma nova categoria de área protegida (Reserva de Desenvolvimento Sustentável) e Mamirauá é a primeira sob a nova legislação
- 1996 - SCM publica o primeiro plano de manejo para a RDSM
- 1996/7 - SCM coordena o componente Parques e Reservas do PPG7 e propõe a criação dos 7 corredores para a proteção das florestas tropicais do Brasil.
- 1998 - O Governo do Estado do Amazonas decreta a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, uma proposta elaborada pela SCM unindo PN Jaú e RDS Mamirauá
- 1999 - Presidente FHC qualifica o Instituto Mamirauá como Organização Social ligada ao Ministério de Ciência e Tecnologia
- 1999 - Instituto Mamirauá para o Desenvolvimento Sustentável é criado em Tefé
- 2000 - RDS é incorporada no SNUC e aprovada no Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

DOCUMENTOS

<http://www.mamiraua.org.br/pagina.php?cod=39&xcod=9>

PROJETOS

Projeto Mamirauá

**Instituto de
Proteção
Ambiental do
Estado do
Amazonas-
IPAAM**

NATUREZA

Agência governamental – governo do Estado do Amazonas

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

Missão:

"Executar a Política de Controle Ambiental do Estado do Amazonas, visando o Desenvolvimento Sustentável";

Visão: "Ser excelência e referência nacional na execução da Política de Controle Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável"

DOCUMENTOS

PROJETOS

Projeto Mamirauá

NATUREZA

Agência governamental – subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

Missão: A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foi criada em 26 de abril de 1973. Sua missão é viabilizar soluções para o desenvolvimento sustentável do espaço rural, com foco no agronegócio, por meio da geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias, em benefício dos diversos segmentos da sociedade brasileira.

Atuação

A Embrapa atua por intermédio de Unidades de Pesquisa e de Serviços e de Unidades Administrativas, estando presente em quase todos os Estados da Federação, nos mais diferentes **biomas** brasileiros.

Está sob a sua coordenação o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA, constituído por instituições públicas federais, estaduais, universidades, empresas privadas e fundações, que, de forma cooperada, executam pesquisas nas diferentes áreas geográficas e campos do conhecimento científico.

Cooperação Internacional

Na área de cooperação internacional, a Empresa mantém 68 **acordos bilaterais** de cooperação técnica com 37 países e 64 instituições, mantendo ainda acordos multilaterais com 20 organizações internacionais, envolvendo principalmente a pesquisa em parceria. Para ajudar neste esforço, a Embrapa

instalou nos Estados Unidos e na França, com apoio do Banco Mundial, laboratórios para o desenvolvimento de pesquisa em tecnologia de ponta. Esses laboratórios contam com as bases físicas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, em Washington, e da Agrópolis, na Universidade de Montpellier, na França, permitindo o acesso dos pesquisadores à mais alta tecnologia em áreas como recursos naturais, biotecnologia, informática e agricultura de precisão. Recentemente, a Empresa instalou também um laboratório em Wageningen, na Holanda.

DOCUMENTOS

http://www.embrapa.br/a_embrapa/atuacao

EMBRAPA CERRADOS. **Programação de Pesquisa e Desenvolvimento de 2003 a 2008 Brasília-(DF).**, 27/09/2006.

<http://www.cpac.embrapa.br/pesquisa/tabelaprojetos.pdf>

<http://www.cenargen.embrapa.br/publica/trabalhos/bne2006/arquivos/bne77.pdf>

MOTA, Dalva, SATO, Romy, VIEIRA, Paulo; MEYER, Gustavo e PEREIRA, Joenes. **ZONEAMENTO AGROSSOCIOECONÔMICO PARTICIPATIVO NO ALTO MOJU/PA.** s/d

http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/234.pdf

PROJETOS

Projeto Mamirauá

Caracterização ambiental da terra indígena Kraho

Projeto Associações-modelo do Alto Moju-PA

**DFID -
Departament
for
International
Development
(DFID) do
governo
Britânico**

NATUREZA

Agência bilateral britânica

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

O Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID) é o órgão do governo britânico responsável por promover o desenvolvimento e a redução da pobreza.

O governo eleito primeiramente em 1997 aumentou seu compromisso com o desenvolvimento fortalecendo o departamento e aumentando seu orçamento. Entre os objetivos estão o acesso à saúde básica e à educação.

O DFID procura trabalhar em parceria com os governos comprometidos com estes objetivos. O órgão trabalha também com instituições multi-laterais tais como o Banco Mundial, as agências das Nações Unidas e a comunidade europeia.

A maior parte do auxílio do DFID está concentrado nos países os mais pobres da Ásia e da África sub-Sahariana, mas o órgão contribui também para a eliminação da pobreza e para o desenvolvimento sustentável em países da América Latina e Caribe.

Nos países da Europa Central e Oriental, o DFID está ajudando a assegurar o processo de mudança trazendo benefícios a todos os povos.

Com sua matriz localizada em Londres, o DFID trabalha com uma equipe de funcionários baseada em embaixadas britânicas em diversos países.

DOCUMENTOS

http://www.desarme.org/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=17&inford=228&UserActiveTemplate=_desarme_br&from_info_index=11&user=user

PROJETOS

Projeto Mamirauá

**Conselho
Nacional de
Desenvolvimento Científico
e Tecnológico-
CNPq**

NATUREZA

Agência governamental

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é uma agência do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) destinada ao fomento da pesquisa científica e tecnológica e à formação de recursos humanos para a pesquisa no país. Sua história está diretamente ligada ao desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil contemporâneo.

DOCUMENTOS

<http://www.cnpq.br/cnpq/index.htm>

**A Fundação
Vitória
Amazônica
(FVA)**

PROJETOS

Projeto Mamirauá

Projeto CT-Agro : “Inovações Agroecológicas e Gestão dos Estabelecimentos Agrícolas Familiares para o Desenvolvimento Sustentável na Transamazônica”

NATUREZA

ONG

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

A Fundação Vitória Amazônica (FVA) é uma organização não governamental com sede em Manaus/AM, fundada em 1990. A atuação da FVA se estende a **toda região amazônica, tendo a bacia do rio Negro como foco principal de seus projetos**. A conservação do meio ambiente, aliada à melhoria da qualidade de vida dos habitantes da bacia do rio Negro, são nossos principais objetivos. A FVA acredita que um modelo de conservação adequado para a Amazônia, só será possível através do uso sustentável de seus recursos naturais, baseado no respeito às culturas e à diversidade étnica regional.

DOCUMENTOS

<http://www.fva.org.br/quem.php/>

FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA. “Plano De manejo Participativo”. IN A Gênese de um Plano de Manejo. 1998 ; consultar site:[<http://www.fva.org.br/pdf/gn05plano.pdf>]

MOREIRA, M. FERREIRA, O. ALMEIDA, R. **A geoinformação ao alcance das comunidades ribeirinhas do rio Negro – Amazonas**. Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 2875-2882.

Regina Oliveira & Elza Suely Anderson. **Gênero, conservação e participação comunitária: o caso do Parque Nacional do Jaú**. Série Estudos de Caso sobre Gênero. Participação Comunitária e Manejo de Recursos Naturais, No. 2. Junho, 1999.

USAID/Brasil
 – Agência
 Americana
 para o
 Desenvolvimento
 Internacional

PROJETOS

A geoinformação ao alcance das comunidades ribeirinhas do rio Negro – Amazonas

Gênero, Conservação e Participação Comunitária: o Caso do Parque do Jaú, Brasil

NATUREZA

Agência multilateral

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

A **Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)** é uma agência independente do governo federal dos Estados Unidos responsável pela implementação de programas de assistência econômica e humanitária em todo o mundo. A USAID surgiu em 1961, no início da administração Kennedy, quando o Presidente John F. Kennedy assinou o Decreto de Assistência Externa, unificando diversos instrumentos de assistência dos Estados Unidos para melhor focar as necessidades de um mundo em constante transformação.

A USAID oferece assistência técnica a outros países, com ênfase em atividades de desenvolvimento econômico e social de longo alcance, especialmente nas áreas de educação e saúde, bem como nos processos de reforma da administração pública e da justiça social, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável nos níveis nacional e regional. Ao longo dos anos, os esforços da USAID têm contribuído para a obtenção de consenso entre doadores bilaterais e multilaterais a respeito dos principais problemas ligados ao desenvolvimento sustentável.

A equipe da **USAID Brasil** está trabalhando para contribuir para várias metas e objetivos de desenvolvimento mútuo do Brasil e dos Estados Unidos, enquanto fortalece uma parceria vital que existe entre os povos do Brasil e dos EUA. Os projetos que apoiamos são planejados e implementados lado a lado com o Governo brasileiro, a sociedade civil e o setor privado para assegurar o desenvolvimento econômico e social sustentável e igualitário.

Os programas e as atividades da USAID contribuem com os esforços brasileiros de buscar soluções a temas de interesse global incluindo a proteção de florestas tropicais e de ecossistemas naturais, a diminuição da mudança climática

global e a redução da transmissão de doenças comunicáveis tais como a tuberculose. A Missão está também trabalhando lado a lado com parceiros brasileiros para atender às necessidades dos jovens em situação de risco, promover o crescimento comercial de micro e pequenas empresas, e deter a prática deplorável do tráfico de seres humanos para fins sexuais e de trabalho forçado.

DOCUMENTOS

<http://brazil.usaid.gov/subarea.php?id=61>

MERGE BRASIL e THE NATURE CONSERVANCY. **Plano Estratégico Para Incorporação de Gênero Programa de Meio Ambiente da USAID/Brasil.** Junho 1999

UDAID. **Iniciativa para conservação da Bacia Amazônica:** desenho, atividades propostas e resultados esperados. 2007
http://www.blogdoalon.com/ftp/usaid_abci_jan07.pdf

PROJETOS

Gênero, Conservação e Participação Comunitária: o Caso do Parque do Jaú, Brasil

Paisagens Indígenas: Fortalecendo Organizações Indígenas da Bacia Amazônica

Projeto Diálogos

Fundação
Viver Produzir
e Preservar -
FVPP

NATUREZA

ONG

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

Com sede no município de Altamira, a Fundação Viver Produzir e Preservar desenvolve projetos através de uma rede de atuação em 19 municípios do Oeste do Pará, coordena atualmente um projeto de desenvolvimento com atividades planejadas de 2003 a 2013, no qual aperfeiçoa as estratégias produtivas, visando encadeamentos na **economia florestal, agrícola, pecuária e pesqueira** e consolida ações de educação e infra-estrutura, a partir das proposições da sociedade.

A FVPP tem 113 organizações filiadas nos municípios da Transamazônica, BR 163 e Xingu, a maior parte destas organizações é **formada por agricultores familiares, oriundos de**

todas as regiões do país que se dirigiram para a Amazônia para ganhar terras no projeto de colonização patrocinado pelo governo federal na década de 1970. Estes produtores rurais cultivam culturas perenes (cacau (*Theobroma cacao* L.), pimenta do reino (*Piper nigrum* L.), café (*Coffea canephora*), frutíferas) anuais (arroz (*Oriza sativa* L.), feijão (*Phaseolus sp.* L.), milho (*Zea mays* L.) e criam gado.

As propriedades em média possuem 100 hectares. Praticamente não recebem subsídios agrícolas do governo e a maior parte desta produção é consumida localmente ou comercializada *in natura*, uma vez que na região não existem cadeias produtivas estruturadas.

A FVPP exerce parcerias estratégicas com organismos governamentais e não - governamentais estaduais e federais na implementação de políticas de educação, juventude, assistência técnica, crédito agrícola, economia florestal e pesqueira.

A **Fundação Viver Produzir e Preservar**, foi fundada em 1991 pela iniciativa das *organizações camponesas, movimentos pastorais e populares urbanos e de educadores da Rodovia Transamazônica e do Rio Xingu*, mas sua atuação enquanto movimento social organizado ocorre desde a primeira metade da década de 80 do século passado, após o abandono do projeto de colonização da região pelo governo federal.

Sua atuação inicial contou com o apoio de movimentos pastorais das Comunidades Eclesiais de Bases da Igreja Católica, movimentos políticos e sociais que lutavam pela redemocratização do país, sendo que sua atuação social e política estavam em sintonia com os demais movimentos de organização social que eclodiam no Brasil e na América Latina.

A FVPP tem uma função aglutinadora de **formulação de políticas públicas para região**. Desde sua fundação, se mantém articulada com os movimentos mais avançados da Amazônia e do país, na proposição e execução de projetos identificados com uma visão sustentável de desenvolvimento.

<http://www.fvpp.org.br/apresenta.asp>

DOCUMENTOS

<http://www.fvpp.org.br/apresenta.asp>

Herrera, José Antônio. **Manejo Florestal Comunitário**: novo caminho para os usos e valores dos recursos florestais. A experiência da Comunidade Juçara na ResEx “Verde para

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

Sempre” em Porto de Moz – Pará. III ENCONTRO DA ANPPAS 23 A 26 DE MAIO, s/a BRASÍLIA – DF.

SANTOS, I. ROCHA, C. e AMARAL NETO M. A. **Uso sustentável dos recursos naturais: uma tradição das famílias ribeirinhas da comunidade são João do Cupari, reserva extrativista “Verde Para Sempre”, porto de moz – Pará. s/d.**

PROJETO

Mapeamento participativo do Rio Acaraí na RESEX Verde Para Sempre

NATUREZA

Autarquia federal

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) é uma autarquia federal de regime especial vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, criada pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, e tem como principais atribuições exercer o poder de polícia ambiental; executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental; e executar as ações supletivas de competência da União.

DOCUMENTOS

<http://www.ibama.gov.br/institucional/quem-somos/>.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS – PPG7. PROJETO MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS VÁRZEA. **Relatório de Andamento da Implementação Semestral**. Julho de 2004.

PROJETOS

Manejo Comunitário na Flona do Tapajós - Santarém-PA

“Projeto Doces Matas”/MG

Projeto Comunidades e Florestas - Regularização fundiária e

**Projeto Saúde
Alegria-PSA**

manejo florestal comunitário na Amazônia: sistematização de uma experiência inovadora em Gurupá-PA

NATUREZA

ONG

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

O Projeto Saúde & Alegria – PSA – atua na Amazônia desde 1987 em comunidades extrativistas dos rios Amazonas, Tapajós e Arapiuns, localizadas na zona rural dos municípios de Santarém, Belterra e Aveiro - oeste do Estado do Pará. A partir de 2003, iniciou de forma gradual a ampliação de sua área de cobertura para 143 localidades, envolvendo cerca de 29 mil beneficiários.

Tem por objetivo apoiar processos participativos e integrados de desenvolvimento comunitário global e sustentado, geridos pela própria população, interativos e alterativos às políticas públicas, e capazes de se multiplicar a partir das dinâmicas e realidades locais, contribuindo de maneira demonstrativa com experiências concretas na constituição de políticas sociais e ambientais na Amazônia.

Conta com uma equipe interdisciplinar de médicos, agrônomos e educadores das diversas áreas que visita regularmente para as comunidades promovendo o Desenvolvimento Integrado através de ações voltadas para a organização comunitária; saúde; produção e manejo agroflorestal; geração de renda; educação, arte e cultura; gênero; infância e juventude; comunicação popular e pesquisa participativa.

DOCUMENTOS

FUNDO MUNDIAL PARA A NATUREZA – WWF, PROGRAMA NATUREZA E SOCIEDADE – SUNY, CENTRO DOS TRABALHADORES DA AMAZÔNIA – CTA. **Manejo Florestal Comunitário na Amazônia:** Relatório da Primeira Oficina de Manejo Florestal Comunitário realizado de 20 a 25 de abril de 1998 em Porto Dias, no Acre, para trocas de experiências entre 12 iniciativas na Amazônia.
http://www.tech-inform.de/taller_regional/bibliografia/amaral~1.pdf

SILVA, O. GONÇALVES, V.A. TARIFA, R. HUMMEL, A.C. **Floresta Nacional do Tapajós:** na Amazônia, uma experiência brasileira de populações tradicionais conservando

**Instituto
Estadual de
Florestas – IEF**

recursos naturais.
<http://www.worldbank.org/rfpp/news/debates/30anosflona.pdf>

PROJETOS

Manejo Comunitário na Flona do Tapajós - Santarém-PA

NATUREZA

Autarquia de governo estadual

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

O Instituto Estadual de Florestas (IEF) propõe e executa as políticas florestais, de pesca e de aqüicultura sustentável. É autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, responsável pela preservação e a conservação da vegetação, pelo desenvolvimento sustentável dos recursos naturais renováveis; pela pesquisa em biomassas e biodiversidade; pelo inventário florestal e o mapeamento da cobertura vegetal do Estado. Administra as unidades de conservação estaduais, áreas de proteção ambiental destinadas à conservação e preservação.

O **Instituto Estadual de Florestas (IEF)** tem por finalidade executar a política florestal do Estado (Minas Gerais) e promover a preservação e a conservação da fauna e da flora, o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais renováveis e da pesca, bem como a realização de pesquisa em biomassa e biodiversidade.

É autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Foi criado em 5 de janeiro de 1962 pela Lei 2.606 e é regulamentado pelo Decreto 44.807, de 12/05/2008.

DOCUMENTOS

<http://www.ief.mg.gov.br/>

PROJETOS

“Projeto Doces Matas”/MG

**Fundação
Biodiversitas**
NATUREZA

ONG

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

A conservação da biodiversidade brasileira é a missão primordial da Fundação Biodiversitas, organização não governamental sediada em Belo Horizonte/MG, que promove ações de caráter técnico-científico no Brasil desde 1989.

A Biodiversitas é um centro de referência no levantamento e aplicação do conhecimento científico para a conservação da diversidade biológica. Os projetos desenvolvidos pela Fundação visam a interação entre o meio ambiente e o ser humano, buscando meios de conciliar a conservação da natureza e o desenvolvimento econômico e social.

DOCUMENTO

<http://www.biodiversitas.org.br/fb/>

PROJETOS

“Projeto Doces Matas”/MG

**Agência
Alemã de
Cooperação
Técnica – GTZ**
NATUREZA

Agencia bilateral

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

A GTZ, Cooperação Técnica Alemã, empresa pública de direito privado, foi criada em 1974 com o objetivo de gerenciar os projetos de cooperação técnica. É responsável pela implementação da contribuição alemã, por delegação do Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ).

A Cooperação Técnica constitui um instrumento de aprendizagem conjunta, a partir do apoio a iniciativas inovadoras de desenvolvimento empreendidas por instituições e organizações brasileiras. A contribuição alemã visa a fortalecer essas iniciativas por tempo limitado, até que os beneficiados alcancem uma situação que lhes permita prescindir do aporte externo.

<http://www.brasilcidadao.org.br/parceiros/textos.asp?id=48>

PROJETO

Manejo Comunitário na Flona do Tapajós - Santarém-PA

“Projeto Doces Matas”/MG

Projeto Jurubatiba Sustentável: Turismo de Base Comunitária:
Quissamã-RJ

NATUREZA

ONG

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

Instituto Rede Brasileira Agroflorestal.

O Instituto Rede Brasileira Rede Agroflorestal - REBRAf - criado em 1990, promove a adoção no Brasil, de alternativas agroflorestais de uso sustentável da terra, com a capacidade de aumentar a renda e a qualidade de vida dos agricultores e de contribuir na recuperação de paisagens rurais e na proteção das florestas nativas e sua biodiversidade.

Criada em 1990, a Rebraf atua nas áreas de documentação, informação e publicações ligadas ao desenvolvimento agroflorestal no Brasil; assistência técnica às ONGs e capacitação agroflorestal de extensionistas e produtores de baixa renda, na Amazônia e Mata Atlântica; execução de projetos específicos de desenvolvimento sustentável, no Rio de Janeiro, São Paulo e no Amapá, no Projeto de Assentamento Extrativista na Bacia Hidrográfica do rio Maracá.

A **missão** da REBRAf é promover a difusão de sistemas agroflorestais no território brasileiro ou ainda a recuperação de terras degradadas, principalmente no que se refere a:

- Facilitar a comunicação, informação e o intercâmbio de experiências e conhecimentos entre profissionais, técnicos, produtores (inclusive membros de comunidades indígenas e extrativistas tradicionais) e suas respectivas associações, nas áreas de pesquisas, do ensino, da extensão, da capacitação e do desenvolvimento agroflorestal no território brasileiro, bem como em temas diretamente relacionados com a recuperação de terras degradadas.
- Prestar assistência a produtores rurais, suas associações e comunidades tradicionais ou nativas na identificação e elaboração de projetos de

desenvolvimento ou demonstração, com forte componente agroflorestal, bem como prestar ou orientar a prestação de assistência na captação de recursos e na implementação desses projetos.

- Promover o desenvolvimento de atividades agroflorestais por organizações brasileiras governamentais ou não-governamentais (ONGs) com as quais a Rebraf tenha celebrado convênios de cooperação;
- Prestar serviços de consultoria ou de assistência técnica a instituições, quanto se tratar de difundir ou pesquisar sistemas agroflorestais de produção capazes de assegurar um desenvolvimento sustentável a longo prazo.
- Apoio a organizações governamentais.

DOCUMENTOS

INSTITUTO REDE BRASILEIRA AGROFLORESTAL – REBRAF

Proteção e restauração da

Área do entorno do

Parque estadual dos três picos: relatório final do projeto. Nova Friburgo – RJ, 2006
<http://www.rebraf.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=14>

INSTITUTO REDE BRASILEIRA AGROFLORESTAL. REBRAF PROTEÇÃO E RESTAURAÇÃO DA ÁREA DO ENTORNO DO PARQUE ESTADUAL DOS TRÊS PICOS: Relatório de Atividades de Campo – Nova Friburgo, 2006.
http://amazonia.org.br/guia/detalhes.cfm?id=13348&tipo=6&cat_id=45&subcat_id=195

PROJETOS

Proteção e restauração da área do entorno do Parque Estadual dos Três Picos

**Instituto
BIOACQUA
de Promoção
de Desenv.
Sustentável e
Defesa do
Meio**

NATUREZA

OSCIP

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

O Instituto “Bioacqua de Promoção de Desenvolvimento

Ambiente

Sustentável e Defesa do Meio Ambiente”, é uma associação civil de caráter científico-educacional, sem fins lucrativos, apartidária, constituída por tempo indeterminado e sob a forma de organização da sociedade civil de interesse dos recursos hídricos (OSCI RH), composto por técnicos ligados ao meio ambiente, à gestão dos recursos hídricos e à educação ambiental, bem como, por colaboradores dedicados à estas causas.

A sua FINALIDADE é promover o desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico, especialmente em relação aos recursos hídricos.

O Instituto tem como objetivos contribuir para a promoção:

- a. da defesa, preservação e conservação do meio ambiente, em especial dos recursos hídricos, da biodiversidade e das áreas de florestas tropicais;
- b. da recuperação, restauração e conservação dos recursos naturais com vistas à sua utilização sustentável;
- c. da implementação adequada da legislação ambiental e de políticas públicas ligadas ao meio ambiente e aos recursos hídricos;
- d. da educação ambiental;
- e. do turismo sustentável;
- f. da melhoria da qualidade de vida;
- g. de direitos estabelecidos e construção de novos direitos, especialmente os relacionados ao meio ambiente e aos recursos hídricos;
- h. de estudos, pesquisas e experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito, especialmente o desenvolvimento de sistemas agroecológicos de produção e de manejo florestal sustentável;
- i. a produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades relacionadas aos recursos hídricos, ao meio ambiente e à educação ambiental;
- j. do voluntariado;
- k. a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

Instituto Internacional de Pesquisa e Responsabilidade de Socioambiental Chico Mendes – INPRA	<p>DOCUMENTOS</p> <p>http://www.bioacqua.org.br/index.php</p> <p>PROJETOS</p> <p>Proteção e restauração da área do entorno do Parque Estadual dos Três Picos</p>
	<p>NATUREZA</p> <p>ONG</p> <p>PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”</p> <p>O Instituto Internacional de Pesquisa e Responsabilidade Socioambiental Chico Mendes – INPRA, é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, de personalidade jurídica e direito privado, regida por estatuto e disposições legais pertinentes, sob CNPJ. de número 07.001.150/0001-69.</p> <p>Mantém sedes administrativas no Paraná, à Rodovia PR 506, 2617, Borda do Campo, Município de Quatro Barras (APA do IRAÍ) na Região Metropolitana de Curitiba, e no Estado de São Paulo, Rua Kaoru Oda, 80 Jardim das Vertentes, São Paulo Capital.</p> <p>O Instituto tem por objetivo desenvolver ações que contribuam com a conservação e a proteção ambiental, promoção humana e inclusão social, por intermédio de geração de renda, difusão de técnicas e conhecimentos, eventos, pesquisas e projetos de ação.</p> <p>http://www.institutochicomendes.org.br/institucional.htm</p> <p>PROJETOS</p> <p>A formação das RESEX Riozinho do Afrísio e do Rio Iriri – Terra do Meio, PA.</p>
	Instituto Socioambiental (ISA)

É uma associação sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), desde 21 de setembro de 2001. Fundado em 22 de abril de 1994, o ISA incorporou o patrimônio material e imaterial de 15 anos de experiência do Programa Povos Indígenas no Brasil do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (PIB/CEDI) e o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) de Brasília. Ambas, organizações de atuação reconhecida nas questões dos direitos indígenas no Brasil.

MISSÃO: Fundado em 1994, para propor soluções de maneira integrada a questões sociais e ambientais, o ISA tem como objetivo principal defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos.

<http://www.socioambiental.org/inst/index.shtm>

DOCUMENTOS

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA. Melhores Momentos ISA 2002.

<http://www.socioambiental.org/inst/docs/mm/2002.shtm>

PROJETOS

A formação das RESEX Riozinho do Anfrísio e do Rio Iriri – Terra do Meio, PA.

Macrozoneamento Participativo das TIs do Alto Rio Negro

Plano Diretor do município de São Gabriel da Cachoeira (AM)

**Núcleo de
Altos Estudos
Amazônicos
da
Universidade
Federal do
Pará (NAEA)**

DOCUMENTOS

PEZZUTI, Juarez (NAEA/UFPA), CROSSA, Marcelo (IPAM), REBÊLO, George (INPA). Manejo integrado de fauna aquática na várzea: Pirarucu, Quelônios e Jacarés.
http://www.mct.gov.br/upd_blob/0008/8939.pdf

PROJETOS

Manejo Integrado da Fauna Aquática da Várzea: Pirarucu, Quelônios e Jacarés.

Plano Diretor participativo de Belterra, PA

NATUREZA

ONG

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, IPAM, é uma organização ambiental não governamental, sem fins lucrativos, fundado em 1995. O IPAM atua por meio de experiências demonstrativas, produção de conhecimentos científicos e da orientação acadêmica de estudantes de graduação e de pós-graduação. As pesquisas e projetos demonstrativos de manejo fornecem a base necessária para atividades de extensão e educação e servem como subsídios para contribuir para as políticas ambientais.

As ações do IPAM são norteadas pela compreensão de que só é possível mudar a trajetória atual de ocupação da Amazônia se simultaneamente alertar a população sobre as conseqüências dessa ocupação, mostrar as alternativas de manejo que conservam os recursos naturais, formar profissionais para gerenciar o processo de ocupação e promover políticas públicas. Tais ações estão estruturadas dentro de seis grandes programas: 1) Biodiversidade; 2) Cenários; 3) Florestas e Comunidades; 4) Manejo de Várzea; 5) Mudanças Climáticas e, 6) Planejamento Regional. Cada programa inclui projetos contemplando diversas áreas de conhecimento e atividades de educação e extensão que envolvem treinamento de alunos, professores, pesquisadores, produtores e produtoras rurais. Transversais aos programas e projetos estão políticas públicas e educação ambiental. Políticas Públicas tem como objetivo articular proposições advindas de programas e projetos e subsidiar os movimentos sociais na formulação de propostas que possam influenciar as políticas governamentais para a região.

O IPAM atua em parceria com instituições de pesquisa governamentais e não governamentais, iniciativa privada e organizações da sociedade civil. Para a realização dos seus objetivos, o IPAM conta com o apoio financeiro de fundos governamentais nacionais e internacionais e de fundações privadas.

<http://www.ipam.org.br/web/index.php>

DOCUMENTOS

PEZZUTI, Juarez (NAEA/UFPA), CROSSA, Marcelo (IPAM), REBÊLO, George (INPA). Manejo integrado de fauna aquática na várzea: Pirarucu, Quelônios e Jacarés. http://www.mct.gov.br/upd_blob/0008/8939.pdf

**Instituto
Nacional de
Pesquisas da
Amazônia
(INPA)**

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZONA- IPAM. **Manejo de lagos na região do médio Solimões:** a experiência das comunidades do Grupo de Preservação e Desenvolvimento (GPD) - Tefé – Amazonas – Brasil. Informe final de estudo de caso, 2001.

<http://www.ibcperu.org/doc/public/src/00076.pdf>

PROJETO

Manejo Integrado da Fauna Aquática da Várzea: Pirarucu, Quelônios e Jacarés.

Projeto Diálogos

NATUREZA

Instituto de pesquisas do Ministério da Ciência e Tecnologia

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

Criado em 1952 e implementado em 1954 - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) - ao longo dos anos, vem realizando estudos científicos do meio físico e das condições de vida da região amazônica para promover o bem-estar humano e o desenvolvimento sócio-econômico regional. Atualmente, o INPA é referência mundial em Biologia Tropical.

Os primeiros anos do INPA foram caracterizados pela exploração da área por meio de pesquisas, levantamentos e inventários de fauna e de flora. Hoje, o desafio é expandir de forma sustentável o uso dos recursos naturais da Amazônia.

Para cumprir o desafio, o Instituto possui doze Coordenações de Pesquisas: Botânica; Biologia Aquática; Ecologia; Aquacultura; Tecnologia de Alimentos; Silvicultura Tropical; Ciências da Saúde; Produtos Florestais; Produtos Naturais; Entomologia; Ciências Agrônomicas; Clima e Recursos Hídricos e um Núcleo de Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, o qual foi criado para trabalhar com as populações tradicionais da região. O INPA possui três núcleos de pesquisas localizados nos Estados do Acre, Roraima e Rondônia.

<http://www.inpa.gov.br/sobre/historico2.php>

PROJETOS

Manejo Integrado da Fauna Aquática da Várzea: Pirarucu, Quelônios e Jacarés.

Etnomapeamento da TI Raposa Serra do Sol

NATUREZA

ONG

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

O Imaflora incentiva e promove mudanças nos setores florestal e agrícola, visando a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e a promoção de benefícios sociais.

Visão:

Ser uma ONG com forte credibilidade nacional e internacional, por gerar transformações socioambientais, respeitada pelo seu posicionamento independente, pela transparência e pela gestão.

Histórico: O Imaflora iniciou suas atividades em 1995, após a criação do FSC Internacional (Forest Stewardship Council ou Conselho de Manejo Florestal), uma organização reconhecida em todo o mundo, que trouxe uma nova abordagem para enfrentar o desmatamento: a conservação através do uso das florestas pelo manejo florestal.

A necessidade de uma entidade nacional para implementar esse sistema de certificação no Brasil motivou profissionais brasileiros, ligados ao setor florestal, a criar o Imaflora. Mesmo focando o trabalho, inicialmente, na implantação de projetos ligados à conservação e ao desenvolvimento das florestas brasileiras, o Imaflora ampliou seu campo de atuação para a certificação agrícola.

Aos poucos, porém, a entidade foi percebendo que outros temas complementares à certificação também eram necessários para alcançar seus objetivos. Assim, além da certificação florestal e agrícola, o Instituto passou a se envolver com treinamento e capacitação, políticas públicas e consumo responsável.

Hoje o Imaflora conta com 32 funcionários e atua nacionalmente com uma estrutura baseada em cinco programas: Certificação Florestal (PCF), Certificação Agrícola (PCA), Treinamento e Capacitação (PTC), Políticas Públicas (PPP) e Consumo Responsável (PCR).

DOCUMENTOS

<http://www.imaflora.org/>

**Associação
Plantas do
Nordeste -
APNE**

PROJETOS

Associação Comunitária, Agrícola e de Extração de Produtos da Floresta-ACAF

NATUREZA

ONG

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

A Associação Plantas do Nordeste - APNE, é uma entidade não-governamental, sem fins lucrativos, atuando na área de pesquisa e uso sustentável da vegetação natural do Nordeste. A Associação foi oficialmente estabelecida em julho de 1994, com sede em Recife, Pernambuco, sendo responsável, inicialmente, pela gestão do Programa Plantas do Nordeste - PNE.

O Nordeste brasileiro foi eleito como ponto focal do programa, pelos aspectos sociais da Região, e pela biodiversidade regional, sendo o Nordeste um dos maiores centros mundiais de diversidade biológica, a exemplo da flora, cuja diversidade está estimada em cerca de 20.000 espécies.

<http://www.plantasdonordeste.org/apne.html>

DOCUMENTOS

ASSOCIAÇÃO PLANTAS DO NORDESTE – APNE. **IMPLEMENTAÇÃO DO MANEJO FLORESTAL EM PROJETOS DE ASSENTAMENTOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO.** Serra Talhada, 29 de junho de 2006 Serra Talhada, 29 de junho de 2006.

Associação Plantas do Nordeste – APNE. Implementação de Plano de Manejo Florestal Sustentável em Assentamentos Rurais do Estado de Pernambuco. **Diagnóstico Rural Participativo.** PA Batalha – Serra Talhada – PE. Recife, maio de 2007.

ASSOCIAÇÃO PLANTAS DO NORDESTE – APNE. **IMPLEMENTAÇÃO DE MANEJO FLORESTAL EM PROJETOS DE ASSENTAMENTOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO RECIFE.** Fevereiro de 2008

ASSOCIAÇÃO PLANTAS DO NORDESTE – APNE. **Relatório Técnico** – Produto 4. Plano de Manejo Florestal Sustentável em Assentamentos Rurais das Regiões de Desenvolvimento do Pajeú e Moxotó. Recife, Janeiro de 2008.

PROJETOS

Plano de manejo florestal de rendimento sustentado assentamento Cachauí - São José do Belmonte – PE

Diagnóstico Rural Participativo PA Batalha – Serra Talhada – PE.

NATUREZA

ONG

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

O **Instituto Internacional de Educação do Brasil, IEB**, é uma associação civil brasileira, sem fins lucrativos, sediada em Brasília, que desenvolve atividades voltadas ao apoio técnico, científico e acadêmico na área de meio ambiente. O IEB atua por meio de programas e cursos de capacitação com abordagem multidisciplinar direcionados a especialistas, estudantes, técnicos, gestores, pesquisadores, lideranças comunitárias e outros profissionais que, de alguma forma, estejam envolvidos com projetos na área ambiental. O objetivo é fortalecer instituições de todos os setores da sociedade e promover a articulação dessas instituições na Amazônia, Pantanal, Mata Atlântica e Cerrado. Os programas e cursos de capacitação do IEB constituem mecanismos de disseminação do **desenvolvimento sustentável**, com ações que visam integrar os diversos setores da sociedade no processo de formulação, acompanhamento e execução de políticas públicas. Em 1998 – formalização do IEB como uma organização não-governamental em consequência da necessidade de dar uma forma institucional às ações realizadas pela cooperação USAID/SUNY/WWF-US.

DOCUMENTOS

http://www.iieb.org.br/ieb.asp?id_ieb=1

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL – IEB. **Regularização Fundiária e Manejo Florestal Comunitário. Projeto Comunidades e Florestas: Sistematização de uma experiência inovadora em Gurupá – PA, Junho de 2006.**

http://www.iieb.org.br/arquivos/public_regularizacao_fun

diaria.pdf

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL – IEB. **Quem somos o que fazemos, 2006.** http://www.ieb.org.br/arquivos/public_rel_2006.pdf

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL – IEB. **O que fizemos _ Capital humano: base para uma sociedade sustentável, 2005.** http://www.ieb.org.br/arquivos/public_relatorioIeb2005.pdf

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS – PPG7. PROJETO MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS VÁRZEA. **Relatório de Andamento da Implementação Semestral.** Julho de 2004. www.ibama.gov.br/provarzea/download.php?id_download=233

PROJETOS

Paisagens Indígenas: Fortalecendo Organizações Indígenas da Bacia Amazônica

Projeto Comunidades e Florestas - Regularização fundiária e manejo florestal comunitário na Amazônia: sistematização de uma experiência inovadora em Gurupá-PA

The Nature
Conservancy -
TNC

NATUREZA

ONG

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

TNC - Criada em 1951, a TNC é uma organização sem fins lucrativos voltada para a conservação da natureza. Presentes em mais de 30 países, já ajudamos a proteger mais de 47 milhões de hectares em todo o mundo. No Brasil, a TNC atua desde a década de 80 e tornou-se uma organização brasileira em 1994.

Missão: Nossa missão é proteger plantas, animais e os ecossistemas naturais que representam a diversidade de vida no

planeta, conservando as terras e águas de que precisam para sobreviver.

<http://www.nature.org/wherewework/southamerica/brasil/about/>

DOCUMENTOS

UDAID. **Iniciativa para conservação da Bacia Amazônica:** desenho, atividades propostas e resultados esperados. 2007
http://www.blogdoalon.com/ftp/usaid_abci_jan07.pdf

PROJETOS

Paisagens Indígenas: Fortalecendo Organizações Indígenas da Bacia Amazônica.

Projeto Mapeamento Participativo das TIs Uaçá, Juminã, Galibi

Etnomapeamento da TI Raposa Serra do Sol

Etnomapeamento das TIs na fronteira Brasil-Acre/Peru-Ucayali

**A
Coordenação
das
Organizações
Indígenas da
Amazônia
Brasileira -
COIAB**

NATUREZA ONG

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB, é uma organização indígena, de direito privado, sem fins lucrativos, fundada, juridicamente, no dia 19 de abril de 1989, por iniciativa de lideranças de organizações indígenas existentes à época. A organização surgiu como resultado do processo de luta política dos povos indígenas pelo reconhecimento e exercício de seus direitos, num cenário de transformações sociais e políticas ocorridas no Brasil, pós-constituinte, favoráveis aos direitos indígenas.

A COIAB foi fundada para ser o instrumento de luta e de representação dos povos indígenas da Amazônia Legal Brasileira pelos seus direitos básicos (terra, saúde, educação, economia e interculturalidade). Representa cerca de 160 diferentes povos indígenas com características particulares, que ocupam aproximadamente 110 milhões de hectares no território amazônico.

A COIAB tem sede em Manaus e uma representação em Brasília (DF) para articulação política e para dar apoio as organizações indígenas. Tem como instância máxima de deliberação sua Assembléia Geral Ordinária que, a cada três anos, reúne lideranças representativas de 31 regiões dos nove Estados da Amazônia Legal Brasileira. Os representantes destas regiões constituem o CONDEF – Conselho Deliberativo e Fiscal, que é um órgão consultivo, de assessoria e deliberativo da Coordenação Executiva da COIAB. O CONDEF é eleito na Assembléia Geral. A Coordenação Executiva é a instância de execução da COIAB, formada por um coordenador geral, um vice-coordenador, um coordenador secretário e um coordenador tesoureiro.

Nossa missão: Fiscalizar, defender e promover os direitos dos povos indígenas.

Nossos objetivos: Na luta pela garantia e promoção dos direitos dos povos indígenas, a COIAB tem como objetivos e fins promover a organização social, cultural, econômica e política dos povos e organizações indígenas da Amazônia Brasileira, contribuindo para o seu fortalecimento e autonomia. Também formula estratégias, busca parcerias e cooperação técnica, financeira e política com organizações indígenas, não indígenas e organismos de cooperação nacional e internacional para garantir a continuidade da luta e resistência dos povos indígenas.

<http://www.coiab.com.br/>

DOCUMENTOS

UDAID. **Iniciativa para conservação da Bacia Amazônica:** desenho, atividades propostas e resultados esperados. 2007
http://www.blogdoalon.com/ftp/usaidd_abci_jan07.pdf

PROJETOS

Paisagens Indígenas: Fortalecendo Organizações Indígenas da Bacia Amazônica

Instituto del
Bien Común
(IBC)

NATUREZA

ONG, sediada em Lima-Peru

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

El Instituto del Bien Común es una asociación civil peruana sin fines de lucro, fundada en 1998, cuya preocupación central es la gestión óptima de los bienes comunes. El principal objetivo del IBC es producir y difundir conocimientos teóricos y prácticos

sobre las diferentes formas de tenencia y manejo de bienes y espacios comunes en el Perú. La necesidad del tipo de actividades que desarrolla el IBC se vuelve fundamental frente al inadecuado manejo de los bienes comunes en las acciones de los organismos públicos y de las instituciones de la sociedad civil peruana. En esta situación, el mayor reto para el IBC consiste en contribuir a entender mejor la relación dinámica entre el bien común y el bien individual, buscar soluciones a los problemas prácticos de la gestión y la economía de los recursos, servicios y espacios comunes y contribuir a crear una conciencia ciudadana sobre la importancia vital que éstos revisten para la seguridad y el bienestar individual y para la identidad y el desarrollo sostenible del país en su conjunto.
http://www.ibcperu.org/index.php?lg=ES&slt_rb=1111

DOCUMENTOS

UDAID. **Iniciativa para conservação da Bacia Amazônica**: desenho, atividades propostas e resultados esperados. 2007
http://www.blogdoalon.com/ftp/usaid_abci_jan07.pdf

PROJETOS

Paisagens Indígenas: Fortalecendo Organizações Indígenas da Bacia Amazônica

**Conselho
Brasileiro de
Manejo
Florestal (FSC
Brasil)**

NATUREZA

OSCIP

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

O **Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (FSC Brasil)** é uma organização não-governamental, independente e sem fins lucrativos, reconhecida como uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e com cadastro no CNEA (Cadastro Nacional de Entidades Ambientais).

A **missão** do Conselho Brasileiro de Manejo Florestal é difundir e facilitar o bom manejo das florestas brasileiras conforme Princípios e Critérios que conciliam as salvaguardas ecológicas com os benefícios sociais e a viabilidade econômica.

A organização tem estrutura de governança própria, formada por um Conselho Diretor deliberativo. Todas as ações do FSC Brasil são deliberadas entre os membros das câmaras social, ambiental e econômica, através de reuniões do Conselho Diretor, grupos de trabalho e consultas públicas. Os membros do conselho diretor são eleitos em Assembléia Geral e

composto por três representantes de cada câmara: social, ambiental e econômica. Além do Conselho Diretor, são eleitos também os membros do Comitê de Resolução de Conflitos e do Conselho Fiscal.

DOCUMENTOS

http://www.fsc.org.br/index.cfm?fuseaction=conteudo&IDsec_ao=73

PROJETOS

Paisagens Indígenas: Fortalecendo Organizações Indígenas da Bacia Amazônica

Comissão Pró-Índio de São Paulo

NATUREZA

ONG

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

[A organização não-governamental Comissão Pró-Índio de São Paulo foi fundada em 1978 por um grupo de antropólogos, advogados, médicos, jornalistas e estudantes para defender os direitos dos povos indígenas frente às crescentes ameaças do regime ditatorial vigente naquela época.

Nos seus 30 anos de existência, Comissão Pró-Índio de São Paulo tem atuado junto com índios e quilombolas para garantir seus direitos territoriais, culturais e políticos, procurando contribuir com o fortalecimento da democracia e o reconhecimento dos direitos das minorias étnicas.

http://www.cpis.org.br/html/sobre_cpi.html

DOCUMENTOS

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Relatório Público**. 2005

PROJETOS

Mapeamento participativo e zoneamento etnoambiental da Terra Indígena Wiutu-Guaçu

<p>Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre)</p>	<p>NATUREZA</p> <p>ONG</p> <p>PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”</p> <p>A Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre), fundada em 1979, é uma ONG sem fins lucrativos, com o propósito de trabalhar em favor dos direitos e interesses das comunidades indígenas do Estado do Acre. Iniciou um processo pioneiro de formação de professores índios na década de 80. Teve a participação de mais de uma centena de agentes de saúde.</p> <p>No ano de 1996, a CPI-Acre criou seu Setor de Agricultura e Meio Ambiente, com o objetivo de formar atores indígenas responsáveis pela gestão ambiental e territorial. Desde o início vem contando com o apoio de organizações governamentais e não governamentais (MMA, Governo do Acre, Rain Forest Noruega, entre outros). http://www.rebraf.org.br/media/AAFIs.pdf</p> <p>DOCUMENTOS</p> <p>MELO, Antonio Willian Flores de; SILVA Sonaira Souza da; TAVARES, Roberto de Alcântara; FRESCHI, Julieta Matos; GAVAZZI, Renato Antônio; SILVA, José Frankneile; PIYANKO; Comunidade Ashaninka Apiwtxa; BROWN, Irving Foster. Aplicação de dados SRTM, sensoriamento remoto e SIG em etnomapeamento: o caso da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia na fronteira Brasil-Acre/Peru-Ucayali. Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 5649-5956.</p> <p>PROJETO</p> <p>Etnozoneamento das TIs Rio Gregório, Igarapé do Caucho, Colônia 27, Katurina/Kaxinawá e Jaminawa do Caeté</p> <p>Etnomapeamento das TIs na fronteira Brasil-Acre/Peru-Ucayali</p>
<p>FUNAI-</p>	<p>PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”</p> <p>A Fundação Nacional do Índio - FUNAI é o órgão do governo brasileiro que estabelece e executa a Política Indigenista no Brasil, dando cumprimento ao que determina a Constituição de 1988.</p>

Na prática, significa que compete à FUNAI promover a educação básica aos índios, demarcar, assegurar e proteger as terras por eles tradicionalmente ocupadas, estimular o desenvolvimento de estudos e levantamentos sobre os grupos indígenas. A Fundação tem, ainda, a responsabilidade de defender as Comunidades Indígenas, de despertar o interesse da sociedade nacional pelos índios e suas causas, gerir o seu patrimônio e fiscalizar as suas terras, impedindo as ações predatórias de garimpeiros, posseiros, madeireiros e quaisquer outras que ocorram dentro de seus limites e que representem um risco à vida e à preservação desses povos.

PROJETOS

Projeto Mapeamento
Participativo das TIs Uaçá, Juminã, Galibi.

Etnozoneamento das TIs Rio Gregório, Igarapé do Caucho, Colônia 27, Katurina/Kaxinawá e Jaminawa do Caeté.

Mapa Cultural do Tumucumaque

Projeto de Mapeamento Cultural das etnias Kamaiurá e Yawalapti do Alto Xingu

**Amazon
Conservation
Team - ACT**

NATUREZA

ONG

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

A ACT foi criada em 1995 com a convicção de que uma participação ativa e significativa dos povos indígenas é essencial para que os esforços pela conservação das florestas tropicais gerem bons resultados.

Com a orientação de lideranças tradicionais, xamãs e conservacionistas, a ACT busca aliar o fortalecimento das comunidades indígenas e seus modos tradicionais de vida e reprodução física e cultural com a conservação de seus respectivos ecossistemas. É o que costumamos denominar de conservação biocultural. Essa metodologia tem a finalidade de incorporar proteção à biodiversidade, revigoramento dos métodos tradicionais de promoção à saúde e valorização cultural a partir de um sistema integrado e interdependente. A ACT sempre implementa essa metodologia com as comunidades indígenas parceiras e também trabalha junto ao

governo de modo a assegurar que seus esforços sejam adotados e validados pelas autoridades locais.

A maioria das realizações da ACT inclui a elaboração de mapas culturais que cobrem aproximadamente 40 milhões de hectares, definindo assim limites territoriais, recursos naturais, locais de atividades socioeconômicas, referências espirituais e cosmológicas, localização das aldeias, dentre outros aspectos pertinentes aos beneficiários diretos dos projetos, ou seja, as comunidades indígenas.

http://www.actbrasil.org.br/index.php?secao=secoes.php&sc=96&sub=MCwy&url=pg_institucional.php.

PROJETOS

Mapa Cultural do Tumucumaque

Mapeamento cultural da TI Sete de Setembro

Projeto de Mapeamento Cultural das etnias Kamaiurá e Yawalapti do Alto Xingu

**Instituto de
Meio
Ambiente do
Acre (IMAC)**

NATUREZA

Agência governamental

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

O Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC) foi criado pela **Lei Estadual no 851, de 23/01/86**. O instituto funciona como órgão autônomo da administração indireta, conforme prevê o art. 3º do Decreto nº 97, de 15/03/1975.

O Instituto está sediado em Rio Branco e é vinculado à Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA). É responsável pelo Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental no Estado do Acre. É por intermédio do IMAC que o governo estadual viabiliza a execução da Política Estadual do Meio Ambiente (Lei nº 1.117, de 26/01/94) com ações e programas voltados às diretrizes orientadas à conservação do meio ambiente, ao uso manejado dos recursos naturais visando o desenvolvimento sustentável do Estado do Acre com uma gestão participativa fundamentada nos princípios da sustentabilidade e da equidade.

<http://www.seiam.ac.gov.br/imac/apresentacao.html>

Federação das Organizações Indígenas (Foirn)	<p>DOCUMENTOS</p> <p>ACRE. Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre - Contrato BID 1399/OC-BR. Relatório Semestral de Progresso. Segundo Semestre de 2004.</p> <p>PROJETOS</p> <p>Etnozoneamento na Terra Indígena Mamoadate.</p> <p>Etnozoneamento das TIs Rio Gregório, Igarapé do Caucho, Colônia 27, Katurina/Kaxinawá e Jaminawa do Caeté</p>
	<p>PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”</p> <p>A FOIRN é uma associação civil, sem fins lucrativos, sem vinculação partidária ou religiosa, fundada em 1987, para lutar pela demarcação das terras indígenas na região do rio Negro, estado do Amazonas; promover ações na área da saúde, educação e auto-sustentação. Tem ainda como objetivos centrais lutar pela autonomia dos povos indígenas, valorizar as culturas, a medicina tradicional, e outras atividades culturais visando a melhoria das condições de vida dos povos indígenas da bacia do rio Negro. Compõe-se de mais de 40 organizações de base, sendo que cada uma delas representa um número variável de comunidades indígenas distribuídas ao longo dos principais rios formadores da bacia do rio Negro. São cerca de 750 aldeias, onde habitam mais de 30 mil índios pertencentes a 22 grupos étnicos diferentes, representantes das famílias lingüísticas Tukano, Aruak e Maku, numa área de 108.000 km² no noroeste amazônico brasileiro. É reconhecida como de utilidade pública estadual, lei n. 1831/1987. A FOIRN é uma aliança de cooperação e colaboração mútua, que respeita a diversidade cultural e religiosa da região.</p> <p>http://www.idbrasil.gov.br/noticias/News_Item.2004-04-01.3400</p> <p>PROJETOS</p> <p>Macrozoneamento Participativo das TIs do Alto Rio Negro</p>
Conselho Indígena de Roraima	<p>NATUREZA</p> <p>ONG</p> <p>PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”</p>

O trabalho do CIR (Conselho Indígena de Roraima) está voltado prioritariamente para a demarcação e homologação das terras indígenas de Roraima (32 no total), além de atenção especial à fiscalização das áreas, educação, saúde e auto-sustentabilidade.

HISTÓRICO - Nos primeiros anos da década de 70, com o apoio de missionários católicos, os tuxauas macuxi e wapichana começam a discutir coletivamente a dura realidade dos povos indígenas de Roraima. Os encontros acontecem nas comunidades e na Missão Surumu.

A decisão de 1977 mudou a trajetória de extermínio premeditada para os índios de Roraima. Foi um levante contra a usurpação das terras pelos fazendeiros criadores de gado e a destruição das matas e rios pelos garimpos ilegais, que também levavam bebida alcoólica e prostituição.

Após várias discussões comunitárias em torno do projeto do gado, o tuxaua assumia o compromisso de defender a terra e lutar contra a bebida alcoólica. A união entre os tuxauas deu origem ao Conselho Regional da Serras, criado em 1980. Depois foram criados os conselhos regionais da Raposa, Surumu, Baixo Cotingo, Amajari, Serra da Lua, Taiano e São Marcos.

Com o fortalecimento dos conselhos de base, nasce o CIR com o propósito de aglutinar forças em defesa dos direitos dos povos indígenas de Roraima. Em 1987 é registrado com o nome de Conselho Indígena do Território Federal de Roraima, e, com a promulgação do Estado, em 1990, passa a denominar-se Conselho Indígena de Roraima.

http://www.cir.org.br/cir_organizacao.php

DOCUMENTOS

CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA. Informe Suplementar, Observações Às Informações Do Estado Brasileiro, E Solicitação De Admissibilidade: do caso dos Povos Indígenas Ingaricó, Wapichana, Patamona, Macuxi e Taurepang. apresentado à Honorária Comissão Interamericana de Direitos Humanos pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR) e Rainforest Foundation-US. 11 de setembro de 2006

PROJETOS

Etnomapeamento da TI Raposa Serra do Sol.

**Kanindé -
Associação de
Defesa
Etnoambiental**

NATUREZA

OSCIP

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

A Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, sem fins lucrativos, fundada em 15 de novembro de 1992, por um grupo de pessoas que trabalhavam com o povo indígena Uru-eu-wau-wau e na defesa do meio ambiente, em Rondônia.

Entre as principais atividades desenvolvidas, desde a sua criação, destaca-se as ações de vigilância e fiscalização da Terra Indígena Uru-eu-wau-wau e do Parque Nacional de Pacaás Novos, a assessoria às organizações indígenas, laudos de impacto ambiental, Diagnóstico Etnoambiental Participativo em Terras Indígenas, avaliações ecológicas rápidas, educação ambiental, elaboração de projetos e acompanhamento de políticas públicas.

Seu corpo técnico e associados é formado de profissionais de diversas áreas: biologia, agronomia, engenharia florestal, história, geografia, cartografia, saúde, informática, marketing, fotografia além dos importantíssimos indigenistas, mateiros, guias, voluntários e estudantes que constantemente colaboram com nosso trabalho.

PROJETOS

Mapeamento cultural da TI Sete de Setembro

**Fundação
Ecológica
Cristalino**

NATUREZA

ONG

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

Criada em 1999, a Fundação Ecológica Cristalino - FEC é uma ONG ambientalista, com sede no município de Alta Floresta, localizada no extremo Norte do Estado do Mato Grosso.

Atua na região do Arco do Desmatamento, dedicando-se a promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais do ecossistema Amazônico na região de fronteira agrícola no Sul da Amazônia brasileira.

Tem seus programas e projetos relacionados à Educação

**Centro de
Trabalho
Indigenista**

Ambiental, incentivo à criação de Unidades de Conservação e aplicação de metodologias sustentáveis de uso dos recursos naturais, no intuito de promover uma melhoria da relação homem-natureza.

PROJETOS

Curso de GPS na Aldeia Kururuzinho, Terra Indígena dos Kayabi.

NATUREZA

ONG

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

O **Centro de Trabalho Indigenista (CTI)** é uma ONG, fundada em 1979 por antropólogos e indigenistas. Ela tem como objetivo

contribuir para que os Povos Indígenas assumam o controle efetivo de toda e qualquer intervenção em seus territórios; esclarecendo-lhes sobre o papel do Estado na proteção e garantia de seus direitos constitucionais.

A criação do CTI acontece no início do processo de abertura política que marcou a transição do regime militar (1964-1986) para a democracia. Nesse contexto a sociedade civil começou a se organizar através de movimentos e associações, elaborando seus projetos de intervenção na política governamental vigente.

O CTI tem como marca de sua identidade o apoio direto aos Povos Indígenas com os quais trabalha visando repassar-lhes recursos e assessoria técnica com o objetivo de instrumentar aqueles povos para que possam atingir o maior grau possível de auto-suficiência econômica e política, porém dentro de parâmetros socioculturais dados pelas - e sob domínio das - próprias comunidades indígenas.

2007 – Início do mapeamento das terras e territórios Guarani no Paraguai, Argentina e Brasil, para articulação internacional das políticas públicas de garantia dos direitos indígenas nestes países.

http://www.trabalhoindigenista.org.br/quem_somos.asp

PROJETOS

Gestão Territorial dos Agentes Ambientais Timbiras do Maranhão e Tocantins.

ANIA.
Asociación
para la Niñez y
su Ambiente.

NATUREZA

ONG
 Peruana

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

Nuestra Misión

Promover valores y prácticas de responsabilidad social y ambiental en la niñez a través de su participación protagónica en la mejora de su entorno. Para ello usamos una metodología inclusiva y participativa basada en la motivación, creación de espacios sanos y seguros, orientación y reconocimiento; que integra a la familia, institución educativa, comunidad, empresa, gobierno local y regional. Enfocamos nuestro trabajo en el Perú y América Latina.

http://www.ania-peru.org/a_mision_vision.html

PROJETOS

Projeto "Floresta das Crianças"

WWF

NATUREZA

ONG

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

O Brasil é dono de uma das biodiversidades mais ricas do mundo, possui as maiores reservas de água doce e um terço das florestas tropicais que ainda restam. Estima-se que aqui está uma em cada 10 espécies de plantas ou animais existentes. Por este motivo, o WWF atua no país desde 1971.

Desde 1996, o WWF-Brasil é uma organização não-governamental genuinamente brasileira que integra a maior rede mundial de conservação da natureza.

O WWF-Brasil é uma organização não-governamental brasileira dedicada à conservação da natureza com os objetivos de harmonizar a atividade humana com a conservação da biodiversidade e promover o uso racional dos recursos naturais em benefício dos cidadãos de hoje e das futuras gerações. O WWF-Brasil, criado em 1996 e sediado em Brasília, desenvolve projetos em todo o país e integra a Rede WWF, a maior rede independente de conservação da natureza, com atuação em mais de 100 países e o apoio de cerca de 5 milhões de pessoas, incluindo associados e voluntários.

	<p>http://www.wwf.org.br/wwf_brasil/index.cfm</p> <p>PROJETOS</p> <p>Projeto REAJÓ - Rede de Educação Ambiental do Rio São João e do Rio das Ostras; e Projeto REALAGOS - Rede de Educação Ambiental da Região dos Lagos e Zona Costeira</p> <p>Projeto Diálogos</p>
<p>Instituto Polis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais</p>	<p>NATUREZA</p> <p>ONG</p> <p>PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”</p> <p>O Pólis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais é uma Organização-Não-Governamental de atuação nacional, constituída como associação civil sem fins lucrativos, apartidária, pluralista e reconhecida como entidade de utilidade pública nos âmbitos municipal, estadual e federal.</p> <p>Foi se desenhando a proposta de criação de um instituto orientado para sistematizar, analisar, difundir e debater as práticas sociais inovadoras de gestão municipal e de participação popular. Os temas do urbano, das políticas públicas, das relações dos governos municipais com os movimentos sociais e entidades da sociedade civil foram, e continuam sendo, o foco que torna o Instituto Pólis uma entidade singular.</p> <p>http://www.polis.org.br/institucional_historico.asp</p> <p>PROJETOS</p> <p>Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Piracicaba.</p>
<p>Federação de Órgãos para Assistência Social e Educativa - FASE</p>	<p>NATUREZA</p> <p>ONG</p> <p>PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”</p> <p>A FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - foi fundada em 1961. É uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua em seis estados</p>

brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro. Desde suas origens, esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo. Ao longo da década de 60, a **FASE** lançou as bases de um trabalho ligado ao associativismo e ao cooperativismo, mas o golpe de 64 fez com que estes rumos tivessem de ser redefinidos. A resistência à ditadura e a formação das oposições sindicais e dos movimentos comunitários de base passaram a ser o foco principal da entidade.

Nesse início de século, a **FASE** se lançou na atuação local, nacional e internacional com vistas a integrar redes, fóruns e plataformas, sempre visando derrotar as políticas de caráter neoliberal. No campo da promoção de seus princípios e da produção de conhecimento, a FASE realiza convênios com órgãos públicos, monitora projetos e faz parcerias com universidades. Os resultados destas ligações podem ser vistos em dezenas de publicações, na revista periódica Proposta, editada há quase 30 anos, e em seminários, cursos, palestras e campanhas realizadas pela instituição.

MISSÃO E ESTRATÉGIA: Contribuir para a construção de uma sociedade democrática através de uma alternativa de desenvolvimento sustentável.

A FASE busca a construção de uma sociedade democrática através de uma alternativa de desenvolvimento que contemple a inclusão social com justiça, a sustentabilidade do meio ambiente e a universalização dos direitos sociais, econômicos, culturais, ambientais, civis e políticos.

Como estratégia para o cumprimento dessa missão a instituição se organiza em dois programas nacionais (*Programa Direito à segurança alimentar, agroecologia e economia solidária* e *Programa Direito à cidade: cidades justas, democráticas e solidárias*); dois núcleos (*Núcleo de direitos humanos econômicos, sociais culturais e ambientais* e *Núcleo Brasil Sustentável: alternativas à globalização*) e seis programas regionais que atuam nos Estados do Pará, Pernambuco, Mato Grosso, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Os seis escritórios regionais desenvolvem suas ações próprias de acordo com a realidade local, no entanto, articulam-se entre si e com os programas nacionais a partir de temas comuns e muitas vezes através de redes de articulação, grupos de trabalhos e fóruns temáticos

DOCUMENTOS

Dessa forma, o Mapa é um instrumento que busca contribuir para a articulação de organizações, entidades, movimentos sociais na luta por alternativas locais que assegurem o

	<p>desenvolvimento da Amazônia com Justiça Ambiental e garantia dos Direitos Humanos</p> <p>PROJETOS</p> <p>Projeto Comunidades e Florestas - Regularização fundiária e manejo florestal comunitário na Amazônia: sistematização de uma experiência inovadora em Gurupá-PA.</p> <p>Plano Diretor participativo de Belterra, PA.</p>
<p>Djumbay</p>	<p>NATUREZA</p> <p>ONG</p> <p>PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”</p> <p>A Djumbay, enquanto organização social para o desenvolvimento do povo negro, entende a relevância dos investimentos nos processos de formação para crianças e adolescentes como um caminho eficaz para a promoção da igualdade racial. Acreditando na preponderância do trabalho com crianças e adolescentes no enfrentamento das desigualdades, especialmente no tocante à questão social com relação a raça e gênero como meio de transformação social, a Djumbay tem, ao longo da sua existência, desenvolvido atividades sistemáticas voltadas para esse público.</p> <p>PROJETOS</p> <p>Projeto de Castainho</p>
<p>Laboratório de Gestão do Território - LAGET</p>	<p>NATUREZA</p> <p>Agência de produção de conhecimento</p> <p>PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”</p> <p>O Laboratório de Gestão do Território - LAGET - foi criado em abril de 1987, através de convênio entre o Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Departamento de Geografia da Fundação IBGE, com a finalidade de estimular o ensino e a pesquisa sobre a dinâmica espacial do desenvolvimento, com vistas a contribuir para uma gestão sustentável do território.</p>

Atividades

O LAGET foi responsável pela implantação da linha de ensino e pesquisa sobre "Tecnologia e Gestão do Território", junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, contando com apoio financeiro de agências de fomento como a FINEP, o CNPq e a CAPES.

A partir dos trabalhos conjuntos com a Fundação IBGE, foram abordados temas relevantes para a mensuração dos impactos de grandes projetos e de políticas públicas sobre o território, tanto em áreas de industrialização consolidada, como em regiões de fronteira.

O LAGET prestou assessorias a diversos órgãos públicos, como, por exemplo, o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (MMAL); o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT); a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); o Governo do Estado do Rio de Janeiro e ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), dentre outros.

PROJETOS

Cartografia com povos indígenas na Amazônia brasileira: trabalhos feitos com e pelos índios Caiapó-Mebengôcrê, da TI Caiapó.

NATUREZA

OSCIP

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

O Instituto Centro de Vida - ICV é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), autônoma e sem fins lucrativos fundada em 1991. Tem sede em Cuiabá, Mato Grosso e atuação nos três biomas presentes no Centro Oeste Brasileiro: Amazônia, Cerrado e Pantanal.

Nossa missão é desenvolver estudos e ações visando a conservação e a **sustentabilidade ambiental**, o fortalecimento da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Para isso, atuamos buscando o embasamento técnico-científico, a transparência da informação e o diálogo com os diversos segmentos da sociedade.

Desde 2000, concentramos a maior parte de nossas iniciativas na **Amazônia Meridional**, em especial no norte de Mato Grosso e sul do Pará, na área de influência da BR 163 (Cuiabá - Santarém). Atuamos através de cinco programas, valorizando a

parceria com outras organizações, redes, instituições de governo e setor privado e focando nossas ações desde o nível local até o estadual e nacional.

Sempre dialogando com diversos setores da sociedade civil, desenvolvemos os projetos dentro de cinco programas:

- Políticas Públicas e Gestão Ambiental
- Conservação e Áreas Protegidas
- Monitoramento e Planejamento da Paisagem
- Sustentabilidade e Projetos Demonstrativos
- Comunicação e Educação Socioambiental

<http://www.icv.org.br/>

PROJETOS

Curso de GPS na Aldeia Kururuzinho, Terra Indígena dos Kayabi.

Projeto Diálogos.

NATUREZA

Agência de produção de conhecimento

PROPOSIÇÕES: “Objetivos”, “Missão”, “Histórico”

O LAET (Laboratório Agroecológico da Transamazônica), criado em 1993, é uma equipe de Pesquisa - Desenvolvimento, interdisciplinar, voltada para o desenvolvimento da Agricultura Familiar a longo prazo, assim como a melhor gestão dos recursos naturais. É uma equipe do NEAF/CA (Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural) da Universidade Federal do Pará, que articula e executa atividades de PD em parcerias nacionais e internacionais, com instituições como a Embrapa Amazônia Oriental, Instituto Internacional de Educação do Brasil, Institutos de Pesquisa (IRD) e Universidades francesas, e nas suas ações locais, tem como parceiros as organizações de agricultores familiares como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e associações, CEPLAC, Casas Familiares Rurais.

PROJETOS

Projeto CT-Agro : “Inovações Agroecológicas e Gestão dos Estabelecimentos Agrícolas Familiares para o Desenvolvimento Sustentável na Transamazônica”;

LISTA DE DOCUMENTOS

ASSOCIAÇÃO PLANTAS DO NORDESTE – APNE. **IMPLEMENTAÇÃO DO MANEJO FLORESTAL EM PROJETOS DE ASSENTAMENTOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO.** Serra Talhada, 29 de junho de 2006. Serra Talhada, 29 de junho de 2006.

ACRE. **Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre** - Contrato BID 1399/OC-BR. Relatório Semestral de Progresso. Segundo Semestre de 2004.

ASSOCIAÇÃO PLANTAS DO NORDESTE – APNE. **IMPLEMENTAÇÃO DE MANEJO FLORESTAL EM PROJETOS DE ASSENTAMENTOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO RECIFE. PLANO DE MANEJO FLORESTAL DE RENDIMENTO SUSTENTADO. ASSENTAMENTO CACHAUI - SÃO JOSÉ DO BELMONTE – PE.** Fevereiro de 2008.

Associação Plantas do Nordeste – APNE. Implementação de Plano de Manejo Florestal Sustentável em Assentamentos Rurais do Estado de Pernambuco. **Diagnóstico Rural Participativo. PA Batalha – Serra Talhada – PE.** Recife, maio de 2007.

ASSOCIAÇÃO PLANTAS DO NORDESTE – APNE. **Relatório Técnico** – Produto 4. Plano de Manejo Florestal Sustentável em Assentamentos Rurais das Regiões de Desenvolvimento do Pajeú e Moxotó. Recife, Janeiro de 2008.

CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA. **Informe Suplementar, Observações Às Informações Do Estado Brasileiro, E Solicitação De Admissibilidade:** do caso dos Povos Indígenas Ingaricó, Wapichana, Patamona, Macuxi e Taurepang. apresentado à Honorária Comissão Interamericana de Direitos Humanos pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR) e Rainforest Foundation-US. 11 de setembro de 2006

EMBRAPA CERRADOS. **Programação de Pesquisa e Desenvolvimento de 2003 a 2008 Brasília-(DF).**,27/09/2006.
<http://www.cpac.embrapa.br/pesquisa/tabelaprojetos.pdf>

FARIA, Andréa Alice da CUNHA e FERREIRA NETO, Paulo Sérgio. **Ferramentas do diálogo**: qualificando o uso das técnicas do DRP – diagnóstico rural participativo. Brasília: MMA; IEB, 2006.

FUNDO MUNDIAL PARA A NATUREZA – WWF, PROGRAMA NATUREZA E SOCIEDADE – SUNY, CENTRO DOS TRABALHADORES DA AMAZÔNIA – CTA. **Manejo Florestal Comunitário na Amazônia**: Relatório da Primeira Oficina de Manejo Florestal Comunitário realizado de 20 a 25 de abril de 1998 em Porto Dias, no Acre, para trocas de experiências entre 12 iniciativas na Amazônia. http://www.tech-inform.de/taller_regional/bibliografia/amaral~1.pdf

FUNDO MUNDIAL PARA A NATUREZA- WWF, PROGRAMA NATUREZA E SOCIEDADE-SUNY E CENTRO DOS TRABALHADORES DA AMAZÔNIA- CTA. **Manejo Florestal Comunitário na Amazônia**: Relatório da Primeira Oficina de Manejo Florestal Comunitário realizado de 20 a 25 de abril de 1998 em Porto Dias, no Acre, para trocas de experiências entre 12 iniciativas na Amazônia. http://www.techinform.de/taller_regional/bibliografia/amaral~1.pdf

FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA. “Plano De manejo Participativo”. IN A Gênese de um Plano de Manejo, 1998. Consultar site: <http://www.fva.org.br/pdf/gn05plano.pdf>

HERRERA, José Antônio. **Manejo Florestal Comunitário**: novo caminho para os usos e valores dos recursos florestais. A experiência da Comunidade Juçara na ResEx “Verde para Sempre” em Porto de Moz – Pará. III ENCONTRO DA ANPPAS 23 A 26 DE MAIO, s/a BRASÍLIA – DF.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZONA- IPAM. **Manejo de lagos na região do médio Solimões**: a experiência das comunidades do Grupo de Preservação e Desenvolvimento (GPD) - Tefé – Amazonas – Brasil. Informe final de estudo de caso, 2001. <http://www.ibcperu.org/doc/public/src/00076.pdf>.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO DE PIRACICABA. **PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE**

PIRACICABA.

http://www.ipplap.com.br/planejando_pldiretor.php.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL – IEB.
Quem somos o que fazemos, 2006.
http://www.iieb.org.br/arquivos/public_rel_2006.pdf

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL e
 FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E
 EDUCACIONAL –FASE. **Regularização fundiária e manejo florestal
 comunitário na Amazônia:** sistematização de uma experiência inovadora
 em Gurupá-PA / Instituto Internacional de Educação do Brasil, Federação
 de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Brasília: IEB, (Projeto
 Comunidades e Florestas).

http://www.iieb.org.br/arquivos/public_regularizacao_fundiaria.pdf

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL – IEB.
O que fizemos _ Capital humano: base para uma sociedade sustentável,
2005. http://www.iieb.org.br/arquivos/public_relatorioIeb2005.pdf

INSTITUTO REDE BRASILEIRA AGROFLORESTAL – REBRAF.
**Proteção e restauração da Área do entorno do Parque estadual dos três
 picos:** relatório final do projeto. Nova Friburgo – RJ, 2006.

INSTITUTO REDE BRASILEIRA AGROFLORESTAL. REBRAF
 PROTEÇÃO E RESTAURAÇÃO DA ÁREA DO ENTORNO DO
 PARQUE ESTADUAL DOS TRÊS PICOS: Relatório de Atividades de
 Campo – Nova Friburgo. 2006.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA. Melhores Momentos ISA 2002.
<http://www.socioambiental.org/inst/docs/mm/2002.shtm>

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA. ISA 10 Anos. s/d.
http://www.socioambiental.org/inst/mm/mm_2004.pdf.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA, COMISSÃO PASTORAL DA
 TERRA – CPT –XINGU, FUNDAÇÃO VIVER PRODUZIR
 PRESERVAR – FVPP, WWF- BRASIL E DEFESA AMBIENTAL – ED.
Seminário Perspectivas para a Terra do Meio 16 e 17 de maio de 2006.

<http://www.sfrc.ufl.edu/Class/FOR6934Zarin/Relatorio%20Seminario%20Perpectivas%20Terra%20do%20Meio.pdf>

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS – PPG7. PROJETO MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS VÁRZEA. **Relatório de Andamento da Implementação Semestral.** Julho de 2004. www.ibama.gov.br/provarzea/download.php?id_download=233

MELO, Antonio Willian Flores de; SILVA Sonaira Souza da; TAVARES, Roberto de Alcântara; FRESCHI, Julieta Matos; GAVAZZI, Renato Antônio; SILVA, José Frankneile; PIYANKO; Comunidade Ashaninka Apiwtxa; BROWN, Irving Foster. **Aplicação de dados SRTM, sensoriamento remoto e SIG em etnomapeamento: o caso da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia na fronteira Brasil-Acre/Peru-Ucayali.** Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 5649-5956. <http://marte.dpi.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.15.23.05/doc/5949-5956.pdf>

MOREIRA, M. FERREIRA, O. ALMEIDA, R. **A geoinformação ao alcance das comunidades ribeirinhas do rio Negro – Amazonas.** Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 2875-2882.

MOTA, Dalva, SATO, Romy, VIEIRA, Paulo; MEYER, Gustavo e PEREIRA, Joenes. **ZONEAMENTO AGROSSOCIOECONÔMICO PARTICIPATIVO NO ALTO MOJU/PA.** s/d.

MMA, IBAMA, PPG7, ProVárzea. **Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea.** http://www.ibama.gov.br/provarzea/download.php?id_download=496

OLIVEIRA, Regina e Anderson, Elza Suely. **Gênero, conservação e participação comunitária: o caso do Parque Nacional do Jaú.** Série

Estudos de Caso sobre Gênero. Participação Comunitária e Manejo de Recursos Naturais, No. 2. Junho, 1999.

PEZZUTI, Juarez (NAEA/UFFPA), CROSSA, Marcelo (IPAM), REBÊLO, George (INPA). Manejo integrado de fauna aquática na várzea: Pirarucu, Quelônios e Jacarés. http://www.mct.gov.br/upd_blob/0008/8939.pdf

REIS, Vera Lucia, CAVALCANTE, Claudio Roberto da Silva, BROWN, Irving Foster, (et all) **Aplicação de sistema de posicionamento global (GPS) e sensoriamento remoto no ensino básico rural: o caso do Projeto Floresta das Crianças, Acre, Brasil.** Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 1571-1578.

SANTOS, I. ROCHA, C. e AMARAL NETO M. A. **Uso sustentável dos recursos naturais: uma tradição das famílias ribeirinhas da comunidade são João do Cupari, reserva extrativista “Verde Para Sempre”, Porto de Moz – Pará. s/d.**

SARAIVA, Larissa Santos, ROCHA Karla da Silva, BROWN, Irving Foster (outros). **Mapeamento participativo para monitoramento da cobertura florestal de propriedades rurais no programa PROAMBIENTE na Região do Alto Acre, Estado do Acre, Brasil.** Anais XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Goiânia, Brasil, 16-21 abril 2005, INPE, p. 2363-2368.

SILVA, Marcos Paulo, ALMASSY JUNIOR, SILVA, Mariluce, GUIMARÃES, Odalice, CARVALHO, **Identificação de potencialidades no uso e cultivo de plantas medicinais na comunidade rural de “Pindoba”, Mutuípe/Bahia.** Resumos do V CBA- Sociedade e Natureza. www6.ufrgs.br/seeragroecologia/ojs/include/getdoc.php?id=5728&article=1387&mode=pdf

SILVA, O. GONÇALVES, V.A. TARIFA, R. HUMMEL, A.C. **Floresta Nacional do Tapajós: na Amazônia, uma experiência brasileira de populações tradicionais conservando recursos naturais.** <http://www.worldbank.org/rfpp/news/debates/30anosflona.pdf>

UDAID. **Iniciativa para conservação da Bacia Amazônica**: desenho, atividades propostas e resultados esperados. 2007 http://www.blogdoalon.com/ftp/usaaid_abci_jan07.pdf.

WWF e CONSÓRCIO AMBIENTAL LAGOS SÃO JOÃO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Rede de Educação Ambiental do Rio São João e do Rio das Ostras REAJO**. 29 de setembro de 2003. <http://www.lagossaojoao.org.br/pea/relatgtprojettoreajo01-09-03.doc>.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. **O Zoneamento Ecológico-econômico da Amazônia e o panoptismo imperfeito**. s/d. mimeo.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Carajás: a guerra dos mapas**. Belém: Seminário Consulta, 1995.

_____. Almeida, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos arquivos da amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 /Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

_____. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Alfredo Wagner Berno de Almeida. – 2.^a ed, Manaus: pgsca-ufam, 2008.

ALMEIDA, A.W.B, DOURADO, S. LOPES, D. S. (ett all). **Consulta e participação: a crítica à metáfora da teia de aranha**. Manaus, UEA Edições; PPGSAPPGAS-UFAM, 2013.

AQUINO, Terri. “As viagens de volta”. In: **Papo de índio**. Rio Branco-AC, 14 de novembro de 2004.

BARTH, Fredrik. 2000. " *Os grupos étnicos e suas fronteiras*". In: **O guru, o iniciador e outras variações**. Rio de Janeiro: Contra Capa. pp.25-67.

_____. **Nomads of South Persia: the Basseri tribe of the Khamseh Confederacy**. N.Y: Waveland Press, USA 1961.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. “A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica da idéia de região”. In: **O poder simbólico**. Lisboa, DIFEL, 1989.

CORREIA, Cloude de Souza. **Etnozoneamento, Etnomapeamento E Diagnóstico Etnoambiental: representações cartográficas e gestão territorial em terras indígenas no estado do acre**. Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social do Departamento de

Antropologia da Universidade de Brasília (DAN/UnB) para a obtenção do título de Doutor. Brasília, fevereiro de 2007.

DIAS NETTO JUNIOR, Edmundo Antonio e ASSIS, Wilson Rocha Fernandes. *A desconstrução da participação social*. **Folha de São Paulo**, 15/05/2019.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1993

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro Graal. 1993

_____. 1984. “*Deux essais sur le sujet et le pouvoir*” In: Dreyfus, Hubert e Rabinow, Paul. **Michel Foucault. Un parcours philosophique**. Paris: Gallimard. p. 297-321.

GUSFIELD. 1975. **A community: a critical response**. New York: Harper & Row Pub.

LACOSTE, Yves. **A Geografia Serve em Primeiro Lugar Para Fazer a Guerra**. Ed. Papirus, 1985.

LOPES, José Sérgio Leite. “A ‘ambientalização’ dos conflitos sociais.” In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). **A ‘ambientalização’ dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

MARTINS, Cynthia. **O machado é nossa tecnologia: presencialidade da tradição**: análise da relação entre práticas “artesaniais” de agroextrativistas organizadas por critério de gênero e as iniciativas empresariais. Tese de doutorado apresentada ao PPGA/UFF, 2008. mimeo

SCOTTO, G., CARVALHO, I., GUIMARÃES, L. **Desenvolvimento Sustentável**. Petrópolis: Vozes, 2007.

TORNAY, Serge. 1980. “*O estudo do parentesco*” IN: COPANS, J. e outros. **Antropologia: ciência das sociedades primitivas?**. Lisboa: Edições 70.